

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE

LIVIA COELHO DE MELLO

**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE  
O CONHECIMENTO TRADICIONAL (2010-2015)**

SÃO CARLOS- SP

2018

**LIVIA COELHO DE MELLO**

**ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE TESES E DISSERTAÇÕES BRASILEIRAS SOBRE  
O CONHECIMENTO TRADICIONAL (2010-2015)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, do Centro de Educação e Ciências Humanas, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos de defesa para a obtenção de título de Doutora em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

**Orientadora:** Profa. Dra. Camila Carneiro Dias Rigolin.

SÃO CARLOS - SP

2018

Coelho de Mello, Livia

Análise bibliométrica de teses e dissertações brasileiras sobre o conhecimento tradicional (2010-2015) / Livia Coelho de Mello. -- 2018.  
160 f. : 30 cm.

Tese (doutorado)-Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos,  
São Carlos

Orientador: Camila Carneiro Dias Rigolin

Banca examinadora: Maria Cristina P. I. Hayashi, Márcia Regina Silva,  
Edneia Silva Santos Rocha, Alexandre Maroldi

Bibliografia

1. Bibliometria. 2. Conhecimento Tradicional. 3. Ciência, Tecnologia e  
Sociedade. I. Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

Bibliotecário(a) Responsável: Ronildo Santos Prado – CRB/8 7325



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade

---

**Folha de Aprovação**

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Livia Coelho de Mello, realizada em 29/06/2018:

---

Profa. Dra. Camila Carneiro-Dias Rigolin  
UFSCar

---

Profa. Dra. Maria Cristina P Innocentini Hayashi  
UFSCar

---

Profa. Dra. Marcia Regina da Silva  
USP

---

Prof. Dr. Alexandre Masson Maroldi  
UNIR

---

Prof. Dr. Ednéia Silva Santos Rocha  
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Alexandre Masson Maroldi e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

---

Profa. Dra. Camila Carneiro-Dias Rigolin

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta tese aos meus pais, que sempre me deram o suporte necessário para que eu realizasse meus estudos.

Dedico aos povos e comunidades tradicionais que valorizam seus antepassados e transmitem seus conhecimentos de geração para geração.

## AGRADECIMENTOS

Sou grata primeiramente a Deus. Receber o título de Doutora aos 32 anos de idade me fez ver o quanto sou capaz e persistente. Não foi fácil chegar até aqui, mas nunca pensei em desistir. Houve diversas dificuldades no meio do caminho. Em 2014, quando estava no segundo semestre do doutorado, fui aprovada no concurso público para ser a primeira Bibliotecária do campus Lagoa do Sino da UFSCar, o desafio profissional e pessoal foi intenso, pois assumi a direção de uma biblioteca universitária que estava se formando e fiquei durante um ano e sete meses morando sozinha em uma cidade de apenas cinco mil habitantes. Com muitos compromissos profissionais, viajando semanalmente para visitar a família e com dificuldades de acesso a internet na cidade de Campina do Monte Alegre o segundo ano do doutorado não foi muito produtivo. Em 2016, no primeiro semestre do terceiro ano, duas decisões foram tomadas, a primeira foi a de voltar para São Carlos pedindo remoção para trabalhar no SIBi (Sistema de Bibliotecas da UFSCar), a segunda foi de mudar a temática da minha tese. Por dificuldades encontradas na coleta de dados para realizar a pesquisa, decidi junto com minha orientadora voltar a estudar a temática que havia estudado no mestrado, a qual eu tinha mais afinidade. Em poucos meses desenvolvi a tese para ser apresentada na qualificação. A tese foi aprovada, porém, por sugestão da banca, tive que eliminar do trabalho toda pesquisa desenvolvida na base de dados *Web of Science*. Após a qualificação iniciou-se uma nova coleta de dados, mais ampla e com análises mais aprofundadas. Já em 2017, no quarto ano do doutorado, o ano foi mais produtivo, porém tivemos a perda de uma colega de turma que passou para outro plano, a Livia Gutierrez, grande lutadora que deixou para nós uma lição de vida, sobre fé e resignação. Gratidão a ela. Todos da turma ficaram abalados, mas se a Livia Gutierrez com todas as adversidades conseguiu qualificar, nós tínhamos a obrigação de defender nossas teses em homenagem a ela. Em 2017 um fato ocorrido na minha casa fez abaixar minha produtividade acadêmica. Tive meu notebook e meu netbook roubados da minha casa junto com diversos outros objetos. A pesquisa ficou salva no HD externo, perdi somente o trabalho de uma semana, mas fiquei algumas semanas assustada e sem computador. Após a aquisição de um novo notebook segui firme trabalhando durante o dia na Biblioteca Comunitária da UFSCar e desenvolvendo a tese durante a noite. Colaborei com a escrita de dois artigos e em 2018 escrevi mais dois artigos com a pesquisa desenvolvida nesta tese. Atingi todos os pré-requisitos para a defesa do doutorado e agora que cheguei ao fim só posso dizer o quanto sou grata por ter conseguido. Sou grata a meus pais, família e namorado por todo apoio que me deram nestes anos e compreensão pelos momentos que tive que me dedicar

a tese e deixei de fazer algo ou de estar mais presente. Sou grata à direção da Biblioteca Comunitária e ao SIBi pelo afastamento concedido de um dia na semana para me dedicar a escrita da tese e grata pelas colegas de trabalho que compreenderam minhas ausências. Sou grata aos alunos, professores e a secretaria do PPGCTS, especialmente à minha orientadora Camila C. D. Rigolin e às professoras Cristina Hayashi e Márcia Silva, que contribuíram durante a qualificação. Sou grata à Rubia Quinelatto e Luiz Manoel Almeida pela ajuda com a revisão do texto. Grata ao Rafael Laurenti pela ajuda na tradução do resumo. Grata às minhas colegas de turma, que se tornaram grandes amigas, Cintia Santos, Tatiane Liberato e Juliana Ravaschio, a amizade de vocês foi fundamental para mim, pois me fizeram acreditar que no final tudo daria certo, e deu! Nós conseguimos! Muito obrigada a você que está lendo esta tese, espero contribuir com sua pesquisa de alguma forma.

**“Aos outros, dou o direito de ser como são, a mim, dou o dever de ser cada dia melhor”.**

**Chico Xavier.**



## RESUMO

O conhecimento tradicional, o conhecimento científico e a relação gênero e ciência são temas estudados na área Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). Nesta tese uniram-se estas temáticas e investigou-se o conhecimento tradicional por meio do conhecimento científico produzido em teses e dissertações, analisando tanto a comunidade científica como a comunidade tradicional investigada em cada trabalho. Faz parte de uma agenda de pesquisa iniciada no mestrado e tem como contribuição a atualização das informações e o avanço dos instrumentos metodológicos e teóricos sobre o tema. O objetivo é analisar a produção científica brasileira de teses e dissertações sobre conhecimento / saber tradicional. Por meio de uma abordagem quantitativa e qualitativa e com a utilização do método da Bibliometria e Análise de Conteúdo, são analisadas 260 teses e dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT e defendidas entre os anos de 2010 a 2015. Diversos indicadores são analisados com os dados de defesa, dados institucionais, dados de autoria, orientação e coorientação, dados de financiamento, dados de citações e de conteúdo dos trabalhos. Como resultado, identifica-se: o aumento de trabalhos defendidos por mulheres; a Universidade de Brasília como a instituição com maiores índices de defesas, principalmente pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável; a área de Ciências Ambientais como a área de avaliação com maiores números de defesas; o aumento de trabalhos realizados sem financiamento; a técnica de pesquisa de campo como a mais utilizada; os indígenas como o grupo tradicional mais investigado e para finalizar identifica-se que a categoria temática que mais tem destaque nos trabalhos é a Ambiental / Socioambiental / Ecológica, que investiga principalmente a relação das comunidades tradicionais com o meio ambiente em que vivem, demonstrando a inserção dos aspectos sociais da ciência nas produções científicas. Cria-se com esta pesquisa uma metodologia que pode ser replicada em outros estudos bibliométricos e espera-se que os resultados apresentados auxiliem em trabalhos sobre o conhecimento tradicional, considerando que estão identificados os livros, periódicos e autores que fazem parte da frente de pesquisa sobre o assunto.

**Palavras-chave:** Bibliometria. Conhecimento Tradicional. Produção Científica. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Ciência, Tecnologia e Sociedade. Saber Tradicional.

## ABSTRACT

Traditional knowledge, scientific knowledge and the relationship between gender and science are studied in the area of Science, Technology and Society (STS). In this thesis, these themes were united and the traditional knowledge was investigated through the scientific knowledge produced in PhD and master theses, analyzing both the scientific community and the traditional community that were investigated in the studies. This thesis is part of a research agenda initiated in the master's degree and has as contribution to update the information and the advancement of methodological and theoretical instruments on the subject. The objective is to analyze the scientific production of PhD and master theses on the traditional and scientific knowledge. Through a quantitative and qualitative approach and using bibliometric analysis with content analysis, two hundred and sixty (260) theses available in the Digital Library of Theses and Dissertations of the IBICT, defended between the years 2010 and 2015, are analyzed. Information about date of defense, affiliation, authorship, supervision and co-supervision, funding, citation and content are examined. The results show that the number of theses defended by women has increased; most of the defenses were from the University of Brasília, mainly of the Sustainable Development Program; the largest number of defenses was from the subject area of Environmental Sciences; there has been an increase in the number of research theses conducted without funding; field study the approach mostly used; the most frequently investigated group was indigenous people; finally, Environmental / Socio-environmental / Ecological was the most highlighted thematic category in the theses, mainly looking at the relation of the traditional communities with the environment in which they live, demonstrating the insertion of the social aspects of science into scientific productions. In addition, as an important output of this research, a novel methodology that can be used in other bibliometric studies has been developed. The results may help future studies that address traditional knowledge, considering that the books, periodicals and authors that are part of the body of research have been identified.

**Keywords:** Bibliometric analysis. Digital Library of Theses and Dissertations IBICT. Science, Technology and Society. Scientific Production. Traditional Knowledge.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – TOTAL DE REGISTROS RECUPERADOS (2010-2015) .....	56
TABELA 2 – TRABALHOS POR INSTITUIÇÃO (2010-2015) .....	66
TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE AUTORES, ORIENTADORES E COORIENTADORES POR GÊNERO .....	73
TABELA 4 – ÁREA DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS RELACIONADA COM O NÚMERO DE AUTORES, ORIENTADORES E COORIENTADORES DIVIDIDOS POR GÊNERO .....	76
TABELA 5 – RELAÇÃO ORIENTADORES X NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES (2010-2015) .....	78
TABELA 6 – AGÊNCIAS E ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA.....	81
TABELA 7 – SUJEITOS DE INVESTIGAÇÃO “TRADICIONAIS” DO BRASIL .....	86
TABELA 8 - TIPOS DE DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS.....	97
TABELA 9 - TEMPORALIDADE DOS DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS .....	100
TABELA 10 - IDIOMAS DOS DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	101
TABELA 11 - PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA DOS DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	102
TABELA 12 - TÍTULOS DOS PERIÓDICOS DOS ARTIGOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	103
TABELA 13 - AUTORES CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES.....	105

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – NÍVEL DE TITULAÇÃO DOS TRABALHOS (2010-2015) .....	63
GRÁFICO 2 – SÉRIE TEMPORAL DE DEFESA DOS TRABALHOS DE 2010 A 2015. ..	64
GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL (2010-2015) .....	70
GRÁFICO 4 - SÉRIE TEMPORAL DOS TRABALHOS POR GÊNERO (2010-2015).....	72
GRÁFICO 5 - RELAÇÃO DE GÊNERO ENTRE ORIENTADORES E AUTORES .....	74
GRÁFICO 6 - FINANCIAMENTO DOS TRABALHOS POR ANO (2010-2015) .....	80
GRÁFICO 7 – TÉCNICAS DE PESQUISA POR NÚMERO DE TRABALHOS .....	83
GRÁFICO 8 – CATEGORIAS TEMÁTICAS .....	94

## **LISTA DE QUADROS**

QUADRO 1 – TIPOS DE CONHECIMENTO.....	22
QUADRO 2 - CATEGORIAS OU EIXOS TEMÁTICOS.....	93

## LISTA DE FIGURA

FIGURA 1 – INDICADORES ANALISADOS.....	58
FIGURA 2 – PORCENTAGEM DE TRABALHOS POR REGIÕES DO PAÍS (2010-2015) .....	69

## LISTA DE SIGLAS

ARIPO: Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual  
BDTD: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações  
CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CDB: Convenção sobre Diversidade Biológica  
CGEN: Conselho de Gestão do Patrimônio Genético  
CGIR: Coordenação Geral de Indicações Geográficas e Registros  
CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CNUMAD: Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento  
C&T: Ciência e Tecnologia  
CTS: Ciência, Tecnologia e Sociedade  
DO: Denominação de Origem  
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
FAPEAM: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas  
FAPESP: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo  
FUNAI: Fundação Nacional do Índio  
GI: *Geographical Indications*  
IBICT: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia  
IG: Indicação Geográfica  
INEP: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa  
INPA: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INPI: Instituto Nacional de Propriedade Industrial  
IP: Indicação de Procedência  
IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
MAPA: Ministério da Agricultura  
MDIC: Ministério da Indústria e Comércio  
MEC: Ministério da Educação  
MMA: Ministério do Meio Ambiente  
MP: Medida Provisória  
OMC: Organização Mundial do Comércio  
OMPI: Organização Mundial de Propriedade Intelectual  
SEBRAE: Serviço de Apoio às Micro Pequenas Empresas  
T&D: Tese e Dissertação

TRIPS: *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights*

UDESC: Universidade do Estado de Santa Catarina

UFAM: Universidade Federal do Amazonas

UFRGS: Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFS: Universidade Federal de Sergipe

UFSCar: Universidade Federal de São Carlos

UnB: Universidade de Brasília

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICAMP: Universidade Estadual de Campinas

USP: Universidade de São Paulo

USPTO: *United States Patent and Trademark Office's*

WIPO: *World Intellectual Property Organization*



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 ESTRUTURA DA TESE	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	21
2.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	21
2.2 O TERMO “CONHECIMENTO TRADICIONAL” E SUAS DEFINIÇÕES	24
2.3 UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL	28
2.4 ACESSO E PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL	30
2.5 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS	40
2.6 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	45
2.7 INDICADORES DE CITAÇÕES	46
2.8 INDICADORES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	50
3 PERCURSO METODOLÓGICO	55
3.1 BUSCA E RECUPERAÇÃO DOS DADOS	55
3.2 INDICADORES ANALISADOS	57
3.3 FONTES DOS DADOS E DESCRIÇÃO DOS INDICADORES	59
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	63
4.1 ANÁLISE GERAL DOS PARÂMETROS BIBLIOMÉTRICOS	63
4.2 ANÁLISE DOS DADOS INSTITUCIONAIS	65
4.3 ANÁLISE DOS DADOS DE AUTORIA E ORIENTAÇÃO: INDICADORES DE GÊNERO	71
4.4 DADOS DE FINANCIAMENTO	79
4.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO	82
4.6 ANÁLISE DAS CITAÇÕES	96
4.6.1 Tipos de documentos citados	96
4.6.2 Temporalidade dos documentos citados	99

4.6.3 Idiomas dos documentos citados	101
4.6.4 Procedência geográfica dos documentos citados	102
4.6.5 Títulos dos periódicos que os documentos estão publicados	103
4.6.6 Frente de pesquisa	104
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICE 1 – TRABALHOS ELIMINADOS	123
APÊNDICE 2 - TRABALHOS DISTRIBUÍDOS POR ÁREA DE AVALIAÇÃO, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E INSTITUIÇÃO.	126
APÊNDICE 3 - TÍTULOS DAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS	131
APÊNDICE 4 - OUTRAS TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS	159

## 1 INTRODUÇÃO

Em dissertação defendida no ano de 2013 que teve como objetivo analisar, por meio de indicadores bibliométricos, a produção científica sobre o tema “Conhecimento Tradicional” utilizou-se para a coleta dos dados bibliográficos o Banco de Teses da CAPES<sup>1</sup> e a base de dados *Web of Science*<sup>2</sup>. A análise revelou, entre diversos outros resultados, que a Universidade Federal de Santa Catarina foi a instituição brasileira que mais publicou teses e dissertações sobre o tema, entre os anos de 1989 a 2010, destacando-se o Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas. O autor brasileiro que mais publicou artigos na *Web of Science* foi Ulysses Paulino de Albuquerque, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. O periódico que os brasileiros mais publicaram foi o *Journal of Ethnopharmacology*, sendo as áreas Farmacologia, Ciência Vegetal e Ecologia as que tiveram maiores números de publicações de artigos brasileiros entre os anos de 1991 a 2011.

Na pesquisa realizada no mestrado a área Interdisciplinar foi a que mais publicou teses e dissertações sobre o conhecimento tradicional entre os anos de 1989 a 2010, porém os dados revelaram que as áreas ligadas ao meio ambiente foram as mais representativas. Pois, os estudos relacionados com meio ambiente foram os que mais se sobressaíram, tanto no Banco de Teses da CAPES como na *Web of Science*, principalmente aqueles ligados às áreas de Ecologia e Agronomia, evidenciando que a temática do conhecimento tradicional estava subordinada principalmente à sua dimensão ecológica. Somente uma nova investigação sobre o conhecimento tradicional poderia revelar se este é um tema interdisciplinar ou é um tema que está se retraindo e sendo visto sob um único olhar disciplinar.

As últimas teses e dissertações que foram analisadas na dissertação de mestrado eram do ano de 2010. Passaram-se cinco anos da defesa da dissertação e os resultados necessitavam de atualização. No mestrado a bibliometria foi o instrumento utilizado e no doutorado além da bibliometria é realizado um estudo mais aprofundado das teses e dissertações, por meio da leitura dos resumos, introdução e seção metodológica dos trabalhos.

Esta atualização e aprofundamento da pesquisa, com avanço dos instrumentos metodológicos e teóricos somando-se a contínua importância do tema conhecimento tradicional para a ciência brasileira, justifica uma nova investigação a fim de verificar como o tema está inserido na pesquisa científica brasileira atualmente.

---

<sup>1</sup> <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

<sup>2</sup> <https://login.webofknowledge.com/>

O Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade (PPGCTS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) é um programa interdisciplinar que procura estudar antecedentes sócio-históricos, lacunas e obstáculos com que segmentos sociais contemplam o fenômeno científico-tecnológico. Entre diversos temas estudados na área CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade), estuda-se sobre o conhecimento tradicional, o conhecimento científico e sobre gênero e ciência. Nesta tese uniram-se estas temáticas e pesquisou-se o conhecimento tradicional por meio do conhecimento científico produzido em teses e dissertações, analisando tanto a comunidade científica como a comunidade tradicional investigada em cada trabalho.

O conhecimento tradicional é visto nesta pesquisa como sendo aquele conhecimento passado entre gerações dentro das comunidades tradicionais. Indígenas, quilombolas e ribeirinhos são exemplos de indivíduos pertencentes a essas comunidades. Um dos pontos que envolvem o tema conhecimento tradicional na área CTS é a troca de conhecimentos, que ocorre frequentemente, entre a comunidade acadêmica científica e as comunidades, povos ou populações ditas tradicionais. Existe transferência de conhecimentos e tecnologias de uma forma bilateral, pois os cientistas se interessam em pesquisar o conhecimento que é transmitido de geração para geração nas comunidades tradicionais e estas comunidades se beneficiam com as novas tecnologias geradas pelos cientistas.

O tema conhecimento tradicional continua com sua importância, os debates avançam, principalmente aqueles relativos à proteção da biodiversidade, acesso ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios com as comunidades tradicionais. Na pesquisa realizada no mestrado a série temporal das teses e dissertações do Banco de Teses da CAPES demonstrou que a legislação sobre o acesso ao conhecimento tradicional interferiu nas pesquisas publicadas. Recentemente, em 2015, foi criada a Lei nº 13.123 regulamentando o acesso ao patrimônio genético existente no país e ao conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico e exploração econômica. Nos últimos anos avançaram também as pesquisas sobre indicações geográficas como forma de proteção do conhecimento tradicional.

Já existem diversas produções científicas tanto de artigos, teses e dissertações cujo sujeito de investigação é alguma comunidade tradicional ou tem como objeto de investigação algum recurso genético relacionado ao conhecimento tradicional associado. Por exemplo, a dissertação defendida por Jesiel Souza Silva, no Programa de Pós-graduação Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar, investiga os conhecimentos tradicionais etnobotânicos de uma comunidade quilombola no Sudoeste de Goiás (SILVA, 2010); a tese defendida por

Jackson Pantoja Lima no Programa de Pós-Graduação em Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) investiga o conhecimento ecológico tradicional de ribeirinhos da Amazonas (PANTOJA-LIMA, 2012); o artigo publicado por Rego, Brand e Costa (2010) investiga os recursos genéticos, a biodiversidade e o conhecimento tradicional das comunidades indígenas Kaiowá e Guarani.

Ao analisar as produções científicas produzidas no Brasil relacionadas com o conhecimento tradicional e ver como o tema está inserido na pesquisa científica brasileira, a principal problematização deste trabalho é compreender os fatores que explicam a concentração das produções científicas em algumas regiões, programas, pesquisadores, áreas e eixos temáticos. A problemática secundária é verificar quais são os povos tradicionais investigados e quais os tipos de pesquisas e documentos utilizados na investigação.

Algumas hipóteses são elencadas para estes questionamentos: para a problematização principal pressupõe o aumento do número de produções científicas realizadas principalmente na área ambiental, devido às pesquisas sobre o conhecimento tradicional relacionado à biodiversidade e ao patrimônio genético existente no Brasil; concentração das pesquisas na região Norte do país, pois é onde vivem povos tradicionais e a natureza é mais preservada que em outras regiões. Para a problematização secundária pressupõe os povos indígenas como principais sujeitos de investigação, por possuírem um estilo de vida tradicional, as pesquisas realizadas em campo como técnica utilizada pelos pesquisadores e a predominância de citações de documentos legislativos, que tratam sobre regulação e acesso aos conhecimentos e comunidades tradicionais.

A fim de responder a estas e outras questões é definido um objetivo geral e nove objetivos específicos, descritos a seguir.

O objetivo geral desta pesquisa é elaborar indicadores bibliométricos da produção científica de teses e dissertações sobre conhecimento tradicional, defendidas em programas de pós-graduação de instituições brasileiras e disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

Os objetivos específicos são seis:

- Identificar os contornos teóricos sobre o conhecimento tradicional;
- Mapear, por meio do método da bibliometria, a produção científica brasileira de teses e dissertações, identificando programas, instituições e regiões do país que investigam o conhecimento tradicional;
- Analisar o perfil de autores, orientadores e coorientadores, trazendo a discussão sobre gênero e ciência;

- Realizar análise de conteúdo nas teses e dissertações visando identificar os grupos tradicionais investigados e os tipos de pesquisas das teses e dissertações;
- Realizar análise de citações;
- Investigar as dimensões sociais da ciência na produção científica relacionada ao conhecimento tradicional.

## 1.1 ESTRUTURA DA TESE

Esta tese está estruturada da seguinte forma: a primeira seção justifica o tema da tese e estabelece os objetivos. A segunda seção com pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e documentos jurídicos, fundamenta os principais aspectos teóricos e metodológicos sobre o conhecimento tradicional, análise da produção científica, bibliometria e indicadores de gênero. A terceira seção descreve os procedimentos metodológicos. A quarta seção expõe os resultados e a análise, por meio da exposição de gráficos e tabelas. A quinta seção apresenta as considerações finais. Para finalizar, após as referências, é apresentado um apêndice com os trabalhos eliminados, um apêndice com os trabalhos distribuídos por área de avaliação, programa de pós-graduação e instituição, um apêndice com as referências de todos os trabalhos analisados e outro com as técnicas de pesquisas utilizadas.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

### 2.1 CONHECIMENTO TRADICIONAL, CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

O estudo do conhecimento humano é tão antigo quanto a própria história da humanidade e é uma temática central na filosofia e epistemologia desde o período da Grécia Antiga. Nas últimas décadas o estudo do conhecimento ganhou novas atenções, sendo importante na gestão de recursos e poder (RAHMAN, 2000).

O termo “conhecimento” é caracterizado por Setzer (1999) como sendo “uma abstração interior, pessoal, de alguma coisa que foi experimentada por alguém”. O conhecimento para Davenport e Prusak (2003, p. 6) é uma “mistura fluida de experiência condensada, valores, informação contextual e *insight* experimentado, a qual proporciona uma estrutura para a avaliação e incorporação de novas experiências e informações”.

O conhecimento é difícil de ser colocado em palavras ou em termos lógicos, pois ele é intuitivo, está dentro das pessoas e nunca é descrito inteiramente, para adquiri-lo é necessário ter vivência e experiência direta com o objeto. Pode ser transmitido de uma pessoa para outra por meio de dados e informações. O conhecimento é obtido pelo próprio indivíduo, entregue por meios estruturados, como livros e documentos, mas principalmente do contato direto entre as pessoas, por conversas ou relações de aprendizagem (DAVENPORT, PRUSAK, 2003, p. 7).

Nonaka e Takeuchi (1997, p. 7) divide o conhecimento em tácito e explícito. O tácito é um conhecimento pessoal, difícil de formalizar e compartilhar, ele depende das ações, experiências, emoções, valores e ideais do indivíduo, sua natureza é subjetiva e intuitiva. O explícito é mais facilmente comunicado, pois pode ser expresso em palavras e ser codificado.

Para Rahman (2000, p. 4) existem dois sistemas de conhecimentos: o científico e o tradicional. O científico é um conhecimento explícito (objetivo), racional (mente), sequencial (lá e então) e digital (teórico), enquanto o tradicional é um conhecimento tácito (subjetivo), adquirido pela experiência (corpo), simultâneo (aqui e agora) e analógico (prático).

Já segundo Corrêa (1999, p. 53) existem três tipos de conhecimentos existentes: o tradicional e indígena, o científico e o tecnológico. Algumas diferenças marcam esses conhecimentos, segue no Quadro 1 as principais.

QUADRO 1 – TIPOS DE CONHECIMENTO

Sistema de conhecimento	Criadores/ Inventores	Métodos	Sistema de recompensas	Validação/ Avaliação	Codificação	Difusão
<b>Indígena Tradicional</b>	Comunidades	Teórico- Empírico	Reputação Serviço à comunidade	Uso	Tácita / Codificada	Restringida
<b>Ciência</b>	Indivíduos / Grupos de Pesquisadores	Científicos	Reputação pela primeira descoberta	Avaliação pelos pares	Codificada (publicações)	Livre
<b>Tecnologia</b>	Indivíduos / Empregados	Empírico / Científico	Aprovação dos benefícios	Êxito de mercado	Tácita / Codificada	Sujeita a autorização prévia

FONTE: adaptado de CORREA (1999, p. 53)

Os três diferentes tipos de conhecimentos se diferenciam quanto a respeito de: quem são seus criadores, quais métodos caracterizam cada um, quais são os sistemas de recompensa, avaliação e codificação e como se dá a difusão de cada tipo de conhecimento.

O conhecimento tradicional é criado pelas comunidades locais e indígenas, a ciência é criada por indivíduos ou grupos de pesquisadores e a tecnologia é criada por indivíduos independentes ou que trabalham para empresas. O conhecimento tradicional é validado por meio do uso dele dentro das comunidades, o científico é validado por meio da avaliação pelos pares e o tecnológico pelo êxito que a tecnologia obtém no mercado (CORREA, 1999, p. 54).

O acesso ao conhecimento tradicional é restringido, sua abertura depende do tipo de conhecimento, por isso, Corrêa (1999, p. 54) engloba os conhecimentos indígenas em três categorias: sagrado espiritual, especializado e geral. O sagrado é fortemente restringido, dentro e fora da comunidade, o especializado é transmitido entre os mestres e o geral circula sem restrição. O conhecimento científico pode ser difundido livremente por meio de publicações e a difusão do conhecimento tecnológico depende de autorizações prévias, pois podem estar protegidos por meio de patentes.

O sistema de recompensa do conhecimento tradicional se baseia no serviço prestado a comunidade. A recompensa do conhecimento científico é dada àquele que foi o primeiro a desenvolver o conhecimento, o qual possui a propriedade intelectual sobre a obra publicada. Já a recompensa do conhecimento tecnológico está na obtenção de utilidades, de produtos que são gerados e fazem sucesso no mercado de compra e venda.

Apesar das diversas diferenças citadas no Quadro 1, similaridades existem entre os



tipos de conhecimentos. Segundo Corrêa (1999, p. 54) a criação do conhecimento tecnológico é de caráter acumulativo, igual do conhecimento tradicional. As fontes de tecnologia incluem insumos científicos e empíricos e frequentemente os componentes da tecnologia não estão codificados, sendo tácito como no conhecimento tradicional. O traço que assemelha o conhecimento científico ao tradicional, segundo Corrêa (1999, p. 55), é que os dois não possuem restrições de acesso, são considerados pelo autor como conhecimentos de domínio público.

Segundo Carneiro da Cunha (2007, p. 78) os saberes tradicionais e científicos são diferentes, mas ambos são formas de entender e agir sobre o mundo e são obras abertas, inacabadas, que estão sempre se fazendo. O conhecimento tradicional se assemelha com o científico, pois de acordo com Lévi-Strauss (2009, p. 30) há entre os povos tradicionais, técnicas desenvolvidas por eles, algumas até complexas, que quando foram criadas o espírito científico estava presente. A curiosidade assídua, a vontade de conhecer pelo prazer de conhecer e as observações e experiências que levam a resultados práticos e imediatamente utilizáveis são atitudes científicas.

A concepção sobre a ciência se transformou nos últimos tempos, ela não é considerada neutra e não é mais vista pela perspectiva verificacionista. Segundo Shiva (2001, p. 30) a ciência emerge de cientistas com metáforas e paradigmas pressupostos, que determinam o sentido dos termos, conceitos e status da observação e do fato. Essa nova concepção da ciência é baseada na prática e isso faz com que a ciência ocidental moderna se assemelhe à ciência autóctone não-ocidental (tradicional).

O conhecimento científico, o conhecimento tecnológico e o conhecimento tradicional são fundamentais para o desenvolvimento da sociedade, principalmente se um estiver ligado ao outro. O conhecimento tradicional não pode ser esquecido, nem excluído, pois se isso ocorresse haveria muitas consequências negativas, principalmente para o meio ambiente, que é beneficiado com os conhecimentos sobre sustentabilidade das comunidades tradicionais (MELLO, 2013, p.16).

Segundo Dhewa (2011) a ciência, sozinha, não conseguirá combater a pobreza, as doenças e os desequilíbrios ecológicos, ela precisará de outras vias de investigação. O conhecimento científico e o conhecimento tradicional são dicotomias culturais e epistêmicas (SANTOS, 2005, p. 31), porém se trabalhados em conjunto podem ser peças-chave para o desenvolvimento do país.

O conhecimento tradicional pode dialogar com o conhecimento científico e Santos (2007, p. 33) afirma que necessitamos desses dois tipos de conhecimentos, a ciência consegue

levar os homens à lua, mas é o conhecimento dos indígenas e camponeses que conserva e mantém a biodiversidade do planeta.

Conforme Shiva (2001, p. 30) o reconhecimento das diversas tradições de criatividade faz manter vivos os diferentes sistemas de conhecimento e como estamos em um momento de intensa destruição ecológica, qualquer fonte de conhecimento ecológico pode ser vital para o futuro da humanidade e do planeta.

## 2.2 O TERMO “CONHECIMENTO TRADICIONAL” E SUAS DEFINIÇÕES

Para Rahman, no ano de 2000, existiam muitas definições para o conhecimento tradicional, mas todas estavam incompletas, porque o conceito era relativamente novo e ainda estava em evolução. Vários termos eram utilizados para se referir a mesma coisa: "Conhecimento Tradicional", "Conhecimento Ecológico Tradicional", "Conhecimento Ecológico Tradicional e Sistemas de Manejo Tradicionais", “Conhecimento Local”, “Conhecimento Indígena”, “Conhecimento Comunitário”, “Conhecimento das Populações Rurais” e “Conhecimento dos Produtores Rurais”.

Na língua francesa são utilizados termos como “*savoir*” ou “*connaissance*” seguidos de uma das expressões: “*traditionnelle*”, “*indigène*”, “*indigène traditionnelle*”, “*autochtone*” ou “*local*”. No Brasil o termo utilizado na legislação é “conhecimento tradicional”, o mesmo utilizado na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), mas são encontrados também na literatura os termos “saber tradicional”, “conhecimento local”, “saber local”, “conhecimento autóctone”, “etnociência” e suas variantes, como etnobotânica, etnozologia e etnoecologia. Ao se tratar das comunidades indígenas, utiliza-se “ciência indígena” ou “cultura indígena” (PERRELLI, 2008, p. 384). Carneiro da Cunha (1999, p. 156) diz que o termo “saber local” é equivalente a palavra tradicional.

Em pesquisa publicada por Mello (2013, p. 68) algumas palavras-chave se destacam nas publicações relacionadas com o conhecimento tradicional e demais termos citados por Rahman (2000). Em teses e dissertações brasileiras os termos são: 1. conhecimento tradicional, 2. etnoecologia, 3. cultura, 4. meio ambiente, 5. agroecologia, 6. educação ambiental, 7. saber tradicional, 8. comunidade tradicional e 9. etnofarmacologia. Em publicações mundiais indexadas na *Web of Science* alguns dos assuntos relacionados com o conhecimento tradicional são: *environmental science*, *plantsciences*, *environmental studies*,

*ecology, anthropology, geograph e pharmacology pharmacy.*

O termo “tradicional” para Ellen e Harris<sup>3</sup> (1996, apud PERRELLI, 2008, p. 385) “parece ter mais credibilidade” do que os outros e “está entre as maneiras mais comuns de se referir a um tipo particular de conhecimento”.

Nesta tese utiliza-se o termo “conhecimento tradicional” para se referir a este conhecimento que também é local, indígena e comunitário, pois é o termo que ficou mais consagrado entre os pesquisadores, sendo o termo utilizado na CDB, a convenção que é referência para diversos países que pesquisam sobre a proteção dos conhecimentos das comunidades tradicionais.

A terminologia “tradicional” pressupõe uma forma estática de conhecimento, transmitida sem alterações de geração a geração. “Quando esse termo é associado a uma determinada população, esta também é percebida como atrasada e imutável, isto é, como um grupo de pessoas que recusa todo tipo de compromisso com uma outra cultura, dita moderna” [...] “Tende-se a não se reconhecer como “tradicional” aquele que abandona ou recria seus costumes” (PERRELLI, 2008, p. 385). Entretanto, esta definição é questionada, pois o tradicional segundo Santos (2005, p. 33) se renova constantemente a cada novas experiências, novos desafios e circunstâncias históricas e Arruda (1999, p. 89) afirma que as comunidades tradicionais estão sujeitas às dinâmicas sociais e a mudança cultural, como em qualquer comunidade.

Resumindo as diversas definições, para Rahman (2000), o "conhecimento tradicional" pode ser denotado principalmente como um tipo de conhecimento tácito que tem evoluído dentro da comunidade e tem sido passado de uma geração para outra, englobando não apenas o local ou conhecimento indígena, mas também os científicos e outros adquiridos.

O conhecimento tradicional é definido por Diegues et al (2000) como “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural, sobrenatural, transmitido oralmente de geração em geração”. O conhecimento tradicional possui o formato principalmente tácito, difícil de ser transformado em uma linguagem formal. Para Rahman (2000) este conhecimento é incorporado nas experiências dos povos indígenas ou locais e envolve fatores intangíveis, incluindo suas crenças, perspectivas e sistemas de valores.

O conhecimento tradicional ‘associado’ é definido, no Brasil, na Lei nº 13.123, de 20

---

<sup>3</sup> ELLEN, R.; HARRIS, H. Concepts of indigenous environmental knowledge in scientific and development studies literature: a critical assessment. In: EAST-WEST ENVIRONMENTAL LINKAGES NET WORKSHOP, 3., 1996, Canterbury. **Proceedings...** Canterbury, 1996.

de maio de 2015 como “informação ou prática de população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional sobre as propriedades ou usos diretos ou indiretos associada ao patrimônio genético”. Define-se o patrimônio genético como a “informação de origem genética de espécies vegetais, animais, microbianas ou espécies de outra natureza, incluindo substâncias oriundas do metabolismo destes seres vivos” (BRASIL, 2015). Segundo Antunes (2002, p. 117) o Conhecimento Tradicional Associado é “a informação ou prática individual ou coletiva de comunidade indígena ou de comunidade local com valor real ou potencial, associada ao patrimônio genético”.

A Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI) define o conhecimento tradicional como um corpo vivo do conhecimento transmitido de geração em geração dentro de uma comunidade, que muitas vezes faz parte da identidade cultural e espiritual de um povo. Para Dutfield (2004) o conhecimento tradicional trata-se de um estoque de conhecimentos gerados e reproduzidos por diversas comunidades e povos em suas lidas com a natureza, os quais constituem seu patrimônio imaterial (DUTFIELD, 2004, p. 76). Os conhecimentos tradicionais estão presentes, sobretudo, nas comunidades, povos ou populações ditas tradicionais. As quais, segundo Marés (2004), são definidas como:

[...] aquelas que vivem vida coletiva e solidária e que conhecem e praticam seus processos comunitários e suas tradições, convivem com as plantas e dialogam com os animais, dominam os segredos das pedras e encontram nos sonhos seus antepassados e deles recebem informações e ensinamentos. Por isso têm ainda, e diariamente reproduzem, um conhecimento não sabido pela culta, sábia, e não rara vezes pedante, civilização ocidental.

Os povos indígenas, os pescadores, ribeirinhos, quilombolas, camponeses e caboclos são grupos de comunidades tradicionais. O conhecimento tradicional é a forma de conhecimento predominante desses povos, pois é passado de uma geração para outra. As informações sobre seus ritos, costumes, técnicas de pesca, modos de lidar com a terra, produzir alimentos, fabricar e utilizar tecnologias, criar artesanatos, desenvolvimento de métodos de cura, retirada de medicamentos da própria natureza, são transmitidas sem haver a existência de registros formais (MELLO, 2013).

A comunidade tradicional é definida na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, igualmente é definida no Decreto 6.040/2007 (que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais), como:

[...] grupo culturalmente diferenciado que se reconhece como tal, possui forma própria de organização social e ocupa e usa territórios e recursos naturais como condição para a sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição (BRASIL, 2015).

A mesma lei define quem são os provedores do Conhecimento Tradicional Associado: “população indígena, comunidade tradicional ou agricultor tradicional que detém e fornece a informação sobre conhecimento tradicional associado para o acesso” (BRASIL, 2015).

As comunidades tradicionais se caracterizam, segundo Diegues (2004, p. 87), pela:

- a) Dependência da natureza;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza, transmitido de geração em geração;
- c) Noção de território onde o grupo se reproduz economicamente e socialmente;
- d) Ocupação do território por várias gerações;
- e) Importância dada às atividades de subsistência;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada à família e às relações;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- i) Tecnologia utilizada relativamente simples, sem impacto sobre o meio ambiente;
- j) Fraco poder político;
- k) Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

O Brasil ainda possui uma presença forte de comunidades tradicionais e semelhante aos países da África é rico em recursos biológicos, existindo conhecimentos tradicionais que são praticados há séculos, antes mesmo da colonização. Transmitidos entre as gerações, se acumulam e refletem as crenças, as culturas e a relação da população local com o meio ambiente (ARIPO, 2016).

## 2.3 UTILIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL

O conhecimento tradicional é utilizado pelos países há tempos, antes da existência dos sistemas de proteção da propriedade industrial. No século XVIII, por exemplo, para combater a fome da população a batata inglesa, típica e tradicional da América do Sul, foi exportada para a Europa. A utilização por outros povos ou países do conhecimento tradicional típico de uma região ou comunidade, de produtos que são bases de uma cultura ou fazem parte de hábitos alimentares, não “fere o direito dos povos tradicionais em seus usos e costumes; o que prejudica é a restrição imposta a eles para utilizarem seus próprios saberes” (WANDSCHEER, 2004, p. 65, 66).

Os conhecimentos das comunidades tradicionais sobre a natureza são adquiridos por meio da observação e experimentação e são passados de geração em geração. Os territórios em que vivem as comunidades tradicionais geralmente são ricos em recursos naturais e o uso desses recursos dentro da própria comunidade é voltado para a subsistência. Havendo pouca articulação com o mercado, o manejo desses recursos é predominantemente de mão de obra familiar, com utilização de tecnologias tradicionais e sustentáveis (ARRUDA, 1999, p. 79).

Anteriormente o conhecimento tradicional era visto como patrimônio da humanidade e de acesso livre. Mas para “poupar tempo e recursos com atividades de pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos” passou a ser vislumbrado como fonte de lucro para as empresas (FERRAZ, BASSO, 2008, p. 68). As comunidades tradicionais passaram a ter seus conhecimentos explorados economicamente, aumentando a preocupação com os prejuízos causados às comunidades que geralmente são excluídas dos processos.

Nas duas últimas décadas as comunidades tradicionais dos países em desenvolvimento começaram a receber cada vez mais atenção por conta de seus conhecimentos. Indústrias e pesquisadores se interessam por produtos naturais que sejam fontes de novos compostos bioquímicos. Ressurgindo o interesse pelo conhecimento tradicional, sobretudo pelos recursos genéticos associados a este conhecimento.

Os recursos genéticos, conhecidos das comunidades tradicionais, são transformados pela biotecnologia em insumos estratégicos para o desenvolvimento de novos produtos ou processos em setores industriais que fabricam medicamentos, cosméticos, energia, alimentos, produtos únicos e distintos (CASTELLI, WILKINSON, 2002, p. 89).

A ARIPO (Organização Regional Africana de Propriedade Intelectual) afirma que o

conhecimento tradicional tem contribuído para a produção na economia moderna e desempenhando um papel importante nos programas de pesquisa e desenvolvimento das indústrias. Tem sido e continua a ser um elemento na comercialização de produtos naturais, cuja exploração indevida precisa ser paga de alguma forma.

A importância econômica dada ao conhecimento tradicional tem gerado amplas discussões de políticas públicas, principalmente relacionadas com a proteção da propriedade intelectual. A proteção do conhecimento tradicional ganhou destaque no cenário global, sendo assunto de diferentes fóruns (WIPO, CDB, FAO, a OMS, a CNUCED, UNESCO e OMC), os quais contribuem no esclarecimento de questões e resultam no desenvolvimento de regimes e políticas. Diversos instrumentos, nacionais e internacionais, legais para preservar, proteger e promover o desenvolvimento do conhecimento tradicional, principalmente dos associados à biodiversidade, têm sido propostos e adotados (ARIPO, 2016).

Segundo a ARIPO (2016) este interesse pelos recursos genéticos associados tem sido estimulado pela importância dos conhecimentos tradicionais como uma vantagem em avançar as fronteiras da ciência e tecnologia. Porém, o acesso a esses recursos gera muita tensão entre países e atores sociais, colocando grandes empresas em contato direto com as comunidades tradicionais, provocando discussões sobre os direitos dessas comunidades, que segundo Castelli e Wilkinson (2002, p. 90), dificilmente se enquadram nas legislações vigentes.

O conhecimento tradicional passou a ser visto sob uma dimensão econômica e segundo Rezende e Ribeiro (2005, p. 2) o conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais brasileiras “tem um papel-chave no processo de geração de inovações para a indústria, seja na localização de novas plantas, seja na sugestão de sua atividade farmacológica”, o crescimento do mercado de plantas medicinais fez aumentar a procura por conhecimentos tradicionais.

Essa procura por conhecimentos tradicionais além de provocar discussões sobre os direitos das comunidades tradicionais fez surgir à preocupação pela chamada biopirataria, que é a exploração e uso indevido dos recursos biológicos. A biopirataria existe no Brasil desde o descobrimento do país pelos portugueses, ocorrida com a exploração do pau-brasil e das seringueiras. Atualmente com as formas de propriedade privada, os registros de marcas e as patentes, a exploração silenciosa dos recursos naturais objetivando registros de produtos ou processos que geram alto retorno econômico, fez multiplicar a biopirataria.

Com relação à biopirataria e o indevido acesso aos recursos genéticos e

conhecimentos tradicionais, Carneiro da Cunha (2007, p. 83) argumenta que as populações tradicionais brasileiras, que sempre foram desfavorecidas, não percebem a diferença entre a biopirataria estrangeira e a biopirataria nacional, impedindo a colaboração e o intercâmbio respeitoso entre as populações tradicionais e a ciência e indústria brasileira. As indústrias não querem ter sua imagem vinculada com a biopirataria e as populações ficam desconfiadas quando são procuradas.

O Brasil é um país cientificamente equipado para desenvolver e valorizar os recursos genéticos megadiversificados existentes no país, por isso Carneiro da Cunha (2007, p. 84) diz ser necessário encontrar formas e meios institucionais para o conhecimento tradicional e o científico viverem juntos, reconhecer e valorizar as contribuições do conhecimento tradicional para a ciência e compartilhar benefícios com as populações tradicionais detentoras do conhecimento.

O uso do conhecimento tradicional vai além da biopirataria e da bioprospecção, que são explorações econômicas da biodiversidade. As comunidades tradicionais vivem em harmonia com o meio ambiente e podem contribuir com a preservação ambiental. Os sistemas de conhecimentos autóctones (tradicionais), segundo Shiva (2001, p. 30), são de um modo geral ecológicos e as comunidades tradicionais compreendem melhor a complexidade das inter-relações existentes na natureza, enquanto que a ciência com seu modelo reducionista e fragmentado não está equipada para ter esta igual compreensão.

Uma análise dos conhecimentos e técnicas das comunidades tradicionais apontaria para um manejo sustentável do meio ambiente, porém segundo Arruda (1999, p. 83) as comunidades são afastadas e desprezadas durante a construção de políticas públicas, mesmo sendo as primeiras a sentirem as destruições ambientais e as últimas a se beneficiarem das políticas de conservação.

## 2.4 ACESSO E PROTEÇÃO DO CONHECIMENTO TRADICIONAL

O acesso ao Conhecimento Tradicional Associado se dá por meio de pesquisas ou desenvolvimentos tecnológicos, realizados sobre conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, que possibilite ou facilite o acesso ao patrimônio genético, ainda que obtido de fontes secundárias, tais como: feiras, publicações, inventários, filmes, artigos científicos, cadastros e outras formas de sistematização e registro de conhecimentos



tradicionais associados (BRASIL, 2015).

As exigências que um pesquisador deve seguir para desenvolver projetos em comunidades e terras indígenas são diversas, o que torna a pesquisa dificultosa. Além dos documentos exigidos, ficam dependentes de autorizações e pareceres de órgãos governamentais, os quais são solicitados pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) durante a instrução do processo administrativo. As especificidades dos diferentes tipos de pesquisas definem os órgãos governamentais aos quais é necessário submeter o projeto, a fim de obter autorização. É também indispensável à solicitação de “parecer de mérito científico da pesquisa” ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI (FUNAI, 2006).

Desta forma, para pesquisas que visem o acesso ao conhecimento tradicional associado é necessário encaminhar o projeto de pesquisa para autorização de acesso ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional- IPHAN, Departamento de Patrimônio Imaterial. Para pesquisas que impliquem acesso ao patrimônio genético, deve-se encaminhar o projeto de pesquisa para autorização de acesso ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, do Ministério do Meio Ambiente. E para pesquisa envolvendo os seres humanos, é preciso submeter o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa/ Comissão Nacional de Ética na Pesquisa – CEP/CONEP, conforme Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde – CNS, do Ministério da Saúde, para emissão de parecer de ética da pesquisa nas ciências humanas e sociais.

As atividades de pesquisa de caráter científico, que utilizarem imagens, sons, grafismos ou outras criações e obras indígenas também devem seguir os procedimentos de solicitação de autorização, visando o respeito aos direitos autorais e de imagem indígenas. A Portaria nº 177/PRES, de 16 de fevereiro de 2006, aprovada pela FUNAI, visa o respeito aos povos indígenas, a proteção de seu patrimônio material e imaterial relacionados à imagem, criações artísticas e culturais e descreve os procedimentos administrativos e a relação dos documentos exigidos para a autorização (BRASIL, 2006).

O Conselho Nacional de Saúde assinou no ano 2000 a Resolução MS/CNS nº 304, a qual complementou a Resolução de diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos (CNS nº 196/96, revogada em 13 de junho de 2013 pela publicação da nova Resolução nº 466). A Resolução MS/CNS nº 304 acrescentou normas para pesquisas envolvendo seres humanos de áreas de povos indígenas. Com relação aos aspectos éticos da pesquisa envolvendo povos indígenas, pode-se destacar na Resolução:

2 – Qualquer pesquisa envolvendo a pessoa do índio ou a sua comunidade deve:

2.1 – respeitar a visão de mundo, os costumes, atitudes estéticas, crenças religiosas, organização social, filosofias peculiares, diferenças lingüísticas e estrutura política;

2.2 – Não admitir exploração física, mental, psicológica ou intelectual e social dos indígenas;

2.3 – Não admitir situações que coloquem em risco a integridade e o bem-estar físico, mental e social;

2.4 – Ter a concordância da comunidade alvo da pesquisa, que pode ser obtida por intermédio das respectivas organizações indígenas ou conselhos locais, sem prejuízo do consentimento individual, que em comum acordo com as referidas comunidades designarão o intermediário para o contato entre pesquisador e comunidade. Em pesquisas na área de saúde deverá ser comunicado o Conselho Distrital;

2.5 - Garantir igualdade de consideração dos interesses envolvidos, levando em conta a vulnerabilidade do grupo em questão.

4 – Será considerado eticamente inaceitável o patenteamento por outrem de produtos químicos e material biológico de qualquer natureza obtidos a partir de pesquisas com povos indígenas (BRASIL, 2000).

O ingresso em terras indígenas com finalidade de desenvolver pesquisa científica é possível seguindo a Instrução Normativa nº 01/PRESI, de 29 de novembro de 1995. A Instrução Normativa exige diversos documentos, tais como (BRASIL, 1995):

- Carta do pesquisador de solicitação de autorização de ingresso em Terra indígena endereçada à Presidência da Funai, com a especificação da Terra Indígena e da Aldeia, do povo indígena, período de ingresso, endereço para correspondência, telefone, correio-eletrônico (e-mail) e com a relação dos membros da equipe a ingressar, se houver.
- Carta de apresentação do pesquisador, por parte de seu orientador de pesquisa.
- Comprovação de vínculo formal do pesquisador com a instituição de pesquisa.
- Cópia do projeto de pesquisa.
- Cópia de currículo do pesquisador.
- Cópia dos documentos pessoais de identificação (RG e CPF) do pesquisador e da equipe, se houver. Em se tratando de pesquisador estrangeiro, cópia do passaporte com identificação e vistos de entrada no país.
- Atestado médico de cada ingressante de que não possui moléstia infectocontagiosa.
- Cópia da carteira de vacina dos ingressantes com anotação de vacina contra febre amarela válida.

- Autorização publicada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação-MCTI quando se tratar de pesquisador estrangeiro.

Até a década de 1990 os conhecimentos tradicionais e os recursos genéticos eram considerados patrimônio da humanidade, de livre acesso e eram a esperança para a cura de doenças, enquanto que os remédios nas indústrias de biotecnologia eram considerados de propriedade privada e patenteáveis. A ideia que se tinha era que a privatização e o patenteamento das descobertas de medicamentos e de sementes que possuíam os recursos genéticos estimulava a inovação. As indústrias dos países desenvolvidos conseguiam os recursos genéticos de graça, por meio dos conhecimentos dos povos tradicionais, em sua maioria presentes nos países do hemisfério sul, transformavam esses recursos em propriedade privada e não retornavam benefícios para os povos tradicionais. Duas soluções existiam para este problema, a primeira era deixar de livre acesso tanto os recursos genéticos conhecidos pelos povos tradicionais quanto os produtos desenvolvidos pela biotecnologia e a segunda solução era patentear os produtos e proteger os conhecimentos tradicionais. Em 1992 a segunda solução foi vista como sendo a mais viável (CARNEIRO DA CUNHA, 1999, p. 149).

Um importante marco institucional para regulação do acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), foi publicada em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro. Mais de 160 países assinaram o acordo, que entrou em vigor em dezembro de 1993. A partir desta data, a discussão sobre o conhecimento tradicional foi potencializada. Ainda que não tenha caráter de lei – trata-se do que o Direito Internacional Público chama de *soft law*<sup>4</sup>- a CDB foi o primeiro documento internacional a reconhecer os princípios do “consentimento prévio e informado” e da “repartição de benefícios” como condições necessárias para o acesso aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. O consentimento prévio informado é o “consentimento formal, previamente concedido por população indígena ou comunidade tradicional segundo os seus usos, costumes e tradições ou protocolos comunitários” e o acordo de repartição de benefícios é o “instrumento jurídico que qualifica as partes, o objeto e as condições para repartição de benefícios” (BRASIL, 2015).

---

<sup>4</sup> Tratados ou convenções internacionais facultativos, desprovidos de caráter jurídico em relação a seus signatários.

A CDB reconheceu a estreita e histórica dependência dos recursos biológicos mantida por muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais. Estabelecendo que a parte contratante interessada respeite, preserve e mantenha o conhecimento, inovações e práticas das comunidades, sendo desejável a repartição equitativa dos benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional (MMA, 2000).

Os objetivos da CDB são:

1. Conservação da diversidade biológica;
2. Utilização sustentável de seus componentes;
3. Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado (MMA, 2000).

Buscando a implementação efetiva do objetivo três da CDB, o Protocolo de Nagoya fornece um quadro jurídico transparente sobre o tema. Este Protocolo é um acordo suplementar a CDB, é a principal iniciativa internacional sobre Acesso e Repartição de Benefícios. O Protocolo de Nagoya <sup>5</sup> tem o objetivo de regulamentar a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos, contribuindo assim para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Foi adotado em 29 de Outubro de 2010, em Nagoya (Japão) e entrou em vigor em 12 de Outubro de 2014. Porém, entrou em vigor sem a participação do Brasil, que apesar de signatário não ratificou o documento.

O estudo dos conhecimentos das comunidades tradicionais é fundamental para a conservação da biodiversidade. No Artigo 12 da CDB, a pesquisa e o treinamento científico e técnico sobre diversidade biológica, são incentivados. Sendo proposto:

- a) O estabelecimento, a manutenção e o apoio a programas de educação e treinamento científico e técnico;
- b) O estímulo às pesquisas que contribuam para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica, especialmente nos países em desenvolvimento;
- c) A cooperação na utilização de avanços científicos da pesquisa sobre diversidade biológica para elaborar métodos de conservação e utilização sustentável de recursos biológicos (MMA, 2000).

---

<sup>5</sup> <http://www.mma.gov.br/publicacoes/patrimonio-genetico?download=1025:protocolo-de-nagoia>

Após a assinatura da CDB surgiu a necessidade de criação de regimes jurídicos nacionais e internacionais que estimulassem a repartição de benefícios com os detentores do conhecimento tradicional, importantes na preservação da biodiversidade.

Durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também foi assinado por 179 países o documento intitulado “Agenda 21”, definido como um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

O documento é um programa de ação com 40 capítulos. O Capítulo 15 trata da CDB e o item 15.3 deixa claro que a participação e o apoio das comunidades locais são elementos essenciais para a proteção dos ecossistemas, juntamente com a adoção de ações nacionais e internacionais eficazes para a conservação *in situ* e *ex situ* dos recursos biológicos e genéticos e para a melhoria das funções dos ecossistemas. O item 15.5 dispõe que os governos devem “adotar medidas para respeitar, registrar, proteger e promover uma maior aplicação dos conhecimentos, inovações e práticas das comunidades indígenas e locais que reflitam estilos de vida tradicionais”, os governos devem também permitir a conservação da diversidade biológica e o uso sustentável dos recursos biológicos com a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes do uso, promovendo mecanismos que incentivem a participação dessas comunidades, destacando a participação inclusive das mulheres, na conservação e manejo dos ecossistemas. O Item 15.7 diz que os governos devem “promover a cooperação técnica e científica no campo da conservação da diversidade biológica e do uso sustentável de recursos biológicos e genéticos” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1997).

O Capítulo 26 da Agenda 21 é dedicado ao “reconhecimento e o fortalecimento do papel das populações indígenas e suas comunidades”. Nele são traçados objetivos e atividades atribuídas aos governos, entre as medidas propostas nos objetivos está: “o reconhecimento de seus valores, seus conhecimentos tradicionais e suas práticas de manejo de recursos, tendo em vista promover um desenvolvimento ambientalmente saudável e sustentável” e entre as atividades está a seguinte medida: “adotar ou reforçar políticas e/ou instrumentos jurídicos apropriados que protejam a propriedade intelectual e cultural indígena e o direito de preservar sistemas e práticas consuetudinários e administrativos” (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1997).

Em setembro de 2015 se reuniram em Nova York 193 Estados-membros da ONU e

assinaram um novo plano de ação, uma nova agenda global de desenvolvimento, intitulada “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a qual indica 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável a serem alcançados pelos países até o ano de 2030. O objetivo 2 (Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável) possui como uma das metas:

2.5 até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e adequadamente geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, conforme acordado internacionalmente (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p.18).

Até 2015, no Brasil, o que regulamentava o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para a conservação e utilização da diversidade biológica, era a Medida Provisória 2.186-16, de 23 de agosto de 2001. No dia 20 de maio de 2015 a Medida Provisória foi revogada pela Lei nº 13.123, assinada pela Presidente da República. Em 11 de maio de 2016 o Decreto nº 8.772 regulamentou esta nova Lei.

O Art. 3º da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, regulamenta que o acesso ao patrimônio genético existente no País ou ao conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico e a exploração econômica de produto acabado ou material reprodutivo oriundo desse acesso somente serão realizados mediante cadastro, autorização ou notificação, e serão submetidos a fiscalização, restrições e repartição de benefícios nos termos e nas condições estabelecidos nesta Lei e no seu regulamento (BRASIL, 2015).

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) possui atualmente 43 resoluções com normas sobre o acesso ao Patrimônio Genético. O CGEN é um órgão de caráter deliberativo e normativo criado pela MP no 2.186-16 no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, é integrado por representantes de 19 órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

Tendo em vista o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica o CGEN por meio da Resolução nº 9, de 18 de dezembro de 2003, resolveu estabelecer diretrizes para a obtenção de anuência prévia para o acesso a componente do patrimônio genético situado em

terras indígenas, em áreas privadas, de posse ou propriedade de comunidades locais e em unidades de conservação de uso sustentável, sem potencial ou perspectiva de uso comercial. O Artigo 2º desta resolução descreve:

Art. 2º O processo de obtenção de anuência prévia a que se refere o art. 1º desta Resolução pautar-se-á pelas seguintes diretrizes, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação vigente:

I – esclarecimento à comunidade anuente, em linguagem a ela acessível, sobre o objetivo da pesquisa, a metodologia, a duração, o orçamento, os possíveis benefícios, fontes de financiamento do projeto, o uso que se pretende dar ao componente do patrimônio genético a ser acessado, a área geográfica abrangida pelo projeto e as comunidades envolvidas;

II – respeito às formas de organização social e de representação política tradicional das comunidades envolvidas, durante o processo de consulta;

III – esclarecimento à comunidade sobre os impactos sociais, culturais e ambientais decorrentes do projeto;

IV – esclarecimento à comunidade sobre os direitos e as responsabilidades de cada uma das partes na execução do projeto e em seus resultados;

V – estabelecimento, em conjunto com a comunidade, das modalidades e formas de contrapartida derivadas da execução do projeto;

VI – garantia de respeito ao direito da comunidade de recusar o acesso ao componente do patrimônio genético, durante o processo da Anuência Prévia (BRASIL, 2003).

A Resolução nº 11, de 25 de março de 2004, estabelece diretrizes para a elaboração e análise dos contratos de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios, que envolvam acesso a componente do patrimônio genético ou a conhecimento tradicional associado, providos por comunidades indígenas ou locais. Já a Resolução nº 12, também de 25 de março de 2004, estabelece diretrizes para a obtenção de anuência prévia para acesso a componente do patrimônio genético, com finalidade de bioprospecção ou desenvolvimento tecnológico.

Um problema recorrente dos documentos legais nacionais e internacionais é que embora eles reconheçam o direito de salvaguarda do conhecimento tradicional e estabeleçam diretrizes para o acesso a esta forma de conhecimento, não reconhecem expressamente a inventividade do conhecimento tradicional, o que resultaria na certificação dos direitos de propriedade intelectual das comunidades tradicionais. Este reconhecimento teria que ser feito em lei complementar, o que ainda não aconteceu em diversos países, como Brasil. Uma das razões associadas a esta lacuna regulatória é a questão da representação. O conhecimento tradicional é, com frequência, coletivo e difuso. Pode transcender barreiras étnicas e

territoriais, abarcando diferentes comunidades distribuídas em territórios vizinhos.

Em países como o Peru, há experiências em curso. Por exemplo, as comunidades Quechuas, da região Andina conhecida como “Parque da Batata”, partiram para uma governança coletiva, com uma associação que reúne representantes de seis comunidades que explora comercialmente os direitos de propriedade intelectual da marca “*Potato Park*” (usada em produtos alimentícios e têxteis), bem como auferem os benefícios econômicos do ecoturismo praticado no local, desde 2006 (WEILER et al., 2014). No entanto, além de demandar a organização de comunidades em associações do tipo “pessoa jurídica”, práticas como estas não são consensuais, visto que há comunidades e ativistas que a acusam de “mercantilizar” ou “comoditizar” o conhecimento tradicional.

O Acordo TRIPS (*Trade-Related Aspectsof Intellectual Property Rights*), da Organização Mundial do Comércio (OMC), assinado em 1994 e promulgado no Brasil pelo Decreto nº 1.355, entra em conflito com a CDB, pois não confere direitos de proteção para produtos que são de propriedades coletivas das comunidades tradicionais. O Acordo regulamenta: Direito do Autor e Direitos Conexos, Marcas, Indicações Geográficas, Desenhos Industriais, Patentes, Topografias de Circuitos Integrados, Proteção de Informação Confidencial, e Controle de Práticas de Concorrência Desleal em Contratos de Licenças. Prevendo um sistema de proteção da propriedade industrial e garantindo a propriedade individual e excluindo “toda a forma de manifestação tradicional do conhecimento e em consequência a possibilidade de sua proteção” (WANDSCHEER, 2004, p. 25).

A Lei de propriedade industrial é ineficaz para proteger os conhecimentos das comunidades tradicionais, por isso, Sunder (2007) defende a ideia de um regime jurídico que reconheça as “pessoas pobres” (detentoras de conhecimentos tradicionais) como agentes, não apenas como objetos de propriedade intelectual ou fornecedores de matéria-prima, baseando-se em uma visão mais ampla da relação entre propriedade intelectual e o próprio desenvolvimento. Revelando outro lado da propriedade intelectual: o lado social e cultural, não apenas o econômico.

Segundo Carneiro da Cunha (1999, p. 160) o patenteamento do conhecimento tradicional não é viável, Cunha diz que “patentear *não*, retribuir o aporte e compartilhar os benefícios, *sim*”. Para Carneiro da Cunha é necessário ter a valorização do conhecimento, pode haver pagamento de *royalties* e co-titularidade se forem desenvolvidos produtos comerciais, mas é preciso preservar o caráter público do conhecimento e das sementes locais, pois é a condição para seu florescimento. Os Estados nacionais, segundo Carneiro da Cunha



(1999, p. 161) deveriam: proteger por meio de um sistema legal os conhecimentos locais, preservar a livre circulação de cultivares e sementes e estabelecer regras para negociações com as comunidades locais, sem prejuízos para elas.

A segurança e proteção aos proprietários e detentores de conhecimentos tradicionais nos países em desenvolvimento estão sendo o foco de recentes iniciativas de Direito Internacional Econômico, com a criação de quadros jurídicos nacionais e regionais, medidas *sui generis* e acordos comerciais bilaterais (MARTENS, SOOBRAMANIEN, 2016).

Para Martens e Soobramanien (2016) sistemas legais *sui generis* destinados exclusivamente a abordar as características do conhecimento tradicional, parecem fornecer uma garantia de proteção viável e oportunidade para um maior desenvolvimento e inovação tecnológica.

Segundo Dantas (2006, p. 89) o conhecimento tradicional é coletivamente e socialmente construído, por meio de “práticas e experiências culturais, relacionadas ao espaço social, aos usos, costumes e tradições”. É caracterizado por ser um conhecimento compartilhado socialmente, com intercâmbios de informações, se diferenciando do “caráter individualista da propriedade privada”.

Da mesma forma que Dantas (2006, p. 89), Silva e Pilau (2012, p. 154) acreditam que o conhecimento tradicional é de caráter coletivo, empírico e com clara visão social, contrapondo o direito de propriedade intelectual, que possui o “caráter individual, de visão economicista e metodologicamente científico”. Portanto, a proteção dos conhecimentos tradicionais, segundo Silva e Pilau (2012, p. 154), não pode se dar por meio dos princípios existentes da propriedade intelectual. A proposta de Silva e Pilau é a de:

construção de um marco transnacional de caráter “*sui generis*” que leve em conta não mais as necessidades individuais de povos ou nações, mas a necessidade mundial de preservação do meio ambiente, acesso a informações tradicionais vitais para o desenvolvimento, com uma justa e clara recompensa aqueles que protegeram e conservaram tal conhecimento, mas que expresse um consenso mundial e não somente os interesses de uma parcela, embora rica, menor do substrato das nações (SILVA, PILAU, 2012, p. 154).

O sistema de patentes, segundo Santilli (2004), é um sistema que protege as inovações individuais com aplicações industriais e o conhecimento tradicional possui a titularidade coletiva, sendo impossível protegê-lo com a lógica da patente. Santilli (2004) da mesma forma que Silva e Pilau (2012), sugere a construção de um regime jurídico *sui generis*

de proteção aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Um dos pilares fundamentais do regime jurídico *sui generis* deve ser o reconhecimento da titularidade coletiva dos povos indígenas, quilombolas e populações tradicionais sobre os direitos intelectuais associados a seus conhecimentos tradicionais, por se reportarem a uma identidade cultural coletiva e a usos, costumes e tradições coletivamente desenvolvidos, reproduzidos e compartilhados. (SANTILLI, 2004).

A Organização Regional Africano Intelectual Política (ARIPO) é um exemplo citado por Martens e Soobramanien (2016) de iniciativa que visa a proteção do conhecimento tradicional. A ARIPO é composta por 16 países membros e tem o apoio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Suas iniciativas incluem o inventário do conhecimento tradicional, o desenvolvimento de um quadro legislativo e um instrumento jurídico regional de proteção (o Protocolo de Swakopmund).

O Protocolo de Swakopmund tem o objetivo de proteger os detentores do conhecimento tradicional contra qualquer violação dos seus direitos e proteger as expressões do folclore contra a apropriação indevida, uso indevido e exploração ilegal além de seu contexto tradicional (ARIPO, 2010).

A região do Pacífico tem sido pioneira na proteção do conhecimento tradicional e da Expressão Cultural Tradicional. A Declaração de Suva foi o primeiro instrumento regional a lidar com a proteção, emitido pela “*Regional Consultation on Indigenous Peoples’ Knowledge and Intellectual Property Rights*” em 1995. O grupo econômico sub-regional do Pacífico “*Melanesian Spearhead Group (MSG)*” tenta proteger os titulares e proprietários do conhecimento tradicional contra qualquer violação dos seus direitos e proteger as expressões da cultura contra a apropriação indevida, uso indevido e exploração ilegal (MARTENS, SOOBRAMANIEN, 2016).

## 2.5 INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

Junto com o Acordo TRIPS outro meio que foi proposto em 1994 para proteger os conhecimentos tradicionais foi o *Geographical Indications* (GI) ou Indicação Geográfica (IG), que é “um sinal usado em produtos que têm uma origem geográfica específica e possuem qualidades ou reputação que se devem a essa origem” (WIPO, 2016). Um dos

objetivos de uma IG é vincular um produto a sua região de origem, para promover o seu desenvolvimento e para aumentar o bem-estar socioeconômico das pessoas. Utilizado para certificar produtos feitos por meio de métodos tradicionais, geralmente produtos agrícolas, alimentos, vinhos e bebidas espirituosas, artesanato e produtos industriais (WIPO; MARTENS, SOOBAMANIAN, 2016).

A Indicação Geográfica possui uma relação muito forte com o turismo, o qual contribui e se beneficia dela. É por meio do turismo que os produtos com IG são reconhecidos fora de seu território. Ao mesmo tempo em que um produto com IG pode ser o atrativo de uma região, proporcionando o desenvolvimento turístico local. Segundo Maiorki e Dallabrida (2014, p. 14) o turismo é uma estratégia de *marketing* e de divulgação dos produtos com IG.

A proteção ao conhecimento tradicional por meio de Indicações Geográficas não é uma tarefa fácil, assevera Martens e Soobramanien (2016) que devido à falta de recursos financeiros, institucionais, infra-estrutura e capacidades humanas, a maioria dos países em desenvolvimento não podem realizar este tipo de iniciativas sem um apoio externo.

São exemplos de produtos originários do conhecimento tradicional africano segundo Martens e Soobramanien (2016): o rooibos da África do Sul, o karité da África Ocidental, o óleo de argan de Marrocos, kava de Ilhas Fiji e Vanuatu, e hoodia da África Austral.

A Argane (argan), árvore nativa do sudoeste de Marrocos, é um exemplo possível de proteção por IG. As condições geográficas da região fazem a árvore de argan única. Com diversos usos e propriedades o argan possui um papel fundamental na vida e cultura dos berberes, povos detentores dos conhecimentos tradicionais que utilizam a árvore como recurso econômico e alimento. A madeira da árvore é utilizada como combustível, as folhas como alimento para cabras, os frutos possuem uma casca grossa e da polpa são extraídos óleos utilizados em alimentos e cosméticos. Sendo um dos “óleos mais caros do mundo”, rico em vitaminas A, vitamina E e ácidos essenciais (WIPO, 2016).

As mulheres berberes com seus conhecimentos tradicionais extraem o óleo de argan a séculos e o método tradicional continua sendo a forma mais eficaz de extração, tendo um papel socioeconômico vital para cerca de três milhões de pessoas, a grande maioria da comunidade rural. A importância das árvores de argan para a região geográfica e para os povos que vivem lá levou o governo marroquino à busca de proteção da árvore por meio da indicação geográfica (IG). A IG identificaria o argan como sendo da região de Marrocos, sinalizando ao consumidor que a produção atende aos padrões específicos e o produto é

genuíno, tornando mais fácil a identificação de produtos falsos, garantindo a proteção dos produtores e valorizando o conhecimento tradicional / local (WIPO, 2016).

No Brasil a Indicação Geográfica (IG) é usada para “identificar a origem de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve a sua origem” (INPI, 2016). O registro da IG não possui prazo de validade e a utilização da IG fica restringida aos produtores e prestadores de serviços da região, ficando outras pessoas impedidas de utilizarem o nome da região em produtos ou serviços indevidamente (INPI, 2016). As indicações geográficas, no contexto brasileiro, para Wilkinson, Cerdan e Dorigon (2017) são um fenômeno heterogêneo complexo e um componente dos movimentos mais amplos de apoio e fomento a produtos alimentícios e artesanais.

Os registros dos produtos com IG aumentaram nos últimos anos. No Brasil o registro é feito pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). Alguns fatores influenciam para que um produto adquira notoriedade e tenha um registro de IG, como fatores relacionados com “o local de produção, em função do solo, do clima, da forma de produção e colheita, ou com outras características que lhe confirmam um diferencial” (MAIORKI, DALLABRIDA, 2014, p. 14).

A responsabilidade pela promoção institucional das IG é dividida entre o Ministério da Agricultura (MAPA) e o Ministério da Indústria e Comércio (MDIC). No MAPA há a Coordenação para a Promoção da IG para produtos agrícolas (CIG) e no MDIC existe o INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) que é uma autarquia federal que abriga a Coordenação Geral de Indicações Geográficas e Registros (CGIR). Para Wilkinson, Cerdan e Dorigon (2017) esta divisão de responsabilidades acaba até dificultando a promoção das IG.

Duas importantes instituições públicas, a EMBRAPA e o SEBRAE, forneceram apoios decisivos para as IG brasileiras, segundo Wilkinson, Cerdan e Dorigon (2017) as duas instituições, cada um com uma cobertura nacional, adotaram estratégias para a agricultura e foram essenciais tanto para a disseminação quanto para a prestação de assistência técnica na preparação de pedidos de IG.

A IG no Brasil é dividida em duas modalidades: Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP).

- Considera-se Indicação de Procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que tenha tornado conhecido como

centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço (Instrução Normativa nº 25/2013).

- Considera-se Denominação de Origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos (Instrução Normativa nº 25/2013).

Indicação de Procedência (IP) e Denominação de Origem (DO) são diferenciadas por Maiorki e Dallabrida (2014, p. 16): a IP está relacionada com o modo de produção e aspecto cultural do local onde é produzido o produto e não tem diferenciação com relação à qualidade deste com outros similares, já a DO é dada a produtos que em seus componentes possuem características físico-químicas, que devido às condições geográficas, não são encontradas em outras regiões, sendo um produto personalizado e único.

O INPI disponibiliza em seu site<sup>6</sup> os pedidos de indicações geográficas concedidas e em andamento. Nove Denominações de Origem e trinta Indicações de Procedência foram concedidas até junho de 2016 pelo INPI para diversos estados brasileiros. Segue três exemplos de produtos concedidos com Denominações de Origem e três produtos concedidos com Indicações de Procedência.

#### **Denominações de Origem:**

##### - Arroz

Nome Geográfico: Litoral Norte Gaúcho (RS)

Requerente: Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho

##### - Camarões

Nome Geográfico: Costa Negra (CE)

Requerente: Associação dos Carcinicultores da Costa Negra

##### - Gnaisse

Nome Geográfico: Região Pedra Carijó Rio de Janeiro (RJ).

Requerente: Sindicato de Extração e Aparelhamento de Gnaisses no Noroeste do Estado do Rio de Janeiro – SINDGNAISSES.

---

<sup>6</sup> <http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica/pedidos-de-indicacao-geografica-no-brasil>

### Indicações de Procedência:

- Vinhos: tinto, branco e espumante

Nome Geográfico: Vale dos Vinhedos (RS).

Requerente: A. P. de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos – APROVALE.

- Café

Nome Geográfico: Região do Cerrado Mineiro (MG).

Requerente: Cons. das Ass. dos Cafeicultores do Cerrado – CACCER

- Carne Bovina e seus derivados

Nome Geográfico: Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (RS).

Requerente: Ass. Prod. Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional

As iniciativas regionais, nacionais e internacionais de proteção ao conhecimento tradicional interferem diretamente nas pesquisas científicas e segundo Martens e Soobramanien (2016) os resultados promissores dessas iniciativas justificam o estudo mais aprofundado sobre o tema. Por isso, o objetivo desta tese é construir indicadores da produção científica sobre o conhecimento tradicional.

Para a construção desses indicadores e mapeamento das produções científicas aplica-se a técnica da bibliometria, a qual é frequentemente utilizada no campo CTS. A bibliometria consiste na análise quantitativa de dados gerados das pesquisas científicas e tecnológicas, divulgados pela literatura científica e pelas patentes. Permite identificar o estado da ciência e tecnologia, sendo aplicada na história da ciência, nas ciências sociais, na documentação e na política científica, avaliando e orientando a pesquisa e desenvolvimento (OKUBO, 1997).

- **História da ciência**, explicando o desenvolvimento das disciplinas científicas e traçando os movimentos históricos que são revelados nos resultados obtidos pelos pesquisadores;
- **Ciências sociais**, através da análise da literatura científica, que sustenta a análise da comunidade científica e sua estrutura em uma dada sociedade, bem como as motivações e redes de pesquisadores;
- **Documentação**, podendo contar o número de revistas por bibliotecas, identificando os periódicos que constituem o núcleo e a periferia de uma disciplina;
- **Política científica**, fornecendo indicadores para medir a produtividade e qualidade científica, assim sendo uma base para avaliar e orientar a pesquisa e

desenvolvimento (OKUBO, 1997; tradução de MELLO, 2013).

Na seção seguinte serão apresentadas teorias e conceitos fundamentais associados à bibliometria.

## 2.6 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A ciência e a tecnologia desenvolvidas por países, instituições ou pesquisadores podem ser avaliadas de diversas formas. Uma delas é analisando a produção científica publicada em teses, dissertações e artigos, pois são fontes de informação que divulgam resultados de pesquisas. A produção científica pode ser avaliada por meio de métodos quantitativos que geram indicadores eficazes em representar o estado e o desenvolvimento de determinada área da ciência.

A Bibliometria, juntamente com a Cientometria, a Informetria e a Webometria constituem-se:

[...] como campo interdisciplinar dedicado ao estudo quantitativo da ciência e da tecnologia e estão voltados para avaliar a produção científica e tecnológica produzida pela comunidade científica no interior das áreas de conhecimento, representada por artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos publicados em anais de eventos, e também patentes (HAYASHI, 2013, p. 10).

A Bibliometria é, segundo Araújo (2006, p. 12), “uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. É uma técnica de análise da produção científica que por meio de indicadores mede o estado e a evolução de qualquer tema científico. Existem três principais tipos de indicadores: 1. Indicadores de atividade: analisam os dados bibliográficos das produções científicas; 2. Indicadores de impacto: medem as citações dos documentos; 3. Indicadores de ligação: medem as colaborações científicas e as redes de relacionamentos. O segundo tipo engloba o Fator de Impacto (FI) que é a divisão do número de citações pelo número de artigos publicados em uma revista (GREGOLIN et al, 2005).

Esses indicadores são eficientes para analisar produções científicas, mas como todo método quantitativo possui limitações. O número elevado de autocitações pode interferir nos indicadores de impacto, há a predominância no número de citações de artigos escritos em inglês, existem pesquisas que não são publicadas e ficam fora das estatísticas, há revistas que não são indexadas nas bases de dados e há autores que criticam as pesquisas quantitativas,

pois dizem que os números não mostram a qualidade. Mesmo com limitações os indicadores bibliométricos possuem vantagens e conseguem representar o estado da ciência com a análise das produções científicas. Aliando esses indicadores ao estudo exploratório e descritivo e uma boa revisão teórica os resultados são de qualidade.

## 2.7 INDICADORES DE CITAÇÕES

A escrita de um trabalho científico, como de teses e dissertações, requer a leitura e estudo de outras fontes de informação. Qualquer tipo de pesquisa, de abordagem qualitativa ou quantitativa, necessita de um levantamento de dados bibliográficos de diferentes fontes para ser desenvolvida.

Toda bibliografia referente a um tema de pesquisa a ser estudado pode ser utilizada como fonte. Livros, revistas, jornais, anais de eventos, documentos jurídicos, teses, dissertações, material cartográfico e filmes são fontes consultadas por pesquisadores. Essas consultas bibliográficas são feitas com determinados objetivos como, por exemplo, entrar em contato com o que já foi produzido sobre o tema, evitar duplicações de pesquisa, dar base teórica para o desenvolvimento da pesquisa, fazer comparações entre a pesquisa realizada e a literatura já existente, ou apresentar novos enfoques para temas já abordados.

Essas fontes de informação utilizadas pelos pesquisadores aparecem nos trabalhos por meio das citações e referências. As citações estão na introdução, no referencial teórico, ou até mesmo nas considerações finais dos trabalhos. As citações e referências são importantes para manter o direito autoral dos autores citados, mas sua relevância vai além.

Segundo Guedes e Borschiver (2005, p. 13) as citações “visam, primordialmente, acessibilidade ao material citado” e a citação “indica uso do citado pelo citante”. No processo de produção científica é relevante a citação e referência a outros textos e autores, pois vincula o conhecimento que está sendo produzido aos conceitos e paradigmas já existentes. As citações identificam as relações semânticas entre dois textos, aquele que está sendo produzido e aquele que está sendo citado.

Para Alvarenga (1999) a citação além de ser um mecanismo que o autor dispõe para se reportar aos fundamentos teóricos e metodológicos vigentes na área de pesquisa é também um ato com implicações psicológicas, sociológicas, políticas e históricas, evidenciando até mesmo o narcisismo dos autores por meio das autocitações.



É possível utilizar as citações para estudar a ciência, pois por meio das citações formam-se redes de relacionamentos que revelam padrões e características de um grupo (ROMANCINI, 2010, p. 20). São relacionamentos entre participantes do circuito científico, que evidenciam importantes conexões intelectuais, onde o autor de um texto cita um texto de outro autor e quanto mais citações um autor ou um documento recebe mais conhecido ele fica entre seus pares e mais reconhecimento ele ganha no circuito científico.

A análise de citações é uma técnica que surgiu com os estudos bibliométricos e cienciométricos e é segundo Foresti (1990, p. 53): “uma parte da Bibliometria que investiga as relações entre os documentos citantes e os documentos citados considerados como unidades de análise, no todo ou em suas diversas partes: autor, título, origem geográfica, ano e idioma de publicação etc”.

A análise de citações possui contribuições para a ciência. Ao analisar as citações de um trabalho é possível avaliar a informação escrita pela literatura que foi utilizada, vendo se o autor utilizou fontes confiáveis ou não; é possível encaminhar o leitor para outras fontes de informação sobre o assunto, indicando as referências das citações utilizadas; é possível também o reconhecimento, entre os pares, de um cientista em particular que esteja sendo citado (NORONHA, 1998, p. 66).

Para Guedes e Borschiver (2005, p. 13) a análise de citações possui grandes contribuições e aplicações. Contribui primeiro para identificar a frente de pesquisa de uma determinada área científica, pois a análise de um conjunto de autores que se citam revela múltiplas relações na literatura sobre um assunto, depois contribui para identificar trabalhos de grupos de colaboração que formam redes e colégios invisíveis.

A análise de citações pode ser aplicada em bibliotecas, na ciência e administração de recursos, auxiliando na gestão de coleções de bibliotecas, no mapeamento do desempenho dos autores na ciência e no financiamento de pesquisa.

Guedes e Borschiver (2005, p. 13) acrescenta que a análise de citações é também uma ferramenta que ajuda na “recuperação da informação, avaliação de periódicos, na produtividade de autores, medida de qualidade de uma dada informação, medida do fluxo de informação em uma unidade, sociologia da ciência, indicador de estruturas e tendências científicas”.

A análise dos autores citados e suas citações traz resultados que dialogam com leis e teorias que dizem que são poucos os autores citados com mais frequência e muitos os autores que quase não são citados, pois poucos publicam muito e muitos publicam pouco e aqueles

que mais têm publicações e citações tendem a ter cada vez mais. Lotka (1926), Derek de Solla Price (1965), Eugene Garfield (2006) e Merton (1968) são referências para os estudos cienciométricos relacionados com análise de citações.

A Lei de Lotka, clássica lei da Bibliometria formulada em 1926 por Alfred J. Lotka, afirma que “uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores” (ARAÚJO, 2006, p. 13; LOTKA, 1926). Lotka ao analisar o Chemical Abstracts, entre 1909 e 1916, concluiu que 60% dos autores publicaram somente uma única vez, foram poucos os que publicaram muitas vezes e descobriu existir uma frequência constante de  $y$  pessoas fazendo  $x$  contribuições e criou a lei do quadrado inverso da produtividade científica (LOTKA, 1926). Esta lei é utilizada para avaliar a produtividade de autores e pesquisadores e identificar as instituições e unidades de pesquisas mais desenvolvidas na área de atuação, a aplicabilidade da lei se dá, principalmente, no planejamento científico e tecnológico e na avaliação do estado da ciência, visto que quanto mais produções científicas houver em uma área, mais sólida e estável é a ciência (GUEDES; BORSCHIVER, 2005, p. 5).

O sociólogo Robert Merton foi fundamental para a sociologia da ciência. Ele escreveu o que foi chamado de Efeito Mateus, anunciando que “aos que mais tem será dado em abundância e, aos que menos tem, até o que têm lhes será tirado” (MERTON, 1968). Para Guedes e Borschiver (2005, p. 3) as leis e princípios bibliométricos seguem um padrão de distribuição que afirmam essa máxima de “poucos com muito e muitos com pouco”. Esse padrão afeta o sistema de recompensas da comunidade científica, por exemplo, quando prêmios e bolsas são concedidas aos cientistas mais produtivos e às instituições mais conceituadas, enquanto que a maioria dos outros cientistas que pouco produzem ficam sem financiamento para suas pesquisas. O trabalho de Merton une-se com o de Price e Garfield no estudo sobre análise quantitativa da ciência (HAYASHI, 2012), essas contribuições favorecem o aumento de estudos e a quantidade de informações sobre a ciência.

O físico e historiador da ciência Derek de Solla Price estudou o comportamentos de redes de artigos científicos e das citações, criando os princípios sobre frente de pesquisa, crescimento exponencial e elitismo, abrindo novos horizontes para a pesquisa bibliométrica. No famoso artigo *Networks of scientific papers*, escrito em 1965, Price evidencia que há um equilíbrio de referências e citações em um único ano e isso indica um atributo muito importante de uma rede, onde a maioria dos trabalhos produzidos contém uma média de

citações, sendo que a metade dessas é referente à metade de trabalhos que foram publicados em anos anteriores e a outra metade vincula esses novos documentos a um grupo bastante pequeno de trabalhos recentes. Essa pequena e seletiva parte da literatura conectada com os novos documentos produzidos a cada ano constitui uma Frente de Pesquisa (BRAGA, 1974, p. 162; PRICE, 1965). Ou seja, há um grupo de autores que exercem maior influência sobre outros em suas áreas científicas.

Já Eugene Garfield é considerado um dos fundadores da bibliometria e cienciometria. Ele foi o fundador do *Institute for Science Information* (ISI) e criador do *Science Citation Index* (SCI), sendo pioneiro no campo de análise de citações. Para Garfield (2006) se um livro for considerado como uma macro unidade de pensamento e o artigo de periódico como uma micro unidade de pensamento, um índice de citações será como uma unidade submicro ou molecular do pensamento. Estes índices de “pensamentos” podem ser extremamente úteis para a ciência se forem devidamente concebidos e desenvolvidos. O *Science Citation Index* foi criado para facilitar a disseminação e recuperação da literatura científica, mas o sucesso do banco de dados foi dado com o instrumento para medir a produtividade científica e o fator de impacto.

O SCI tem o propósito de identificar o que cada cientista publicou e onde e com que frequência os documentos desses cientistas são citados. Na *Web of Science*, base eletrônica do SCI, as publicações podem ser listadas por cronologia, por revista ou por frequência de citação (GARFIELD, 2007). O índice de citações do SCI é mundialmente conhecido e abrange artigos de revistas, principalmente internacionais, sendo muito utilizado para análises bibliométricas.

Para análises bibliométricas de outros tipos de documentos, como de teses e dissertações brasileiras, não há sistemas eletrônicos como o criado por Eugene Garfield, por isso, para realizar análises de citações de documentos e assuntos específicos é necessário um estudo manual, criterioso e detalhado, como o que é desenvolvido nesta tese.

Alguns estudos já foram realizados com o objetivo de analisar citações de áreas específicas. Segue três exemplos: Noronha (1998), publicou um artigo sobre análise das citações de teses e dissertações em saúde pública, Nunes e Moura (2013) publicaram uma análise de citações na área de comunicação e informação, para analisar o uso das teses e dissertações de um programa de pós-graduação e identificar as redes de autores existentes e Kroeff et al. (2015) publicaram uma análise de citações de artigos sobre gestão da informação publicados em periódicos da área da Ciência da Informação. Nesta presente pesquisa realiza-

se análise de citações em teses e dissertações sobre conhecimento tradicional, os resultados estão na seção 4.6.

## 2.8 INDICADORES DE GÊNERO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Os indicadores de citações, descritos na seção anterior, assim como os demais indicadores bibliométricos existentes estão sendo aplicados em pesquisas de diversas áreas do conhecimento. Há pesquisas bibliométricas que ao analisar os autores das produções científicas, fazem uma análise do gênero desses autores.

Sacardo (2012) realiza uma análise bibliométrica da produção científica de teses e dissertações na área de Educação Física e analisa o gênero dos autores e orientadores. Cadamuro (2011) também realiza uma análise bibliométrica de teses e dissertações, mas da área de Educação, identificando também o gênero dos autores.

Segundo Hayashi et al. (2018, p. 65) os estudos bibliométricos não deveriam negligenciar em suas análises fatores relacionados ao gênero na produção do conhecimento científico, pois indicadores de gênero podem contribuir para promover a visibilidade feminina na ciência, revelar desigualdade de gênero na ciência e “podem contribuir para as políticas científicas que incentivem a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres na academia”. Hayashi et al. (2018, p. 62) identifica 13 trabalhos bibliométricos com enfoque de gênero apresentados no ENANCIB (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação no Brasil).

Nas duas últimas décadas, as diferenças de gênero, a sub-representação feminina e a “invisibilidade” das mulheres na Ciência e Tecnologia têm sido amplamente discutidas e indicadores de gênero tendem a aumentar. No Brasil a área do Gênero e Ciência está em construção, mas as abordagens e análises que representam a participação das mulheres na geração do conhecimento científico, já é fértil (COSTA, 2006, p. 456).

A ciência, historicamente, foi construída com a participação principalmente dos homens, foram eles que mais produziram conhecimentos, ganharam prêmios, foram inventores e desenvolveram experimentos e teorias. Nos séculos que se passaram, conforme Hayashi et al (2007, p. 172), existiu o pensamento, sobretudo dos homens, “de que as mulheres não possuíam competência ou aptidão para gerar conhecimento novo”.

Soares (2001, p. 281) seleciona duas perspectivas que tentam explicar o porquê das mulheres serem menos representadas na C&T do que os homens. A primeira perspectiva

elucida que a diferença ocorre por causas biológicas, sociais e cognitivas, havendo o argumento de que as mulheres não possuem controle emocional e não tomam decisões objetivas. A segunda perspectiva atribui a causa do problema às instituições e suas estruturas, que não permitem o sucesso das mulheres na profissão.

As mulheres até o século XX tiveram apenas participações secundárias na ciência. Segundo Leta (2003, p. 271) algumas mulheres da aristocracia nos séculos XV, XVI e XVII eram interlocutoras e tutoras de filósofos naturais e experimentalistas. No século XVIII esposas e filhas de cientistas davam suporte a eles, por exemplo, com a limpeza dos laboratórios. No século XIX, a criação de colégios para mulheres, acaba sendo a porta de entrada delas para a ciência. Na metade deste século a necessidade de recursos humanos e o início das lutas pela igualdade entre homens e mulheres fazem o acesso das mulheres na ciência e academia aumentar consideravelmente. Conhecer esta história é fundamental, pois como Melo, Lastres e Marques (2004, p. 28) assinalam:

Diagnosticar a situação passada das mulheres no conhecimento científico, e os reflexos deste passado sobre o presente, representa o primeiro passo no sentido de avaliar os avanços e as dificuldades encontradas pelas mulheres em sua busca por afirmação profissional em terrenos tradicionalmente ocupados por homens.

Durante anos as mulheres foram afastadas da busca pela verdade, por isso foram excluídas da ciência. A partir da década de 1970 mais mulheres passaram a entrar nas universidades e por possuírem uma leitura do mundo diferente da dos homens trouxeram uma feminização dos espaços da academia e mudanças nas formas de produção dos saberes. As mulheres levaram com elas temas de seu interesse e problematizações de seu universo e começaram a questionar onde estaria a presença delas na história da ciência (RAGO, 1998, p. 3).

No Brasil a institucionalização da ciência é recente e a justificativa para este tardio desenvolvimento científico está na própria história brasileira, que foi construída com base em uma “sociedade patriarcal, escravocrata, onde a elite letrada era pequena e a voz feminina baixa” (HAYASHI et al, 2007).

A estruturação da pós-graduação no país ocorreu a partir da década de 1960 e para Moreira e Velho (2010, 286) essa foi uma inovação importante para o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (C&T), pois foi quando as mulheres iniciaram sua participação nos programas de pós-graduação. Segundo Leta (2003, p. 274), as mulheres aumentaram sua participação nas universidades durante os anos de 1980 e 1990. Em 2003 elas já eram maioria

em alguns cursos de graduação e pós-graduação e faziam parte da maior fração de alunos matriculados e concluintes das universidades. Em 2010, o INEP divulgou que 57% dos matriculados na graduação eram mulheres e 43% eram homens (OLINTO, 2011, p. 72).

Sentindo a ausência de dados oficiais com recortes de gênero que demonstrassem a contribuição feminina no setor de Ciência, Tecnologia e Inovação, Melo, Lastres e Marques (2004) construíram diversos indicadores e chegaram ao resultado de que a presença das mulheres no setor de C&T é expressiva. Em análise feita no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq a porcentagem de mulheres no Diretório passou de 39% em 1995 para 44% em 2000. De acordo com Moreira e Velho, em 1970 havia 20% de mulheres matriculadas em cursos de doutorado, em 2006 esta porcentagem já era de 54%.

No Brasil, a participação das mulheres em atividades de C&T tem crescido, porém, de acordo com Leta (2003, p. 280) em cargos e posições de maiores destaques e reconhecimento as mulheres dificilmente avançam. Para Hayashi et al (2007, p. 173) atualmente as mulheres estão participando ativamente da ciência, mas se esbarram no chamado “teto de cristal” e ficam às margens dos “postos de maior poder, prestígio e responsabilidade em ciência e tecnologia”, sendo poucos os rostos femininos vistos a cima deste teto.

Analisando as distribuições de bolsas financiadas pelo governo, Leta (2003), verifica a incorporação das mulheres no sistema de Ciência e Tecnologia do país e percebe que a porcentagem de bolsas concedidas para as mulheres diminui na medida em que o nível aumenta, a porção de bolsas de produtividade em pesquisa para as mulheres é inferior a recebida pelos homens, entretanto, com relação às bolsas de iniciação científica, a porcentagem das bolsas para as mulheres é maior. Na pesquisa realizada por Melo, Lastres e Marques (2004, p. 17) no Diretório de Grupos de Pesquisas, os pesquisadores com título de mestre representam 48,5% e com título de doutorado 63%, enquanto 51,5% das pesquisadoras têm título de mestrado e 37% de doutorado.

Essa diferença também ocorre quando vemos que apesar das mulheres serem maioria entre os matriculados na graduação, na docência superior há uma inversão, o sexo masculino é majoritário, principalmente entre os que possuem doutorado, segundo o censo educacional de 1999, os docentes doutores eram 64,6%, enquanto as docentes doutoras representavam 35,4% (MELO; LASTRES; MARQUES, 2004, p. 12).

A presença das mulheres é mais visível nas áreas de humanas, sociais, lingüística, letras e artes, ciências biológicas e da saúde, elas ainda são minoria nas áreas de exatas, engenharia, computação e ciências agrárias.

Moreira e Velho (2010, p. 281) assinalam que “apesar do crescimento da participação de mulheres, grande parte das disciplinas e áreas do conhecimento é dominada por homens” e para estas autoras as diferenças ainda existentes entre homens e mulheres na C&T não é resultado da inaptidão feminina para a área e sim das estruturas institucionais inapropriadas.

As mulheres ao avançarem nas carreiras científicas, assim como em outras carreiras, se esbarram em algumas dificuldades que fazem com que muitas desistam de seguir em frente.

Hayashi et al (2007, p. 173) descrevem algumas dessas dificuldades que levam a esta situação: 1) Dificuldade de conciliar a dupla jornada da vida familiar com o trabalho, da tarefa doméstica com a profissional, 2) A gravidez, as vezes é vista como um problema, 3) Elementos de machismos e preconceitos contra a mulher, ainda presente na sociedade, 4) A mulher tem dificuldade de viajar e participar de congressos, devido a condição familiar.

Dois tipos de mecanismos que descrevem as dificuldades enfrentadas pelas mulheres são apresentados por Olinto (2011, p. 69). O primeiro é o da “segregação horizontal”, que faz com que as mulheres, influenciadas pela escola e família, acreditem serem mais aptas para realizarem determinadas atividades, diferentes das realizadas pelos homens, ficando a escolha da carreira segmentada por gênero. O segundo mecanismo é o da “segregação vertical”, o qual coloca a mulher em posição de subordinação, favorecendo a ascensão do homem e não deixando a mulher ultrapassar o “teto de vidro” ou “teto de cristal”.

Hayashi et al (2007, p. 185) em 2007 acreditavam que em breve o número de mulheres pesquisadoras alcançaria o dos homens, pois o crescimento delas estava sendo constante. Mas os autores constataram que apesar da expansão das mulheres na ciência brasileira, ainda era necessário “consolidar sua participação, visando alcançar maior representação nos postos de maior expressão acadêmica”.

Para Melo, Lastres e Marques (2004, p. 27) em 2004 era nítido o avanço das mulheres nas atividades científicas e elas estavam caminhando em direção de maior qualificação profissional.

Desde 1990 a UNESCO realiza estudos, pesquisas e atividades para discutir e propor ações que incluam as mulheres nas atividades de C&T (LETA, 2003, p. 272). Para Moreira e Velho (2010), é expressivo o crescimento do número de mulheres nas atividades de ciência e tecnologia nos últimos anos. Uma das razões para este aumento foi o estímulo que as mulheres tiveram por meio dos movimentos feministas para que elas entrassem nas universidades, nos centros de pesquisa e no mercado de trabalho (LETA et al, 2006, p. 532).

Não podemos esquecer também que é fundamental incentivar as mulheres a gostar de C&T já no período inicial do desenvolvimento feminino, por isso, políticas de incentivo a jovens cientistas devem ser propostas (SOARES, 2001, p. 281).

É evidente que os estudos sobre gênero e ciência têm um objetivo em comum, que é o de “refletir porque a participação das mulheres em C&T é importante” (MOREIRA; VELHO, 2010). Pensando nisso, Soares (2001, p. 283) afirma que as mulheres representadas na C&T por meio de seus talentos, valores e motivações, podem enriquecer o ambiente acadêmico, além disso, o aumento da participação feminina em C&T e o acesso ao conhecimento científico e tecnológico pelas mulheres podem causar mudanças sociais e econômicas, impactando positivamente na sociedade. Isto porque, segundo Soares, as mulheres com seus diferentes pontos de vistas trazem contribuições para as soluções de problemas, por meio de uma maior diversidade de abordagens e criatividade científica.

Acreditando na importância que se tem os estudos de gênero e ciência, esta presente tese, por meio de um estudo bibliométrico, gera indicadores de gênero ao analisar autores, orientadores e coorientadores de teses e dissertações disponíveis em biblioteca digital.



### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A presente pesquisa possui a abordagem mista, sendo quantitativa e qualitativa. Duas técnicas de pesquisa são utilizadas: a bibliométrica e a análise de conteúdo. Descrita na seção anterior como uma técnica quantitativa de análise da produção científica, a bibliometria é utilizada para gerar indicadores de atividade, também chamados de indicadores de produção e indicadores de impacto ou de citação. Resumidamente seguindo as seguintes etapas: realização da busca, recuperação dos dados, preparação dos dados, tratamento bibliométrico, tratamento estatístico, representação gráfica, análise dos gráficos e exposição da interpretação.

A análise de conteúdo é o método utilizado para analisar mais profundamente as produções científicas. Segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 118) esta técnica de análise se desenvolve com o objetivo de descrever, sistematicamente, o conteúdo das comunicações, permitindo maior precisão no desenvolvimento de técnicas quantitativas aplicadas nas ciências sociais. A análise de conteúdo segundo Bardin (2010, p. 121) organiza-se em torno de três fases: a primeira é a pré-análise, a segunda é a exploração do material e a terceira é o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Por estas fases que a presente pesquisa se desenvolve.

#### 3.1 BUSCA E RECUPERAÇÃO DOS DADOS

No Brasil existem dois principais repositórios de teses e dissertações, o Banco de Teses da CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT. O primeiro é o que registra maior quantidade de teses e dissertações, mas passou por uma reformulação do sistema e em 2016 só estavam disponíveis os documentos de 2013 a 2016, não havendo os dados dos anos anteriores. Por esta razão e por ser uma base diferente da já investigada no mestrado utiliza-se nesta pesquisa a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) desenvolvida pelo IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) é uma base de dados que armazena dados bibliográficos e textos completos de teses e dissertações defendidas por instituições de ensino e pesquisa brasileiras e por brasileiros no exterior. São atualmente 105 instituições que fazem parte da BDTD, 353.593 documentos registrados, 87.684 teses e 265.909 dissertações. Esta base é a escolhida nesta pesquisa para representar a produção

científica brasileira de teses e dissertações sobre o conhecimento tradicional.

As buscas foram feitas de outubro de 2016 a abril de 2017 pelo endereço eletrônico: <http://bdtd.ibict.br>, por meio da opção de busca avançada. Os termos buscados foram: "conhecimento tradicional", "saber tradicional", "traditional knowledge", "conhecimentos tradicionais" e "saberes tradicionais". Esses termos foram pesquisados em todos os campos dos registros, o que significa que podem ter sido encontrados nos títulos, resumos ou assuntos. O ano da publicação foi limitado de 2010 até 2015, sendo recuperados 279 registros.

Desses registros recuperados cinco foram eliminados, pois se verificou que a data de defesa era anterior ao ano de 2010. Mais três deles foram eliminados por não serem de acesso aberto, ficando com 271 registros. Verificou-se que cinco desses estavam repetidos e foram eliminados, ficando 266 para serem analisados inicialmente. Com a análise de todos os títulos e resumos dos trabalhos, sete demonstraram não se tratar do assunto pesquisado e foram excluídos. No final todos os trabalhos inseridos em 2016 foram verificados e encontrou-se um trabalho cuja data de defesa era do ano 2013. Com a inclusão deste ficaram 260 registros para serem analisados nesta pesquisa.

TABELA 1 – TOTAL DE REGISTROS RECUPERADOS (2010-2015)

Registros recuperados na BDTD	279
Trabalhos defendidos antes de 2010*	5
Trabalhos com acesso restrito*	2
Trabalho com acesso embargado*	1
Trabalhos eliminados pelo assunto*	7
Trabalhos repetidos*	5
Trabalho <u>inserido</u> posteriormente a 2015	1
Total de registros analisados	260

FONTE: elaborada pela autora (2018)

\* No **Apêndice 1** estão descritos os 20 trabalhos eliminados do corpus final de análise.

Os registros recuperados não foram exportados automaticamente, pois a BDTD não possui este recurso de exportação disponível. Os dados foram coletados e tratados manualmente. Registro por registro foram abertos, os dados copiados para uma planilha em Excel (*software* da Microsoft) e o download de cada trabalho em arquivo PDF para o computador. Encontraram-se links incorretos e outros indisponíveis. O caminho foi enviar e-

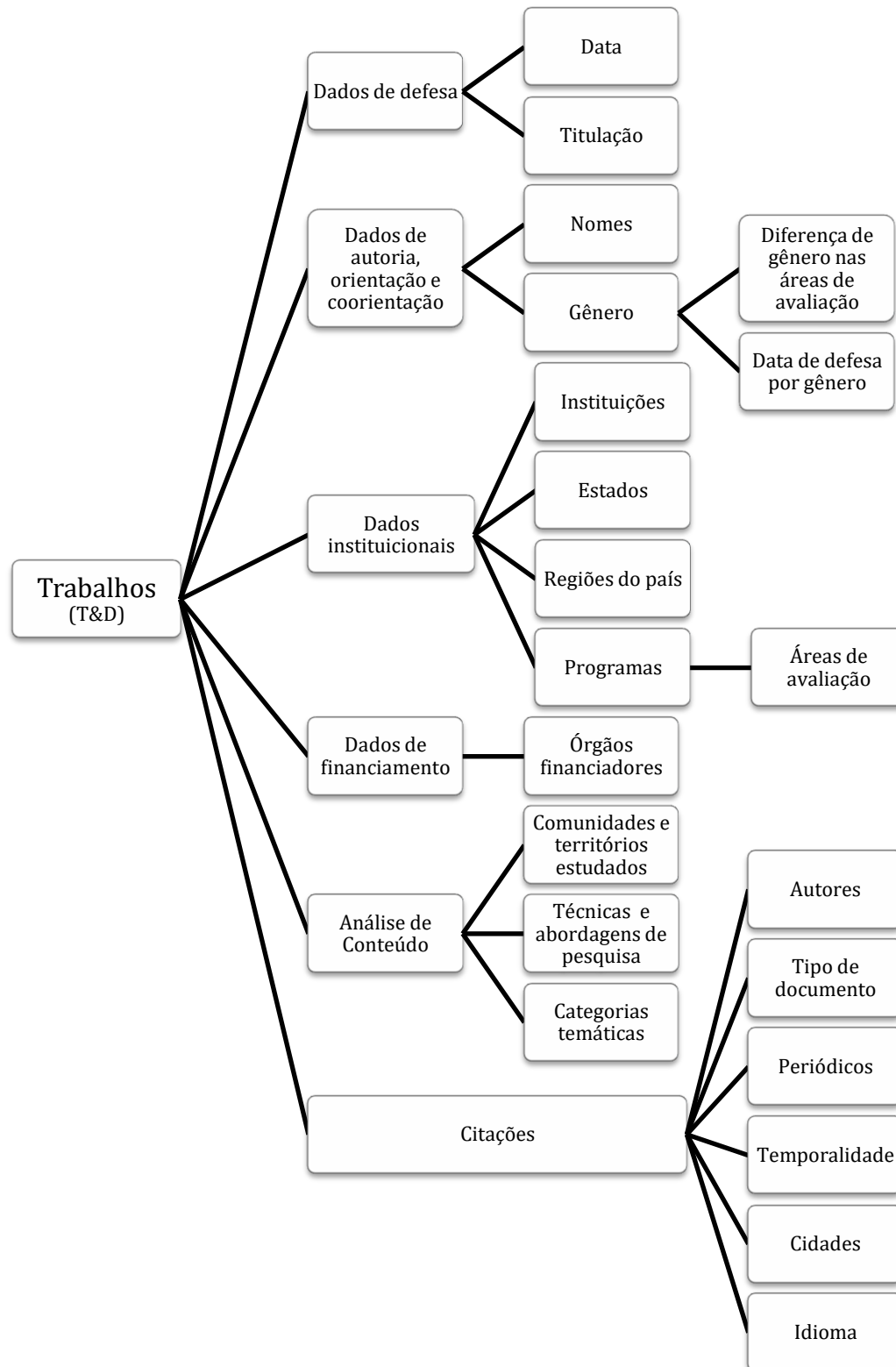
mails para as instituições solicitando PDFs dos trabalhos.

### 3.2 INDICADORES ANALISADOS

Para o tratamento bibliométrico e estatístico dos dados, além do Excel, o único *software* de bibliometria utilizado na elaboração desses indicadores foi o *software* chamado *BibExcel*. Este é um *software* gratuito que auxilia na análise de dados bibliográficos e que possui a habilidade de agrupar palavras iguais gerando tabelas de frequência.

Analisando o objeto “teses e dissertações” são definidas seis categorias de dados mais significativas: dados de defesa, dados de autoria / orientação / coorientação, dados institucionais, dados de financiamento, dados obtidos pela análise de conteúdo e dados de citações. Dessas categorias desenvolvem-se pelo Excel nove gráficos e treze tabelas com diversos indicadores. O fluxograma da Figura 1 mostra quais indicadores são analisados neste trabalho.

FIGURA 1 – INDICADORES ANALISADOS



FONTE: elaborada pela autora (2018)

### 3.3 FONTES DOS DADOS E DESCRIÇÃO DOS INDICADORES

A principal fonte dos dados é a BDTD, que oferece os dados bibliográficos dos trabalhos, mas para a elaboração de alguns indicadores utilizam-se outras fontes. A seguir estão os caminhos utilizados para a obtenção de cada dado.

#### – **Dados de defesa**

O nível de titulação, o qual informa se o autor do trabalho recebe o título de mestre ou doutor, obtido no registro da BDTD, confirma se o trabalho é uma dissertação de mestrado ou uma tese de doutorado. Quantifica-se o número de trabalhos que são teses, o número de dissertações e a porcentagem de cada titulação é analisada.

Representando o ano que o trabalho é defendido, a data da defesa é obtida na folha de aprovação anexada no PDF dos trabalhos, quando disponível, ou no Currículo Lattes<sup>7</sup> do autor, ou na BDTD da instituição de origem. Com este dado gera-se a série temporal, mostrando a evolução do número de teses e dissertações defendidas por ano.

Observa-se que nos registros da BDTD a data que aparece é do registro do trabalho na biblioteca e não a da defesa do trabalho. Em 2016 foi registrado um trabalho defendido em 2013 e o ano na BDTD estava 2016. Estas datas foram coletadas, mas não contempladas neste trabalho.

#### – **Dados de autoria / orientação / coorientação**

Os nomes dos autores são facilmente identificados nos registros da BDTD, porém, para identificar o orientador e o coorientador estabeleceu-se a pesquisa no PDF dos trabalhos.

A quantidade de trabalhos de autoria, orientação e coorientação feminina ou masculina é analisada, para obter esta informação cada nome é classificado pelo sexo. Geram-se indicadores relacionando o gênero com a data de defesa e nível de titulação dos trabalhos.

#### – **Dados institucionais**

---

<sup>7</sup> O Currículo Lattes é uma base de dados de currículos desenvolvida pelo CNPq, que permite o registro da vida profissional e acadêmica de estudantes e pesquisadores. Pela sua confiabilidade e padrão é utilizada por instituições de pesquisas e agências de fomento do país.

Os nomes das instituições são obtidos nos registros da BDTD e quantifica-se o número de trabalhos por instituição. Cada trabalho é classificado por Unidades da Federação e estados do país, considerando o local da instituição que o trabalho é defendido. Quantifica-se a quantidade de trabalhos por unidades e região do país.

Os nomes dos programas de pós-graduação são obtidos no PDF dos trabalhos, visto que este dado não possui no registro da BDTD. Quantifica-se o número de trabalhos defendidos em cada programa. Após a obtenção dos nomes dos programas a área de avaliação de cada um é pesquisada a fim de classificá-los por área.

As áreas dos programas são pesquisadas na Plataforma Sucupira. A Plataforma Sucupira é uma plataforma digital lançada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em março de 2014 para ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) na coleta de informações, análises e avaliações dos cursos de pós-graduação do país, nesta plataforma é possível encontrar dados públicos sobre os cursos recomendados e reconhecidos pela CAPES.

Todos os programas de pós-graduação registrados na Plataforma Sucupira são cadastrados em áreas chamadas “áreas de avaliação”, que são utilizadas para facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação da CAPES. Para a classificação, segundo a área de avaliação dos programas de pós-graduação onde são defendidas as teses e dissertações que compõem a amostra desta pesquisa, é consultado na Plataforma Sucupira, o link “cursos recomendados e reconhecidos”. Busca-se por região, Unidade da Federação, instituição e nome do programa. Em seguida são disponibilizados os dados básicos do programa relativos a área de avaliação, nota do curso, data da recomendação, entre outros. No total são 49 áreas de avaliação que a CAPES classifica os programas.

Verifica-se o cadastro de 179 programas de pós-graduação que tem teses e dissertações defendidas sobre o conhecimento tradicional e registradas na BDTD entre 2010 e 2015. Há programas de 32 áreas de avaliação, as quais estão descritas na seção de resultados.

#### – **Dados de financiamento**

Analisa-se a quantidade de trabalhos financiados e os nomes dos órgãos financiadores das pesquisas. Estes dados são obtidos no PDF dos trabalhos com o texto completo. Quando o trabalho possui financiamento, alguns programas de pós-graduação exigem que haja esta informação no texto do trabalho, geralmente na sessão de agradecimentos.

– **Dados da análise de conteúdo**

Os PDFs dos trabalhos com o texto completo são a fonte para a realização da análise de conteúdo. A análise de conteúdo foi realizada entre os meses de julho e novembro de 2017, juntamente com a análise de citações. As informações pesquisadas nos 260 trabalhos de teses e dissertações são: abordagem das pesquisas realizadas, técnicas de pesquisa utilizadas, sujeitos e territórios investigados e categoria temática representativas dos assuntos.

Com a leitura dos resumos e parte metodológica, identifica-se se os trabalhos possuem abordagem de pesquisa quantitativa, qualitativa ou mista. Identifica-se também as técnicas de pesquisa ou qual tipo de pesquisa os autores utilizam nos trabalhos. Se há pesquisa de campo, entrevista, pesquisa bibliográfica, documental, estudo de caso, observação ou algum outro tipo.

Os sujeitos e territórios investigados nos trabalhos são identificados durante a leitura dos resumos e parte metodológica. Os sujeitos investigados são classificados em tradicionais e não tradicionais. Os tradicionais são distribuídos em grupos por semelhança, por exemplo, os ribeirinhos e pescadores ficam no mesmo grupo, pois são caracterizados por viverem em ambientes semelhantes e possuem estilo de vida parecido. Os territórios em que vivem os sujeitos investigados são agrupados nas Unidades da Federação do Brasil. Relacionam-se os sujeitos tradicionais com as Unidades da Federação do Brasil, a fim de verificar quais os mais investigados em cada região.

Ao realizar a revisão bibliográfica para a seção teórica observa-se que o tema conhecimento tradicional é investigado e debatido em diversas categorias temáticas. Durante a revisão bibliográfica, seis categorias temáticas dominam a literatura: legal/institucional, econômica, ambiental, cultural, epistemológica e saúde.

Posteriormente, por meio da análise de conteúdo dos trabalhos, com a leitura dos resumos, introdução e parte metodológica, é possível identificar os assuntos e classificar cada trabalho dentro de categorias temáticas. Sete categorias são elaboradas para representar os assuntos mais recorrentes nos trabalhos: 1. Econômica / socioeconômica, 2. Cultural / sociocultural, 3. Ambiental / ecológica / socioambiental, 4. Educacional e 5. Geográfica / territorial, 6. Legal / institucional, 7. Saúde.

– **Dados de citações**

As referências e citações dos trabalhos em PDF são a fonte para se realizar a análise das citações dos trabalhos. Identificam-se os autores e documentos mais citados.

A leitura do sumário de 260 trabalhos permite estabelecer um recorte que limita o universo de citações a serem analisadas. Este recorte inclui os trabalhos que possui capítulo ou seção sobre conhecimento ou saber tradicional e elimina os trabalhos que não possui capítulo ou seção especificamente com este assunto. Por fim, a análise de citações é realizada em 87 trabalhos, sendo 60 dissertações e 27 teses.

Todas as referências são contadas. O total nesses 87 trabalhos é de 11.138 referências, uma média de 128 referências por trabalho. As referências relacionadas com o conhecimento tradicional são selecionadas. Esta seleção se deu da seguinte forma:

Primeiro é realizada a leitura do título das 11.138 referências e seleciona-se aquelas que no título possui o termo conhecimento tradicional ou algum sinônimo, como saber tradicional ou *traditional knowledge*.

Posteriormente, procura-se nos trabalhos pelos termos conhecimento tradicional, conhecimentos tradicionais, saber tradicional e saberes tradicionais e ao encontrar citações abordando o assunto pesquisado, as referências dessas citações são selecionadas.

Esta seleção resulta-se num total de 1.066 referências relacionadas com o assunto conhecimento tradicional, as quais são analisadas pelo tipo de documento, temporalidade, idioma, procedência geográfica, título dos periódicos citados e autores na frente de pesquisa.

Após a categorização dos dados, tratamento dos mesmos, criação de gráficos e tabelas inicia-se a análise descrita na seção de Resultados. As formas gráficas são fundamentais para a visualização dos dados obtidos na BDTD e em outras fontes. A análise bibliométrica é quantitativa, mas comparando os dados bibliográficos com a literatura, juntamente com a análise de conteúdo é possível criar indicadores contextualizados.

A lista completa de todas as teses e dissertações recuperadas na busca realizada na BDTD está no Apêndice 3. A variedade de títulos é grande e por meio deles é possível conhecer melhor como o tema conhecimento tradicional é tratado nos programas de pós-graduação brasileiros.

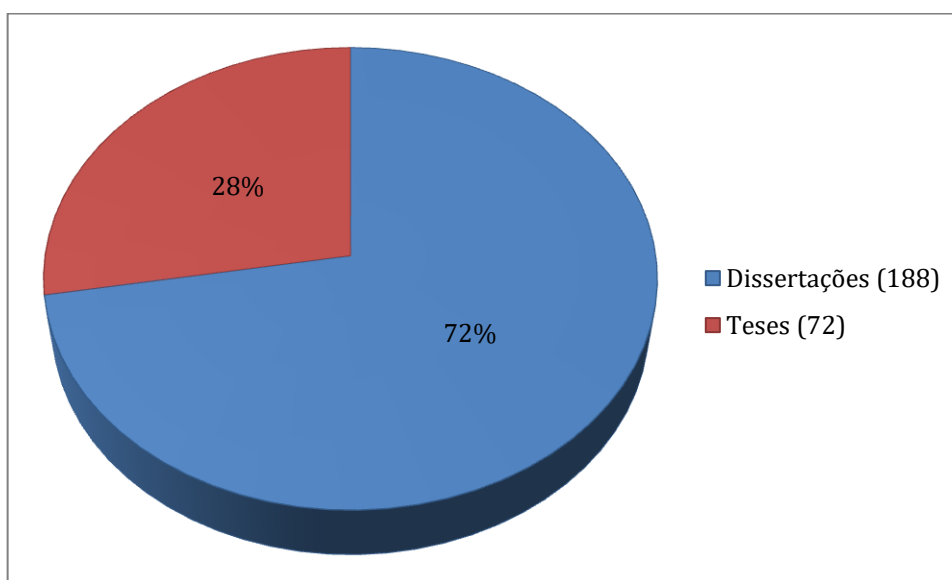


## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 ANÁLISE GERAL DOS PARÂMETROS BIBLIOMÉTRICOS

A busca realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do IBICT, aplicada as expressões "conhecimento tradicional", "saber tradicional", "*traditional knowledge*", "conhecimentos tradicionais" e "saberes tradicionais", em todos os campos de busca, no período de 2010 a 2015, resulta em 260 trabalhos, sendo 72 teses e 188 dissertações (ver Gráfico 1).

GRÁFICO 1 – NÍVEL DE TITULAÇÃO DOS TRABALHOS (2010-2015)



FONTE: elaborado pela autora (2018)

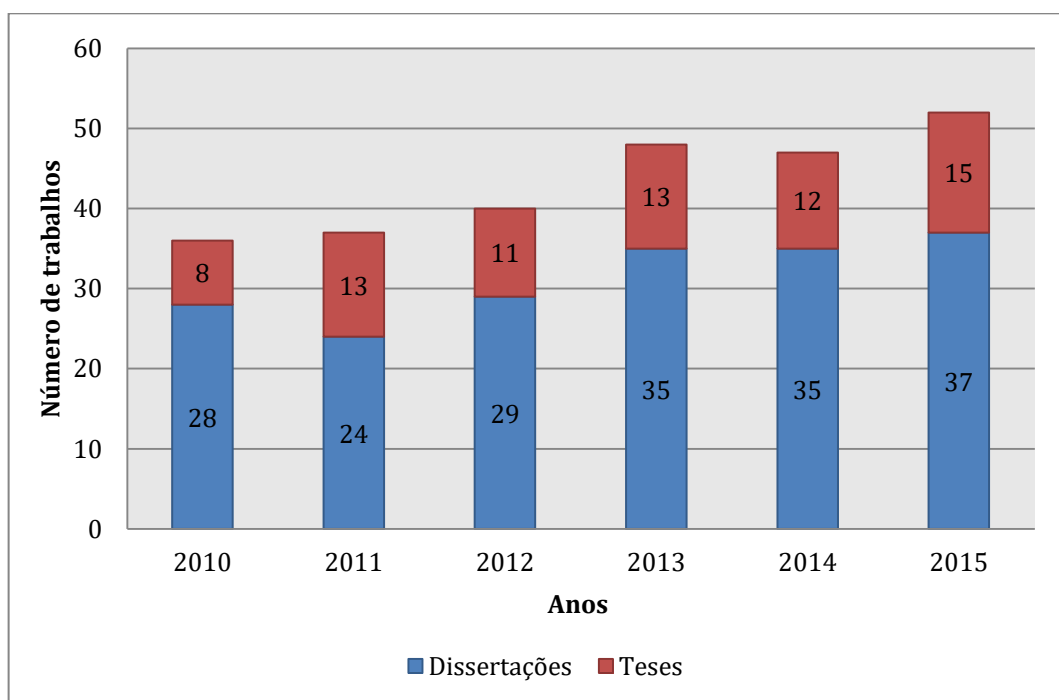
Segundo o Gráfico 1 a porcentagem de teses (28%) é bem menor que a de dissertações (72%). Esta diferença é comum, pois em diferentes áreas de conhecimento, o número de vagas oferecidas no doutorado é inferior às oferecidas no mestrado; o doutorado é uma titulação buscada por candidatos à carreira acadêmica, em sua maioria, afastando aqueles que partem para o mercado de trabalho; o tempo para fazer o doutorado é de quatro anos, dois anos a mais que o mestrado, exigindo mais tempo e dedicação do aluno.

Como o objetivo da pesquisa é analisar trabalhos defendidos no período de 2010 a 2015, pesquisa-se o ano de defesa de cada trabalho. Encontra-se o ano de defesa nos documentos em PDF que contém a folha de aprovação do trabalho, na BDTD das instituições

de origem que registram a data da defesa ou quando necessário no Currículo Lattes dos autores.

O Gráfico 2 de série temporal não leva em consideração as datas de registros na biblioteca e sim as datas de defesas desses trabalhos.

GRÁFICO 2 – SÉRIE TEMPORAL DE DEFESA DOS TRABALHOS DE 2010 A 2015.



FONTE: elaborado pela autora (2018)

Levando em conta os seis anos do Gráfico 2 as defesas evoluíram, mas em poucos números. O período de maior crescimento das defesas está entre 2012 e 2013. Entre os anos de 2013 e 2014 as defesas diminuíram em um trabalho e em 2015 voltou a crescer.

Nestes seis anos surgiram novidades e importantes discussões no cenário brasileiro sobre o conhecimento tradicional. A Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001 foi revogada pela Lei nº 13.123 em 20 de maio de 2015, regulamentando o acesso ao patrimônio genético existente no país e ao conhecimento tradicional associado para fins de pesquisa ou desenvolvimento tecnológico e exploração econômica.

Também neste período, diversas Indicações Geográficas foram reconhecidas no Brasil. Em 2013 a Instrução Normativa nº 25/2013 dividiu as Indicações Geográficas em duas modalidades: Denominação de Origem (DO) e Indicação de Procedência (IP).

Em junho do ano de 2012 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro a Conferência Rio+20, que é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDN). Nesta ocasião houve discussões na tentativa de valorizar os conhecimentos

tradicionais, havendo até um painel sobre “Conhecimento Indígena e Ciência: do Reconhecimento à Coprodução de Conhecimento” que visou explorar os conhecimentos tradicionais para o desenvolvimento sustentável. Uma das mesas de discussão da Conferência foi composta por indígenas e representantes de redes indígenas, com a mediação do chefe do Departamento de Pequenas Ilhas e Conhecimento Tradicional (Setor de Ciências Naturais, Unesco), o Dr. Nakashima, e a antropóloga Dra. Manuela Carneiro da Cunha (VILLELA, 2015, p. 77).

#### 4.2 ANÁLISE DOS DADOS INSTITUCIONAIS

As 260 teses e dissertações defendidas e cadastradas na BDTD relacionadas ao conhecimento tradicional desenvolveram-se em 179 programas de pós-graduação de 56 instituições, englobando universidades federais, estaduais, privadas e institutos de pesquisas. Essas instituições estão descritas na Tabela 2.

TABELA 2 – TRABALHOS POR INSTITUIÇÃO (2010-2015)

<b>Tipo de Instituição</b>	<b>Instituição</b>	<b>Trabalhos Defendidos</b>
<b>Universidade Pública Federal</b>	UNB	28
	UFAM	12
	UFS, UFSCAR, UFRGS	11
	UFSC	10
	UFPA, UFPE, UFSC	9
	UFMG	6
	UFPB, UFC, UFG, UFPEL	5
	UFRN, UFPR	4
	UFES, UFRPE, UTFPR, UFMS, UFBA	2
	UFVJM, UFMA, UFV, UFJF, UFLA, UFAM/UEPA, UFTM, UFU, UFT, UFOP, FURG, UFRSA	1
<b>Instituto Nacional de Pesquisa</b>	INPA	11
	IBICT/UF RJ, FIOCRUZ	1
<b>Universidade Pública Estadual</b>	USP	21
	UNICAMP	14
	UNESP	6
	UERJ	7
	UEPB	3
	UEFS	2
	UDESC	4
<b>Instituição Privada</b>	PUC_SP	4
	PUC_GOIAS, PUC_RIO	3
	PUC_PR, UNIVATES, METODISTA, UNISINOS	2
	Mackenzie, UCB, UCS, UCSal, UNAERP, UNISANTOS	1

FONTE: elaborado pela autora (2018)

A UNB (Universidade de Brasília) é a instituição que mais defende trabalhos sobre o conhecimento tradicional de 2010 a 2015, segundo os registros da BDTD. A UNB é uma universidade pública federal com sede em Brasília, cidade do Distrito Federal do Brasil. A UNB foi criada em 1962 e atualmente ela é multicampi, possuindo campus em Brasília, Planaltina, Gama e Ceilândia (UNB, 2017). Ela é a mais importante instituição do centro-oeste do Brasil.

O programa com mais defesas sobre o conhecimento tradicional entre os anos 2010 a 2015 é o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável (PPGCDS) da

Universidade de Brasília (UNB). Este programa foi criado em 1995, atualmente faz parte do Centro de Desenvolvimento Sustentável e possui nota 6 pela CAPES tanto no mestrado como no doutorado e nota 3 no mestrado profissional. A área de concentração do mestrado e doutorado *stricto sensu* é Política e Gestão da Sustentabilidade e são três as linhas de pesquisas: 1. Políticas Públicas, Cultura e Sustentabilidade, 2. Tecnologia, Consumo e Sustentabilidade e 3. Território, Meio Ambiente e Sociedade.

A USP (Universidade de São Paulo) é a segunda instituição segundo a Tabela 2. A USP é uma universidade pública mantida pelo Estado de São Paulo, criada em 1934. É conhecida mundialmente e possui onze campi em oito cidades (São Paulo (3), Bauru, São Carlos (2), Lorena, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e São Sebastião) (USP, 2017).

A UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas) é a terceira instituição com mais defesas. A UNICAMP é uma universidade pública do Estado de São Paulo. Fundada em 1966, possui três campi: em Campinas, Piracicaba e Limeira. Se a produção acadêmica brasileira fosse calculada pelo desempenho de cada pesquisador, a Unicamp seria a mais produtiva universidade, segundo informação do próprio site (UNICAMP, 2017).

A UFAM (Universidade Federal do Amazonas) é a quarta instituição com mais defesas. A UFAM é uma universidade pública federal do Brasil. Sua origem data de 1909 e atualmente é a maior universidade do estado do Amazonas. A sede fica na cidade de Manaus e possui unidades acadêmicas no interior (UFAM, 2017).

O Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) é a quinta instituição com mais defesas de trabalhos. O INPA foi criado em 1952, sua sede fica em Manaus e há três núcleos nos Estados do Acre, Roraima e Rondônia. O instituto é referência mundial em biologia tropical, realiza estudos científicos sobre o meio físico e as condições de vida da região amazônica e seu desafio atual é “expandir de forma sustentável o uso dos recursos naturais da Amazônia” (INPA, 2016). Com o mesmo número de defesas está a UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul). A UFRGS é uma universidade pública federal do Brasil. Fundada em 1934, com sede na cidade de Porto Alegre (UFRGS, 2017).

A UFSCar (Universidade Federal de São Carlos) também está na quinta posição da Tabela 2, a qual registra 11 trabalhos defendidos sobre o conhecimento tradicional. A UFSCar é uma universidade pública brasileira fundada em 1968, possui quatro campi: em São Carlos, Araras, Sorocaba e Lagoa do Sino (UFSCAR, 2017). Com a mesma quantidade de trabalhos, a UFS (Universidade Federal de Sergipe) também está na quinta posição. Fundada em 1968 atualmente possui cinco campi de ensino presencial nas cidades: São Cristóvão, Aracaju, Itabaiana, Laranjeiras e Lagarto (UFS, 2018).

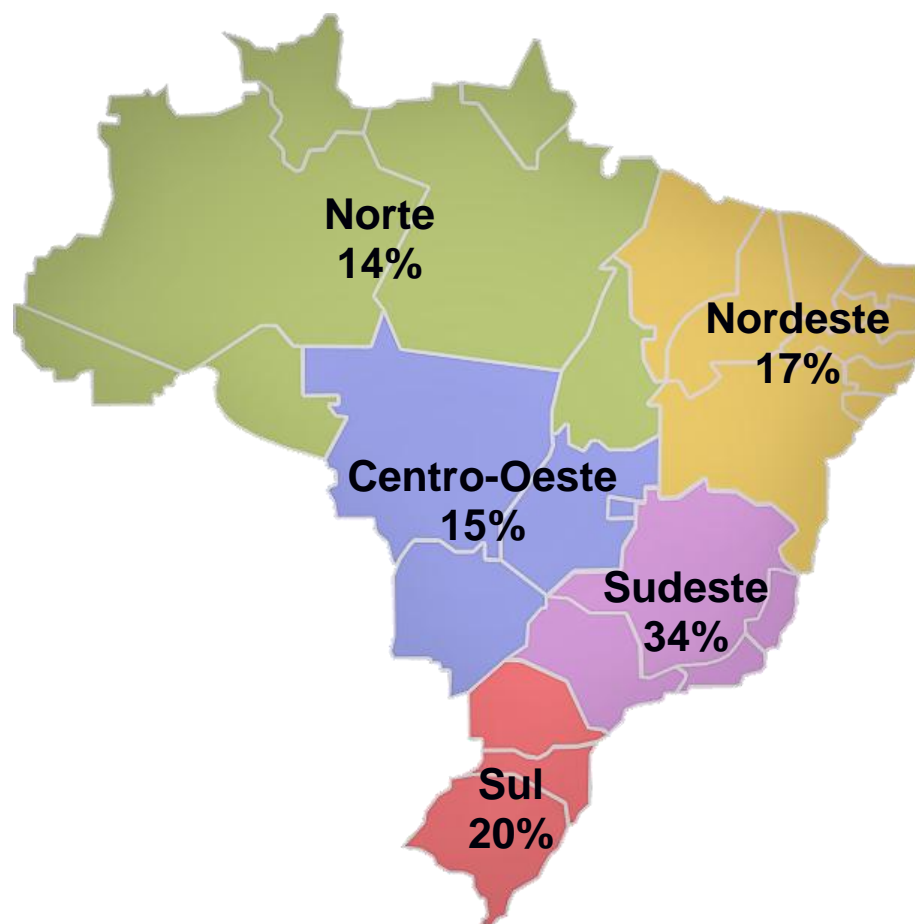
O Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe (UFS) é o segundo com mais defesas. Este programa iniciou o mestrado em 1996 na área Ciências Ambientais e área de concentração Desenvolvimento de Regiões Semi-Áridas e Costeiras. Atualmente possui duas linhas de pesquisas: 1. Planejamento e Gestão Ambiental e 2. Dinâmica e Avaliação Ambiental e é avaliado com nota 5 pela CAPES.

Seis programas de pós-graduação defendem quatro trabalhos cada: o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS, o de Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCAR, o de Geografia da UFG, o de Ciência, Tecnologia e Sociedade da UFSCAR, o de Antropologia Social da UNICAMP e o de Educação da UNB.

Cerca de 75% dos programas de pós-graduação defendem entre os anos 2010 e 2015 somente um trabalho sobre o conhecimento tradicional, 13% defendem somente dois trabalhos, 7% defendem três trabalhos, 3% defendem quatro trabalhos. Dois programas defendem um pouco mais: o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS defende 6 trabalhos e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável da UNB defende 10 trabalhos.

No total são 56 instituições com trabalhos defendidos, as quais estão distribuídas em 19 Unidades da Federação do Brasil e nas cinco regiões brasileiras. Observa-se na Figura 2 e no Gráfico 3 as porcentagens e os números de defesas, respectivamente, por região e Unidade da Federação do Brasil.

FIGURA 2 – PORCENTAGEM DE TRABALHOS POR REGIÕES DO PAÍS (2010-2015)



FONTE: elaborado pela autora (2018)

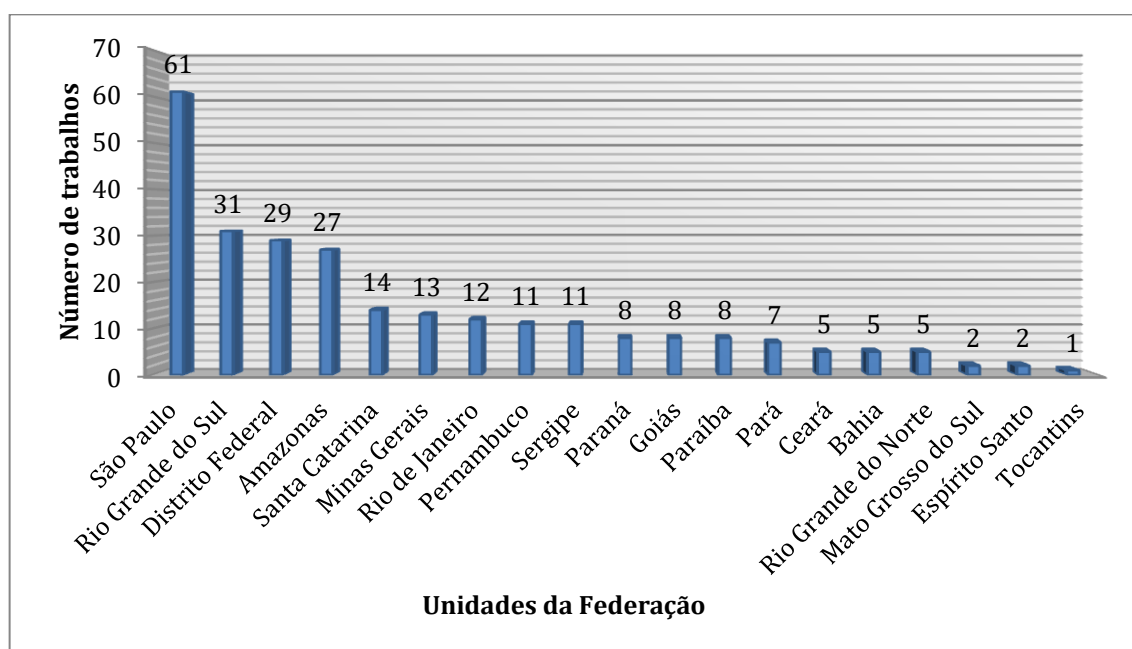
Em termos regionais as instituições do Sudeste concentram a maior porcentagem de defesas, como demonstra a Figura 2. Esta região se sobressai em razão do maior número de instituições de ensino superior, de programas de pós-graduação e aporte de recursos para pesquisa presentes nesta região.

Segundo dados da CAPES de 29 de maio de 2017, obtidos na plataforma Sucupira, a quantidade de programas de pós-graduação existentes no Brasil por região é a seguinte: no Norte 246, no Centro-Oeste 359, no Nordeste 887, no Sul 937 e no Sudeste 1952. Comparando estes dados da CAPES com a Figura 2, observa-se que as porcentagens de trabalhos defendidos e registrados na BDTD sobre o conhecimento tradicional é correspondente ao número de programas de pós-graduação por região do país. Sendo Sudeste a região com maior número de programas e maior quantidade de defesas, enquanto o Norte com menor número de programas e menor quantidade de defesas.

Entretanto, ao analisar a concentração de programas de pós-graduação dentro de cada região, comparando o número de programas com trabalhos defendidos, com o número de

programas existentes na região, os resultados se invertem. Confirmando a hipótese do trabalho, o Norte se destaca por ter 8,94% de seus programas defendendo teses e dissertações sobre conhecimento tradicional. O Centro-Oeste tem 5,29% de seus programas defendendo trabalhos. O Nordeste tem 3,83%, o Sul tem 3,62% e para finalizar o Sudeste, apesar de ter o maior número de defesas, tem somente 3,58% dos programas da região defendendo.

GRÁFICO 3 – DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHOS POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO DO BRASIL (2010-2015)



FONTE: elaborado pela autora (2018)

No Gráfico 3 estão as Unidades da Federação por número de trabalhos defendidos e nesta visão decrescente o estado de São Paulo se destaca com mais trabalhos, porém ao analisar a participação dos programas de pós-graduação em cada estado, comparando os cinco que possuem mais defesas com o total de programas por estado, o que mais se destaca é o estado Amazonas.

Segundo dados da CAPES (2017) o estado de São Paulo é a Unidade da Federação que concentra a maior quantidade de instituições de ensino, possuindo 931 programas de pós-graduação. São 46 programas de São Paulo que defendem trabalhos sobre o conhecimento tradicional e comparando com a quantidade de programas existentes no estado constata-se pequeno percentual (4,94%) de programas que defendem trabalhos nesse período.

O estado do Rio Grande do Sul possui 414 programas de pós-graduação registrados na CAPES, menos que Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesta pesquisa 19 programas de sete instituições apresentam trabalhos defendidos sobre o tema analisado, ficando na segunda



posição do Gráfico 3, porém com a participação de apenas 4,58% dos programas do estado. Do Distrito Federal somente duas instituições possuem trabalhos defendidos (UCB e UNB), em 12 programas de pós-graduação dos 120 existentes, ou seja, 10 % deles.

Entre os cinco estados com mais defesas, o estado Amazonas tem quatro instituições e 15 programas que apresentam trabalhos defendidos. Segundo a CAPES, possui 62 programas de pós-graduação, ou seja, 24,19% deles têm trabalhos defendidos sobre o conhecimento tradicional. O estado é rico em recursos genéticos e conhecimentos tradicionais e verifica-se o interesse das instituições locais sobre o tema.

Santa Catarina possui um total de 179 programas, dos quais nove programas de duas instituições têm trabalhos defendidos sobre o conhecimento tradicional, ou seja, 5,02%.

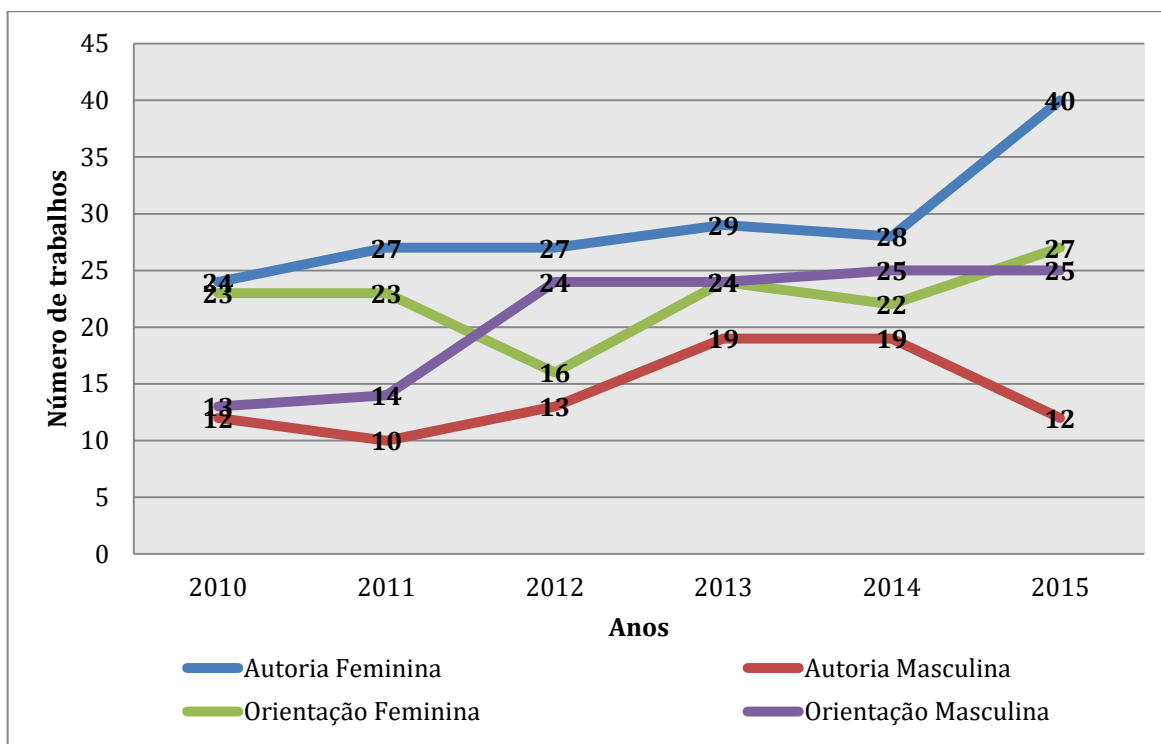
São citadas as cinco Unidades da Federação do Brasil que possuem mais defesas de teses e dissertações sobre o tema conhecimento tradicional. No país existem 27 Unidades da Federação e um total de 4381 programas de pós-graduação (CAPES, 2017). Nesta pesquisa os trabalhos analisados são defendidos em 179 programas de pós-graduação (4% do total), os nomes desses programas estão descritos no Apêndice 2.

#### 4.3 ANÁLISE DOS DADOS DE AUTORIA E ORIENTAÇÃO: INDICADORES DE GÊNERO

Para conhecer o perfil da comunidade científica analisada realiza-se um estudo de gênero com os nomes dos autores, orientadores e coorientadores dos trabalhos defendidos. Investiga-se a presença do gênero masculino e feminino na autoria, orientação e coorientação dos trabalhos, a relação entre eles, a distribuição dos gêneros por ano e a relação dos gêneros com as áreas do conhecimento.

O Gráfico 4 mostra como a série temporal está relacionada com os gêneros dos autores e orientadores de trabalhos sobre o conhecimento tradicional registrados na BDTD.

GRÁFICO 4 - SÉRIE TEMPORAL DOS TRABALHOS POR GÊNERO (2010-2015)



FONTE: elaborado pela autora (2018)

No período analisado verifica-se um aumento de 66% no número de trabalhos de autoria feminina e o crescimento de aproximadamente 109% das orientações masculinas. O perfil que menos aparece nesta comunidade científica é o de autores do gênero masculino, como demonstra o Gráfico 4.

As mulheres são as que mais defendem teses e dissertações sobre o conhecimento tradicional em todos os anos analisados. O que confirma a proposição de Hayashi et al (2007, p. 185) de que as mulheres participam ativamente da ciência e o crescimento desta participação está sendo constante. Na Tabela 3 estão os números e porcentagens da participação masculina e feminina como autores, orientadores e coorientadores das teses e dissertações analisadas.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE AUTORES, ORIENTADORES E COORIENTADORES POR GÊNERO

<b>Gênero</b>	<b>Teses</b>	<b>Dissertações</b>	<b>%</b>
<b>Autores</b>			
Masculino	28	57	32,69
Feminino	44	131	67,30
<b>Orientadores</b>			
Masculino	31	94	48,07
Feminino	41	94	51,92
<b>Coorientadores</b>			
Masculino	11	25	52,17
Feminino	10	23	47,82
<b>Total</b>			
Masculino	70	176	41,76
Feminino	95	248	58,23

FONTE: elaborada pela autora (2018)

Nos seis anos de análise as porcentagens de autoria feminina na defesa tanto teses quanto dissertações (67,30%) sobre o tema conhecimento tradicional são maiores do que as porcentagens de autoria masculina defendendo teses e dissertações (32,69%). Em defesas de mestrado verifica mais do que o dobro de participação feminina.

Esta diferença expressiva nas porcentagens reflete o fato das mulheres aumentarem sua participação nas universidades. Segundo Moreira e Velho (2010, p. 286) em 1970 havia 20% de mulheres matriculadas em cursos de doutorado, em 2006 essa porcentagem já era de 54%. Atualmente, segundo os dados da CAPES, as mulheres são maioria na pós-graduação brasileira. Dados de 2015 indicam 175.419 mulheres matriculadas e tituladas em cursos de mestrado e doutorado, enquanto os homens somam 150.236, uma diferença de aproximadamente 15% (MEC, 2017). Este crescimento natural da presença feminina nas universidades justifica o aumento do número de mulheres como autoras de teses e dissertações.

O gênero dos orientadores também é analisado. A Tabela 3 demonstra que há uma paridade na porcentagem de dissertações orientadas por homens (94 – 50%) e por mulheres (94 - 50%) e há uma predominância de teses orientadas por mulheres (41 – 57%). A presença masculina só é maior que a feminina nas coorientações, havendo três coorientadores a mais do que coorientadoras.

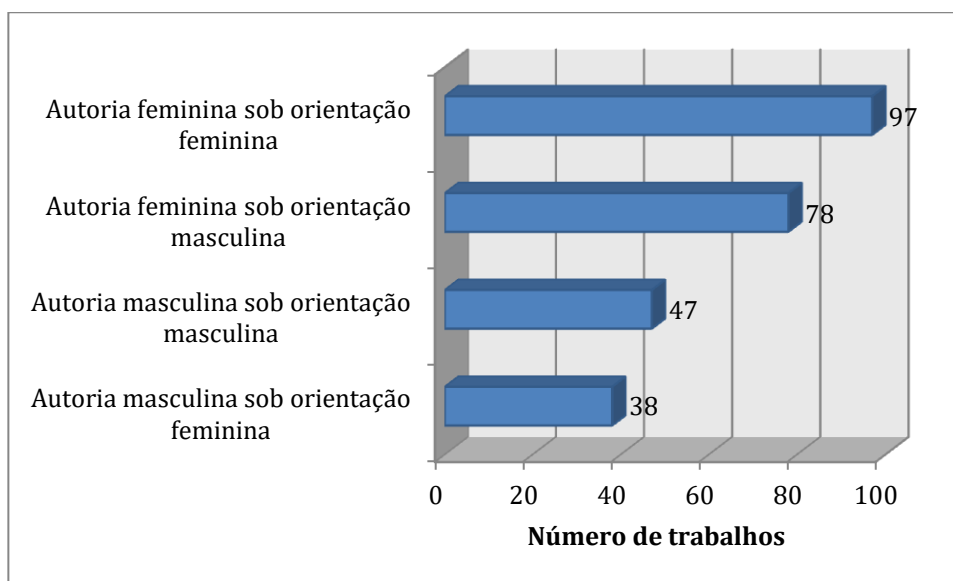
A presença maior de mulheres na orientação de teses, 14% a mais do que a orientação de homens, gera uma informação que diverge do que Leta (2003, p. 280) e Hayashi

et al. (2007, p. 173) afirmam. Leta diz que a participação das mulheres em atividades de C&T cresce, porém em cargos e posições de maiores destaques e reconhecimento as mulheres dificilmente avançam. Para Hayashi et al. (2007, p. 173) atualmente as mulheres estão participando ativamente da ciência, mas se esbarram no chamado “teto de cristal” e ficam às margens dos “postos de maior poder, prestígio e responsabilidade em ciência e tecnologia”, sendo poucos os rostos femininos vistos acima deste teto. Orientar teses é uma função de responsabilidade e verifica-se por meio desta pesquisa que as mulheres podem estar sim atingindo posições de prestígio na comunidade acadêmica.

Conclui que a diferença entre os gêneros, no que diz respeito à orientação de teses e dissertações sobre o conhecimento tradicional não configura um indício de “teto-de-vidro” ou segregação vertical das mulheres.

Ainda no que diz respeito à relação de gênero entre orientadores e autores, chega-se ao seguinte resultado:

GRÁFICO 5 - RELAÇÃO DE GÊNERO ENTRE ORIENTADORES E AUTORES



FONTE: elaborado pela autora (2018)

O Gráfico 5 demonstra que os autores dos dois gêneros, enquanto alunos de pós-graduação são preferencialmente orientados por docentes do mesmo gênero. São 19 trabalhos a mais de autoria feminina sob a orientação feminina do que sob orientação masculina e 9 trabalhos a mais de autoria masculina sob orientação masculina do que sob orientação feminina. O resultado demonstra também que o número de trabalhos de mulheres orientadas por homens é o dobro de trabalhos de homens orientados por mulheres.

Existe uma tendência de que as mulheres busquem ou se sintam mais confortáveis e confiantes com orientações femininas. Em pesquisa realizada por Velho e León (1998, p. 325) as mulheres às vezes enfrentam problemas com seus orientadores do gênero masculino, principalmente em áreas tradicionalmente masculinizadas, pois eles acham que a qualquer hora a mulher pode estar no laboratório e esquecem-se da vida dela fora do trabalho, preconceitos sobre estereótipos da mulher são explicitados e denúncias de assédio sexual são relatadas. Apesar desses e outros problemas existirem, eles são minorias, pois a maioria das mulheres que foram orientadas por homens tiveram uma avaliação positiva sobre o papel que os orientadores tiveram em suas carreiras (VELHO E LÉON, 1998, p. 325).

A diferença entre os gêneros pode ocorrer também em determinadas áreas, tanto científicas como profissionais. O gênero feminino está mais presente em áreas como humanas, sociais, linguística, letras e artes, ciências biológicas e da saúde e o gênero masculino em áreas de exatas, engenharia, computação e ciências agrárias. Esta situação se deve ao que Olinto (2011, p. 69) chama de “segregação horizontal”, dificuldade enfrentada por homens e mulheres que influenciados pela escola e família, acreditam serem mais aptos para realizarem determinadas atividades, diferentes das realizadas pelo gênero oposto, ficando a escolha da carreira segmentada por gênero.

Na descrição dos registros da BDTD não há nenhum campo indicando a área de conhecimento das teses e dissertações, somente algumas instituições colocam no campo assunto a área. Por isso, utiliza-se da Plataforma Sucupira para pesquisar as áreas de cada Programa de Pós-graduação recomendado e reconhecido pela CAPES. No total resulta em 32 Áreas de Avaliação, as quais estão descritas no Apêndice 2 junto com os nomes dos programas, nomes das instituições e número de trabalhos.

O Apêndice 2 indica que o tema conhecimento tradicional tem sido trabalhado no Brasil de uma forma dispersa e multidisciplinar. Os dados sugerem que a temática do conhecimento tradicional não é institucionalizada enquanto linha de pesquisa de grupos vinculados a programas. Possivelmente, o tema é abordado pontualmente, em função do interesse individual dos autores das teses e dissertações, o que explicaria o caráter esporádico e a falta de continuidade.

As 32 Áreas de Avaliação descritas na Tabela 4 são relacionadas com o número de trabalhos divididos pelos gêneros dos autores, orientadores e coorientadores, com a finalidade de identificar se há segregação horizontal nesta comunidade científica específica.

TABELA 4 – ÁREA DE AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS RELACIONADA COM O NÚMERO DE AUTORES, ORIENTADORES E COORIENTADORES DIVIDIDOS POR GÊNERO

Área de avaliação dos programas	% Trabalhos por área	Autoria		Orientação		Coorientação	
		Feminina	Masculina	Feminina	Masculina	Feminina	Masculina
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	13,07	25	9	17	17	3	5
INTERDISCIPLINAR	11,53	24	6	13	17	7	6
BIODIVERSIDADE	10	15	11	15	11	6	8
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	9,23	14	10	4	20	6	5
GEOGRAFIA	8,84	15	8	12	11	2	1
EDUCAÇÃO	8,46	17	5	16	6	2	1
ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	7,3	10	9	9	10	2	2
DIREITO	6,53	11	6	9	8	0	1
SOCIOLOGIA	3,46	8	1	4	5	0	3
LETRAS / LINGUÍSTICA	3,07	5	3	7	1	0	0
HISTÓRIA	1,53	2	2	1	3	0	0
BIOTECNOLOGIA	1,53	1	3	4	0	0	2
NÃO ENCONTRADA *	1,53	2	2	2	2	1	0
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	1,15	2	1	2	1	0	0
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	1,15	3	0	1	2	0	0
SERVIÇO SOCIAL	1,15	3	0	3	0	1	0
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS I	1,15	2	1	2	1	0	0
ENFERMAGEM	1,15	3	0	2	1	1	1
ECONOMIA	1,15	1	2	0	3	0	0
ARTES / MÚSICA	0,76	1	1	2	0	0	0
ENSINO	0,76	2	0	2	0	1	0
PSICOLOGIA	0,76	1	1	1	1	0	0
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	0,76	2	0	0	2	0	0
ODONTOLOGIA	0,38	1	0	0	1	0	0
SAÚDE COLETIVA	0,38	1	0	1	0	0	0
TEOLOGIA	0,38	0	1	0	1	0	0
QUÍMICA	0,38	0	1	1	0	0	0
ENGENHARIAS I	0,38	1	0	1	0	0	1
ENGENHARIAS III	0,38	0	1	0	1	0	0
MEDICINA I	0,38	1	0	1	0	1	0
MEDICINA II	0,38	1	0	1	0	0	0
FARMÁCIA	0,38	0	1	1	0	0	0
GEOCIÊNCIAS	0,38	1	0	1	0	0	0
Total	100	175	85	135	125	33	36

FONTE: elaborada pela autora (2018)

NOTA: \* Os programas não foram encontrados na Plataforma Sucupira

Na Tabela 4 o número de trabalhos defendidos por mulheres é maior do que defendidos por homens em 23 áreas, principalmente nas áreas de Sociologia, Educação e Ciências Ambientais. O número de trabalhos é igual para os dois gêneros nas áreas de História, Arte / Música e Psicologia e o número de trabalhos defendidos por homens é maior do que defendidos por mulheres nas áreas de Biotecnologia, Economia, Teologia, Química, Engenharias III e Farmácia.

O número de trabalhos orientados por mulheres é maior do que o número de trabalhos orientados por homens em 19 áreas, a proporção de mulheres é maior nas áreas de Educação e Letras / Linguística. O número é igual nas áreas de Ciências Ambientais e Psicologia, e em 11 áreas, como a Interdisciplinar e Ciências Agrárias I, o número de trabalhos orientados por homens supera dos trabalhos orientados por mulheres.

Nas áreas dos trabalhos que possuem coorientação o gênero feminino predomina em sete delas, em seis áreas o masculino predomina e nas áreas Antropologia / Arqueologia e Enfermagem o número de homens e mulheres coorientadores são iguais. Em 17 áreas não há a presença de coorientadores.

Conclui, a partir dos dados expostos na Tabela 4, que a segregação horizontal é pouca, mas existe principalmente entre os orientadores. Pois, por exemplo, a área de Educação tem maior porcentagem de trabalhos orientados pelo gênero feminino, enquanto a área de Ciências Agrárias I tem maior porcentagem de trabalhos orientados pelo gênero masculino.

O perfil que menos aparece nesta comunidade de autores e orientadores é o de autores do gênero masculino e coincidentemente as áreas que menos tem trabalhos defendidos são as áreas que englobam as chamadas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, as quais tradicionalmente são masculinizadas. As áreas que englobam as Ciências da Saúde, tradicionalmente ocupada mais por mulheres, devido a cursos como de Enfermagem, é a área que tem 87,5% de trabalhos defendidos por mulheres, indicando também uma segregação horizontal.

Nos registros analisados a maioria dos nomes dos orientadores (207) aparece somente uma única vez, pois orientaram somente uma tese ou dissertação neste período e com este tema pesquisado na BDTD. Os nomes de 19 orientadores aparecem duas vezes nos registros e os nomes de cinco orientadores aparecem três vezes. Seguem na Tabela 5 os nomes, programas e instituições dos orientadores que tem mais trabalhos orientados.

TABELA 5 – RELAÇÃO ORIENTADORES X NÚMERO DE TESES E DISSERTAÇÕES (2010-2015)

Orientadores	Programas e Instituições	Nº de orientações concluídas		Total
		Teses	Dissertações	
Mauro William Barbosa de Almeida	Antropologia Social / Ciências Sociais / UNICAMP	1	2	3
Ana Suelly Arruda Câmara Cabral	Linguística / UNB	1	2	3
Rosemeri Melo e Souza	Desenvolvimento e Meio Ambiente / Geografia / UFS	0	3	3
Therezinha de Jesus Pinto Fraxe	Agronomia Tropical / Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia / Agronomia Tropical / UFAM	2	1	3
Pedro Boff	Produção Vegetal / UDESC	1	2	3
Mônica Celeida Rabelo Nogueira	Desenvolvimento Sustentável / UNB	0	2	2
Camila Carneiro Dias Rigolin	Ciência, Tecnologia e Sociedade / UFSCar	0	2	2
Caio Augusto Amorim Maciel	Geografia / UFPE	1	1	2
Renata Menasche	Desenvolvimento Rural / UFRGS; Antropologia / UFPEL	1	1	2
Gabriela Coelho-de-Souza	Desenvolvimento Rural / UFRGS	0	2	2
Carmen Rejane Flores Wizniewsky	Geografia / UFSC	0	2	2
Cláudio José Bertazzo	Agroecologia e Desenvolvimento Rural / UFSCar	0	2	2
Rubens Onofre Nodari	Recursos Genéticos Vegetais / UFSC	1	1	2
Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello	Ecologia Aplicada / USP	1	1	2
George Henrique Rebêlo	Ecologia / INPA	2	0	2
Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves	Biotecnologia / UFAM	2	0	2
Carlos Frederico Marés de Souza Filho	Direito / PUC_PR	1	1	2
Laura Jane Gomes	Agroecossistemas / Desenvolvimento e Meio Ambiente / UFS	0	2	2
Marco Antônio Verardi Fialho	Extensão Rural / UFSC	0	2	2
Edson José Vidal da Silva	Recursos Florestais / USP	1	1	2
Manoel Calaça	Geografia / UFG	0	2	2
Fabiano Toni	Desenvolvimento Sustentável / UNB	0	2	2
Regina Araujo de Almeida	Geografia / USP	1	1	2
Doris Aleida Villamizar Sayago	Desenvolvimento Sustentável / UNB	0	2	2
Demais orientadores com uma única orientação		56	151	207

FONTE: elaborada pela autora (2018)



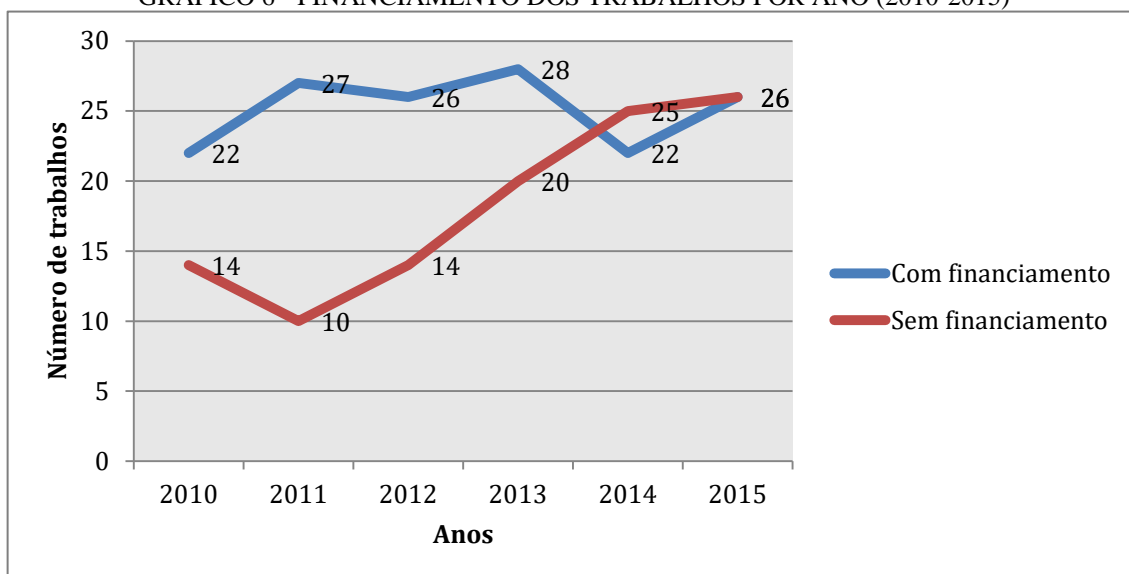
Os cinco orientadores com mais trabalhos orientados são: Mauro William Barbosa de Almeida (Departamento de Antropologia Social / UNICAMP), Ana Suely Arruda Câmara Cabral (Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq Nível 1D - Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas / UNB), Rosemeri Melo e Souza (Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2 - Departamento de Engenharia Ambiental / UFS), Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq Nível 2 - Departamento de Ciências Fundamentais e Desenvolvimento Agrícola / UFAM) e Pedro Boff (Programa de Pós-graduação em Produção Vegetal / UDESC).

#### 4.4 DADOS DE FINANCIAMENTO

Para trabalhos de teses e dissertações serem desenvolvidos é comum que os alunos de mestrado e doutorado recebam bolsas financiadas por agências ou órgãos de fomento à pesquisa científica. Porém a concessão de bolsa aos alunos depende de rigorosos processos de análise do projeto a ser desenvolvido, depende do desempenho dos alunos no processo seletivo para inserção no programa de pós-graduação e, principalmente, dos recursos financeiros vindo do governo para os órgãos de fomento e dos recursos das demais agências financiadoras particulares.

Dos 260 trabalhos analisados, 103 dissertações e 48 teses são financiadas. Segue no Gráfico 6 o número de trabalhos financiados e não financiados em cada ano de 2010 a 2015, com o objetivo de visualizar se há aumento ou queda na quantidade de trabalhos financiados e nas bolsas concedidas.

GRÁFICO 6 - FINANCIAMENTO DOS TRABALHOS POR ANO (2010-2015)



FONTE: elaborado pela autora (2018)

Verifica-se que mais da metade dos trabalhos analisados são financiados, respectivamente, 67% das teses e 55% das dissertações. Porém o número de trabalhos sem financiamento aumentou consideravelmente. Em 2011 dez trabalhos foram defendidos sem financiamento e em 2015 esse número subiu para 26 trabalhos sem financiamento. O número de trabalhos com financiamento permaneceu entre 22, 26 e 28 por ano. O que indica uma tendência de aumento no número de trabalhos e uma estabilidade no número de bolsas, não havendo bolsas suficientes para novas vagas oferecidas em mestrado e doutorado.

Segundo a Associação Nacional de Pós-Graduação (2017) o número de bolsas de mestrado e doutorado concedidas no Brasil está diminuindo, o CNPq pagou em 2017 menos 45% de bolsas em relação a 2015. A razão para esta diminuição está no corte milhões de reais do investimento em Ciência e Tecnologia. A CAPES também sinalizou cortes significativos em bolsas para 2019 ou até mesmo de todas as bolsas, reforçando a redução de financiamentos no período.

Na Tabela 6 estão descritos todos os órgãos e agências de fomento à pesquisa financiadores dos trabalhos analisados. No total são 29 diferentes órgãos, num total de 151 trabalhos, destacam-se as bolsas institucionais da Capes e CNPq.

TABELA 6 – AGÊNCIAS E ÓRGÃOS DE FOMENTO À PESQUISA

<b>Órgãos de financiamento</b>	<b>Número de trabalhos</b>
CAPES	85
CNPq	27
FAPESP	18
FAPEAM	11
FAPEMIG	3
MINC - Ministério da Cultura	3
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial	3
USAID - Agência de Desenvolvimento Internacional dos Estados Unidos	3
FACEPE	2
FAPITEC	2
FUNDAÇÃO FORD	2
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil	2
FAPESB	2
PRPPG	1
SEBRAE/PR	1
UFOP	1
PUC-Rio	1
PRONEX-CNPq-FAPEAM	1
PROMOP - Programa de Bolsas de Monitoria de Pós-Graduação	1
FUNDAEP	1
FAPEMAT	1
FAPERGS	1
DAAD - Deutscher Akademischer Austauschdienst	1
DAAD	1
FUNCAP	1
FUNFERRO - Fundação Fernando Rosas	1
FINEP	1
FAPESC	1
FAPITEC/SE	1
Trabalhos Sem Financiamento	109
Total	288

FONTE: elaborada pela autora (2018)

O total representado na Tabela 6 ultrapassa os 260 trabalhos analisados, porque há trabalhos com financiamento de mais de um órgão de fomento. Por exemplo: a dissertação de Claudia de Miranda Martinelli, defendida em 2010, foi financiada pela FAPESP e CNPq, a dissertação de Vicente Rahn Medaglia, defendida em 2010, foi financiada pelo CNPq e

CAPES, a dissertação de Fernando de Niemeyer, defendida em 2011, foi financiada pela CAPES, FAPESP e Fundação Ford e a tese de Rogério Lopes da Silva Paulino, defendida em 2011, foi financiada pela CAPES e FAPESP.

Trabalhos sem financiamento representam 42% dos 260 trabalhos analisados. A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) financia 33% dos trabalhos analisados. O CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) financia 10% dos trabalhos, a FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) financia 7%, a FAPEAM (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas) financia 4% e os demais órgãos financiam de um a três trabalhos somente.

#### 4.5 ANÁLISE DE CONTEÚDO

As 260 teses e dissertações analisadas são classificadas pela abordagem da pesquisa desenvolvida em: qualitativa, quantitativa e mista. A abordagem qualitativa é o foco de 162 pesquisas, ou seja, 62% dos trabalhos. A abordagem mista é o foco de 94 pesquisas, 36% do total de trabalhos. A abordagem quantitativa é a menos utilizada, somente quatro trabalhos focam somente nos aspectos quantitativos da pesquisa.

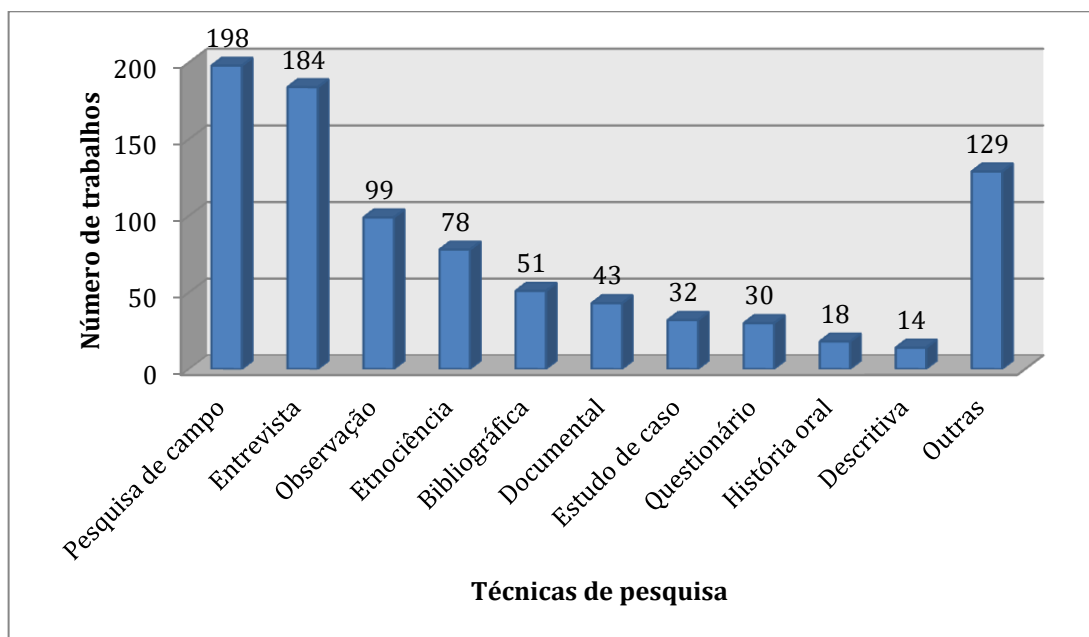
A pesquisa qualitativa é segundo Creswell (2010, p. 26) um caminho para explorar e entender os significados atribuídos a problemas sociais ou humanos. Os dados costumam ser coletados no ambiente do participante, indutivamente a análise dos dados é construída com interpretações do pesquisador, o texto possui uma estrutura flexível e o pesquisador é indutivo e focado na importância da interpretação de um problema.

A pesquisa quantitativa para Creswell (2010, p. 26) testa teorias objetivas, investigando a relação entre variáveis, as quais podem ser medidas por instrumentos e os dados numéricos analisados por estatísticas. O texto possui uma estrutura fixa e os pesquisadores têm suposições sobre os resultados e sobre a capacidade de generalizar e replicar os testes e achados da pesquisa.

A pesquisa de métodos mistos é uma combinação da abordagem qualitativa e quantitativa. Segundo Creswell (2010, p. 27) este tipo de pesquisa faz uso da abordagem qualitativa, da quantitativa e mistura as duas em um único estudo, aumentando a força da pesquisa.

Identificaram-se nas teses e dissertações analisadas quais técnicas de pesquisa são utilizadas para a coleta de dados e desenvolvimento do trabalho. O Gráfico 7 descreve as dez técnicas mais utilizadas.

GRÁFICO 7 – TÉCNICAS DE PESQUISA POR NÚMERO DE TRABALHOS



FONTE: elaborado pela autora (2018)

No total são 63 técnicas de pesquisa identificadas, sendo que cada trabalho descreve em média de uma a seis diferentes técnicas utilizadas. As outras técnicas que não estão contempladas no Gráfico7 encontram-se no Apêndice 4.

A técnica de pesquisa de campo é utilizada em 76% dos trabalhos. Para Marconi e Lakatos (2011, p. 69) a pesquisa de campo é utilizada para conseguir informações acerca de um problema, obtendo respostas, confirmando hipóteses ou descobrindo novos fenômenos, com observação de fatos e fenômenos que ocorrem espontaneamente e naturalmente no ambiente estudado. A pesquisa de campo se interessa em estudar indivíduos, comunidades, grupos ou instituições para compreender os diversos aspectos da sociedade. A vantagem deste tipo de pesquisa está na volumosa quantidade de informações obtidas no ambiente, que possibilita a análise de diferentes variáveis e na facilidade de obter uma amostra de indivíduos representativa de determinada população a ser estudada. A desvantagem está na falta de controle na coleta de dados e na possível falta de confiança nas respostas dadas pelos indivíduos.

Aproximadamente 71% dos trabalhos utilizam a técnica de entrevista. Técnica que segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 80) é definida pelo encontro entre duas pessoas, para que uma delas obtenha informações de determinado assunto ou problema por meio de uma conversação formal. É uma investigação social para coleta de dados, ou diagnóstico e tratamento de um problema social. Há a entrevista estruturada, onde o entrevistado segue um roteiro e a não estruturada, onde o entrevistado tem mais liberdade com as perguntas.

A técnica de observação é a terceira mais utilizada nas teses e dissertações, 38% fez uso desta técnica, que segundo Marconi e Lakatos (2011, p. 76) é uma técnica de coleta de dados que o pesquisador por meio dos sentidos obtém informações sobre a realidade, além de ver e ouvir o pesquisador examina os fatos e fenômenos estudados em contato direto com a realidade. Marconi e Lakatos (2011, p. 77) classifica a técnica de observação nos seguintes tipos: estruturada, não estruturada, participante, não participante, observação individual, observação em equipe, efetuada em vida real e a efetuada em laboratório. Porém, nos trabalhos analisados os autores se referem à técnica de diversas maneiras, como: observação da paisagem, observação de campo, observação direta, observação direta e indireta, observação etnográfica, observação flutuante, observação não participante, observação no ciberespaço e observação participante. No Gráfico 7 estão todos os tipos estudados nos trabalhos.

A quarta técnica de pesquisa indicada no Gráfico 7 envolve as pesquisas: etnoarqueológica, etnobiográfica, etnobotânica, etnocartográfica, etnoecológica, etnoentomológica, etnográfica, etnohistórica, etnoictiológica, etnopesquisa, etnozoológica. Todas estudadas nos trabalhos analisados e englobadas na denominada etnociência. A etnociência para Diegues (2004, p. 78) é o que mais tem contribuído para os estudos do conhecimento das populações tradicionais, para ele a etnociência parte da linguística para estudar esses conhecimentos, principalmente os relativos aos processos naturais, tenta descobrir “a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, as taxonomias e classificações totais”. A etnociência inicia-se com os estudos do antropólogo Lévi-Strauss (DIEGUES, 2004, p. 78).

As quatro técnicas de pesquisa mais utilizadas nos trabalhos são técnicas que envolvem o estudo de indivíduos ou comunidades que recebem o pesquisador em seu próprio ambiente, onde são entrevistados, observados e possuem seus conhecimentos tradicionais analisados. A fim de identificar os indivíduos estudados, coletam-se nos trabalhos as informações referentes aos sujeitos e locais de investigação das pesquisas.

O resultado é que em 212 trabalhos há indivíduos ou comunidades envolvidas na investigação e em 48 trabalhos, cuja pesquisa é bibliográfica, documental, ou teórica, não há nenhum sujeito de investigação. Nesses 212 trabalhos estão presentes 262 diferentes indivíduos ou comunidades envolvidas como sujeitos de investigação, os quais são analisados e divididos em: tradicionais e não tradicionais. Sendo os “tradicionais” caracterizados por serem detentores de conhecimentos ou saberes tradicionais e os “não tradicionais” por não possuírem ou não se destacarem por esses conhecimentos.

Os sujeitos de investigação classificados como não tradicionais somam 29 e inclui, por exemplo, pesquisadores, agentes de saúde, coordenadores, professores, designers, chefs de restaurantes, enfermeiros, gestores, alunos, entre outros. Já os sujeitos de investigação classificados como tradicionais somam 233.

São identificados indivíduos, comunidades ou instituições considerados sujeitos de investigação e caracterizados por serem detentores de conhecimentos ou saberes tradicionais. Esses sujeitos são de diferentes localidades e ao mesmo tempo em que se identificam os sujeitos de investigação são identificados também os locais de investigação.

No total são 247 locais e cada local é classificado por país. Maciçamente são do Brasil, apenas três da Colômbia, dois de Angola, um do Peru, um de Portugal e um da Argélia. Na Colômbia os sujeitos investigados são os camponeses, indígenas e meliponicultores, em Angola são os sujeitos de aldeias africanas e agricultores familiares, no Peru são os indígenas, em Portugal são os foliões e na Argélia são os povos Cabilas / Berberes.

No Brasil os locais são classificados em Unidades da Federação. Cria-se uma planilha relacionando os sujeitos tradicionais com as Unidades da Federação. Os sujeitos são agrupados por semelhanças em 17 grupos. Na Tabela 7 estão os 17 grupos investigados e as 26 Unidades da Federação que localiza os sujeitos dos grupos.

TABELA 7 – SUJEITOS DE INVESTIGAÇÃO “TRADICIONAIS” DO BRASIL

GRUPOS TRADICIONAIS INVESTIGADOS	Unidades da Federação																											
	AM	RS	BA	PA	SP	GO	SE	PE	SC	MG	PR	RJ	MT	MA	PB	CE	RN	AC	TO	MS	RR	PI	DF	AP	ES	RO	Não id.	TOTAL
Indígenas	11	7	1	2	1	0	0	1	1	0	1	1	6	4	0	0	0	4	3	3	3	0	1	1	1	0	1	53
Ribeirinhos e pescadores	16	2	3	7	0	0	4	0	1	0	1	0	2	0	2	2	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	43
Quilombolas	1	2	2	2	5	5	0	1	2	2	2	3	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	32
Agricultores familiares	3	5	1	1	1	0	0	1	3	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Comunidades rurais	3	2	0	0	3	0	1	0	0	3	1	0	0	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Extrativistas	0	1	2	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	12
Assentados	1	1	0	0	1	3	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	12
Seguidores de religião de matriz africana	1	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Camponeses	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Agricultores	2	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Herbanários	0	1	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Foliões	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Comunidade tradicional urbana	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Pecuaristas	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Artesãos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Raizeiros	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Outros	4	0	5	0	2	1	3	4	0	1	1	1	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	26
Total	42	23	16	14	14	13	12	11	11	9	9	9	8	7	7	6	6	5	5	4	4	3	3	2	2	2	1	246

FONTE: elaborada pela autora (2018)



O número de locais de investigação do Brasil é 239, mas como alguns locais abrangem mais de uma Unidade da Federação o número total de locais de investigação por Unidade é 246. A Tabela 7 está organizada em ordem decrescente dos grupos investigados e das Unidades da Federação, começando com os mais investigados e terminando com os menos investigados.

O último grupo denominado de “outros” é formado por 28 sujeitos que não se encaixam em nenhum grupo e que são investigados somente uma única vez. Segue a lista deste grupo em ordem alfabética:

1. Arrendatários – comunidade que habita uma área de restinga da reserva particular do patrimônio natural Nossa Senhora do Outeiro de Maracápe
2. Associação de amigos da Rede Fitovida
3. Benzedeiros
4. Caiçaras
5. Carpinteiros
6. Comunidades de áreas de fundo de pasto
7. Comunidades do entorno da unidade de conservação mata do junco, Capela/SE
8. Comunitários beneficiários do PBF (programa bolsa floresta)
9. Criadores de caprinos e ovinos
10. Cultivadores de hortas
11. Descendentes Pomeranos
12. Ex-Seringueiros
13. Fandangueiros (“Fandango Caiçara”)
14. Loiceiras
15. Marceneiros
16. Mateiros
17. Médico fitoterápico
18. Meleiros
19. Parteiras tradicionais

20. Produtores de queijo
21. Produtores de sementes florestais, residentes urbanos
22. Rede sociotécnica do babaçu
23. Rendeiras
24. Rezadeiras
25. Romeiros (peregrinos católicos)
26. Sacerdotisas e sacerdotes
27. Sambadores
28. Sertanejos

Confirmando a hipótese deste trabalho, o grupo mais investigado nas teses e dissertações é das diferentes etnias indígenas<sup>8</sup>, pois são os povos tradicionais mais antigos do Brasil e são detentores de saberes tradicionais, Os locais investigados predominantes deste grupo são dos estados: Amazonas, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Maranhão e Acre.

Os indígenas são estudados por diversas linhas de pesquisas. Nos trabalhos analisados predominam-se os estudos relacionados com a educação indígena, sobre o ensino escolar, o ensino superior e a formação de professores. A cultura indígena e a interculturalidade e a relação dos indígenas com seu território e meio ambiente são lentes de estudo.

Do ponto de vista educacional, Rodrigues (2012) realiza em sua dissertação uma pesquisa etnográfica com os indígenas Pankararu, localizados em terras do sertão pernambucano. Nessas terras há uma das poucas escolas indígenas de ensino médio e segundo Rodrigues a pedagogia dessa escola garante o acesso a conhecimentos e tecnologias da sociedade nacional, mas é voltada para os valores e saberes tradicionais. Outra etnografia

---

<sup>8</sup> Indígenas de 33 diferentes etnias foram sujeitos de investigação nos trabalhos: Guariba, Kaxinawá, Kaiowá-guarani, Terena, Apinajé, Ashaninka, Baniwa, Coripaco, Indígenas do Alto-Xingu, Guajajara, Guarani, Guarani Nhandew, Huni Kuin, Ikpeng, Kaingang, Kaiowá, Kamaiurá, Kokama, Krahô, Krikati, Kuikuro, Kurâ-Bakairi, Kyikatêjê, Munduruku, Pankararu, Pataxó, Tabalascada, Tukano oriental do Vaupés, Tukanoan, Tupiniquim, Umutina, Wajãpi (grupo Tupi-Guarani) e Macuxi.

realizada com foco na educação indígena está na dissertação de Cadaval (2014), que investiga estudantes indígenas do ensino superior da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), objetivando compreender a relação entre saberes tradicionais e científicos dos indígenas Kaingang.

Seguindo a linha cultural de estudos, Peruare (2013), investiga em sua dissertação as máscaras cerimoniais denominadas Yakuigady utilizadas pelos indígenas Kurâ-Bakairi (Mato Grosso). As máscaras são a identidade deste povo e representam entidades espirituais aquáticas que influenciam em diversos aspectos da vida deles. Segundo Peruare os indígenas Kurâ-Bakairi atualmente estão reapropriando-se desses conhecimentos tradicionais.

A cultura relacionada com o meio ambiente é estudada na dissertação de Bentes (2011), que investiga a cultura Baniwa (povos Baniwa e Coripaco - Amazonas) com o objetivo de detectar os conhecimentos tradicionais da cultura e do saber Baniwa acerca dos insetos (conhecimento entomológico tradicional), identificando os modos de construção destes conhecimentos e suas principais características.

O segundo grupo com 17% dos sujeitos investigados é formado por ribeirinhos, pescadores artesanais, demais pescadores e marisqueiros. Os locais mais investigados desse grupo pertencem aos estados: Amazonas, Pará, Sergipe e Bahia. São agrupados por serem indivíduos que vivem próximos a rios, lagos ou mares e possui a pesca como principal atividade de sobrevivência.

Segundo Silva (2015) os ribeirinhos vivem entre o “tradicional” e o “moderno”, continuam com suas crenças tradicionais, redes de sociabilidade e técnicas de trabalho, mas buscam o moderno para atender suas necessidades de vivências e incorporar novas técnicas e equipamentos. Os ribeirinhos estudados por Silva vivem entorno do Lago do Zé Açu (Amazonas), eles utilizam o lago para terem acesso à cidade de Parintins, para o lazer, como fonte de alimento e fonte de água. São diversas as funcionalidades que o lago tem para os ribeirinhos.

Os estudos etnoictiológicos são intensos nas comunidades pesqueiras. Pescadores artesanais são estudados por Feitosa (2011) que foca o conhecimento ecológico tradicional de pescadores de açudes do semi-árido nordestino. Para Feitosa esses conhecimentos são subsídios para a preservação e manejo dos recursos pesqueiros. Braga (2011) considera que os pescadores possuem um alto conhecimento tradicional sobre a fauna aquática e investiga em sua tese o conhecimento tradicional dos moradores da Reserva Extrativista do Baixo Juruá

(Amazonas) relacionado à ecologia, reprodução, alimentação, formas e usos dos recursos pesqueiros.

Santos (2012) estuda em sua dissertação a participação das mulheres na atividade pesqueira, enquanto marisqueiras. Interessante estudo, já que a pesca é uma atividade predominantemente masculina. Para Santos (2012) o conhecimento tradicional é um instrumento de manutenção da atividade pesqueira e serve como um meio de conservação dos recursos pesqueiros. A profunda relação entre o homem, a natureza e os saberes tradicionais são características do espaço da pesca.

O terceiro grupo que representa 13% dos sujeitos tradicionais investigados é dos quilombolas e remanescentes de quilombolas. São Paulo, Goiás e Rio de Janeiro são os estados em que vivem os sujeitos quilombolas mais investigados. Segundo Antonio (2013, p. 87) o conceito geral de quilombo é de um território originalmente construído por escravos africanos e afrodescendentes para proteção e refúgio contra a escravidão que se iniciou no Brasil no século XVI, o quilombo foi oposição e resistência ao regime escravocrata. O conceito atual de quilombo é "Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado." (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 2011<sup>9</sup>, apud. ANTONIO, 2013, p. 90).

Santos (2013, p. 7) considera que os quilombolas, participantes do projeto PROEJA no Pará, são detentores de saberes tradicionais, por isso investiga em sua dissertação a integração dos saberes tradicionais que os alunos trazem das suas vivências com o saber científico ensinado na escola. Antonio (2013, p. 90) em sua tese refere-se à comunidade remanescente quilombola Pedro Cubas (Eldorado/SP) como uma comunidade tradicional e a investiga com o objetivo de analisar a aplicabilidade do conhecimento ecológico tradicional na construção de uma comunidade sustentável.

Rocha (2014) investiga em sua tese o etnoconhecimento botânico da comunidade do Quilombo São José da Serra (Rio de Janeiro), por meio do levantamento do conhecimento tradicional sobre plantas utilizadas pela comunidade, a qual ele caracteriza pela manutenção das tradições que se reflete na relação estabelecida da comunidade com o meio ambiente. A comunidade quilombola Kalunga, de Goiás, também tem seus conhecimentos tradicionais sobre plantas investigados, pois Silvestre (2015) realiza em sua dissertação um inventário

---

<sup>9</sup> ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA – ABA, Comitê Quilombos. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/?code=2.39>>. Acesso em: 05 junho 2018.

etnobotânico na comunidade, considerando todo conhecimento etnobotânico local.

O quarto grupo é formado por agricultores familiares predominantemente dos estados do Rio Grande do Sul, Amazonas e Santa Catarina. O agricultor familiar é aquele que pratica atividades no meio rural utilizando a mão de obra da própria família. Segundo Pontes (2015) a agricultura familiar visa por meio da mão de obra familiar “a subsistência dos diversos segmentos sociais do âmbito rural brasileiro com pequena e média escala de produção”. Cassol (2013, p. 13) afirmou que no Brasil a agricultura familiar é a maior responsável pela produção de alimentos, pois 70% dos estabelecimentos agrícolas no país são do tipo familiar.

Os saberes tradicionais dos agricultores familiares são valorizados e investigados, principalmente aqueles ligados com o meio ambiente e a terra. Cassol (2013, p. 15) investiga em sua dissertação os saberes tradicionais relativos a produção de cultivares de milho crioulo e tem como sujeitos da investigação os agricultores familiares da Associação de Guardiões das Sementes Crioulas (Ibarama, RS), a qual tem como um dos objetivos a manutenção dos saberes tradicionais locais passados de geração a geração.

Na dissertação de Pontes (2015) é investigada a sustentabilidade presente na agricultura familiar tradicional das comunidades de Santo Afonso e Santa Maria (Caapiranga/AM). Segundo Pontes a agricultura na Amazônia é desenvolvida com base nos conhecimentos, saberes e práticas tradicionais herdadas da cultura indígena e dos diversos grupos sociais que imigraram para a região. Na agricultura familiar da comunidade analisada por Pontes é apontado o uso de práticas de cultivo, conhecimentos tradicionais e formas de manejo desenvolvidas a gerações.

Os conhecimentos tradicionais dos agricultores familiares também são estudados na tese de Fernandes (2014), que objetiva conseguir por meio de entrevistas a sistematização do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais utilizadas por agricultores familiares do Planalto Sul Catarinense. Segundo Fernandes (2014) os estudos etnobotânicos que resgatam os saberes populares sobre o uso das plantas medicinais têm sido realizados intensamente no Brasil e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) propõe a inserção da agricultura familiar no processo de produção de fitoterápicos.

As comunidades rurais formam um grupo com 7% dos sujeitos tradicionais investigados. Os locais mais investigados deste grupo pertencem aos estados: Amazonas, São Paulo, Minas Gerais e Paraíba. Essas comunidades tradicionais vivem na zona rural das

idades e são investigadas por seus conhecimentos botânicos, zoológicos, de manejo e conservação da biodiversidade, entre outros.

Duas comunidades rurais de Manaus-AM são investigadas por Veiga (2011), que realiza um levantamento etnobotânico com base no conhecimento tradicional sobre plantas presentes nessas comunidades, com foco nas plantas antimaláricas. Para Veiga (2001) é vasto o conhecimento tradicional que a população rural tem sobre o uso de plantas e muitas vezes este é o único recurso disponível que elas possuem para tratamentos medicinais.

Por meio de uma investigação etnozoológica, Pinto (2011) investiga em sua dissertação uma comunidade rural que possui características de uma sociedade tradicional. Analisa como moradores rurais de três povoados da Serra do Ouro Branco (Minas Gerais) compreendem e se relacionam com a fauna local e constata que o conhecimento tradicional dos moradores sobre os animais é condizente com o conhecimento científico, pois eles conhecem e se relacionam com a fauna. Segundo Pinto (2011, p. 1) o conhecimento tradicional pode ter importantes implicações para a conservação e o manejo da biodiversidade, por isso é importante ser estudado.

Outra perspectiva de investigação das comunidades rurais é relacionada à educação rural escolar e a ligação existente entre o conhecimento tradicional e o científico. Alguns autores analisados fazem essas investigações.

Campos (2014, p. 91) em sua dissertação questiona que a educação rural é centrada em um ensino descontextualizado e que o ensino da agroecologia e da educação ambiental pode enriquecer a formação dos alunos ampliando a gama de temas sobre conhecimentos tradicionais, campo, agricultura e meio ambiente, contextualizando a educação e garantindo a sustentabilidade no campo.

Na Tabela 7 outros grupos tradicionais ligados ao espaço rural são investigados e realiza atividades produtivas nesse ambiente: extrativistas, assentados, camponeses, agricultores, pecuaristas e raizeiros. Isso demonstra que no Brasil as comunidades tradicionais estão predominantemente no espaço rural e estão espalhadas por diversas regiões e territórios brasileiros.

Finalmente, outros grupos ligados a religião e a cultura são seguidores de religião de matriz africana, o qual inclui principalmente os candomblecistas. Os estudos deste grupo estão voltados para a valorização e divulgação do saber tradicional e caracterização do espaço geográfico ocupado pelas comunidades. Dois grupos da Tabela 7 são caracterizados pela

cultura tradicional: artesões e foliões. Os foliões têm as máscaras da folia de reis investigadas e os artesões que produzem mobiliário artesanal trançado em fibras são investigados socialmente e culturalmente.

A análise de conteúdo realizada desta pesquisa, além de analisar os sujeitos investigados analisa os assuntos das 260 teses e dissertações. Com a leitura do resumo e introdução de cada trabalho é possível classificá-los em categorias temáticas.

Há categorias temáticas pré-determinadas e pós-determinadas. As categorias pré-determinadas são sugeridas durante a revisão bibliográfica, pois o contato com a literatura sobre conhecimento tradicional proporciona a conjectura de que podem ser encontrados trabalhos com as seguintes categorias temáticas: legal/institucional, econômica, ambiental, cultural, epistemológica e de saúde. As categorias pós-determinadas estão identificadas por meio da análise de conteúdo nas teses e dissertações. Por meio desta análise é possível melhorar as categorias pré-determinadas e identificar a existência de duas outras categorias: educacional e geográfica / territorial. No Quadro 2 estão as oito categorias ou eixos em que estão distribuídas as temáticas identificadas e o significado de cada uma delas.

QUADRO 2 - CATEGORIAS OU EIXOS TEMÁTICOS

<b>Categorias de análise temáticas</b>	<b>Significado</b>
Legal / Institucional	Abordagem dos instrumentos legais, aparatos institucionais e convenções internacionais (soft law) para regulação do acesso, proteção ao conhecimento tradicional e repartição de benefícios. Gestão e políticas públicas e ambientais. Patentes.
Econômica / Socioeconômica	Discussão teórica ou análise empírica de eventos, situações ou experiências associadas à exploração econômica do conhecimento tradicional, a exemplo das indicações geográficas.
Epistemológica	Debate sobre o significado contemporâneo do conhecimento tradicional e a epistemologia do termo.
Cultural / Sociocultural	Exploração da cultura, do folclore e das diferentes etnografias dos povos tradicionais.
Ambiental / Ecológica / Socioambiental	Estudo dos povos que cuidam, preservam e vivem de uma forma sustentável com o meio ambiente. Exploração dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.
Saúde	Investigação de métodos e medicamentos advindos da medicina tradicional.
Educacional	Educação dos povos tradicionais.
Geográfica / Territorial	Investigação dos territórios ocupados pelos povos tradicionais. Reservas extrativistas e unidades de conservação.

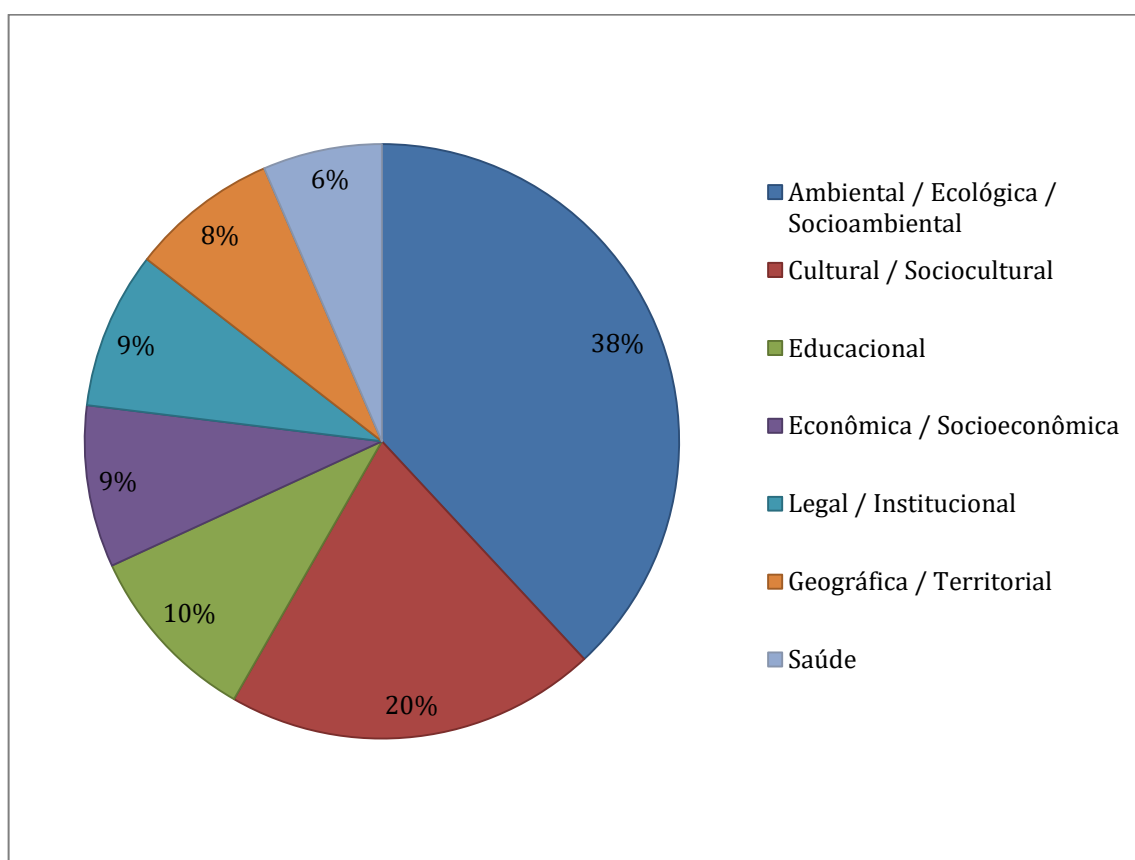
FONTE: elaborado pela autora (2018)

As 260 teses e dissertações analisadas estão classificadas em uma ou mais categoria temática. Das oito categorias descritas no Quadro 2 há uma que não é utilizada, a Epistemológica. Esta categoria surgiu do pressuposto de que seriam encontrados trabalhos cuja temática principal seria a discussão epistemológica do termo conhecimento tradicional, porém nenhum dos trabalhos tem esta temática como principal.

Durante a análise de conteúdo as categorias temáticas econômica, ambiental e cultural, que haviam sido pré-determinadas, são ampliadas para: econômica / socioeconômica, cultural / sociocultural, ambiental / ecológica / socioambiental. Essa ampliação dos nomes das categorias é importante para uma melhor representação dos conteúdos temáticos dos trabalhos, muitos dos quais investigam a relação da sociedade com a economia, o meio ambiente e a cultura.

No Gráfico 8 estão representadas as porcentagens das sete categorias temáticas, onde é possível observar qual representa mais os temas dos trabalhos e qual representa menos.

GRÁFICO 8 – CATEGORIAS TEMÁTICAS



FONTE: elaborado pela autora (2018)



A categoria temática que mais representa os trabalhos é a Ambiental / Ecológica e Socioambiental. Entre outros assuntos, nesta categoria estão os trabalhos que investigam o conhecimento tradicional relacionado às plantas medicinais, às plantas de biomas e espaços geográficos específicos, como cerrado e área de restinga. Nesta categoria estão também os estudos sobre agricultura familiar, agrobiodiversidade, extrativismo, pesca artesanal, ecologia humana, biodiversidade, recursos naturais e gestão ambiental.

A segunda categoria temática é a Cultural / Sociocultural, a qual abrange assuntos como: cultura popular, artesanato, interação social, língua indígena, resgate cultural, história e memória indígena, patrimônio cultural imaterial, transmissão de saberes, folclore e diálogo entre saberes.

A terceira categoria temática é a Educacional, que envolve assuntos como: educação indígena, tanto escolar como superior, educação ambiental, ensino de geografia, ensino de biologia, pedagogia da alternância, currículo escolar, educação rural e formação de professores.

A quarta categoria temática do Gráfico 8 é a Econômica / Socioeconômica, que representa os assuntos: exploração econômica dos recursos naturais, produção e comercialização agroextrativista, produtos agroalimentares, plantas medicinais, indústria farmacêutica, trabalho, biomercado, produção de agricultores familiares e mercado pesqueiro.

A categoria temática Legal / Institucional é a quinta mais recorrente e representa trabalhos com assuntos do tipo: Acordo TRIPS, patentes, direitos intelectuais, direito socioambiental, direitos da sociobiodiversidade, bioética, patrimônio genético, conhecimentos tradicionais associados, acesso e repartição de benefícios, biopirataria, propriedade intelectual, política ambiental no Brasil, Convenção sobre Diversidade Biológica e CGEN - Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

A sexta categoria temática a representar os trabalhos é a Geográfica / Territorial. Nessa categoria alguns dos assuntos englobados são: cartografia indígena, territorialidade, desterritorialização, disputas territoriais, desenvolvimento local, unidades de conservação, territórios quilombolas, territórios indígenas, reserva extrativista, indicações geográficas, etnoarqueologia e desflorestamento.

A sétima e última categoria temática é a de Saúde. Nesta categoria alguns dos assuntos investigados são: medicina popular, plantas medicinais, fitoterapia, parteiras tradicionais, enfermagem na saúde indígena, odontologia, saúde dos povos tradicionais, práticas tradicionais de saúde e saúde indígena.

Existem trabalhos que são classificados em mais de uma categoria temática, como é

o caso dos trabalhos cujo assunto é relacionado com Plantas Medicinais, que são classificados na categoria Ambiental / Ecológica e Socioambiental, na categoria Saúde e na categoria Econômica / Socioeconômica. Pois, investigam a produção e o uso das plantas medicinais pelas comunidades tradicionais, a relação das comunidades com o meio ambiente e os cuidados com a saúde. As plantas medicinais representam o recurso terapêutico mais comum das comunidades tradicionais e é um tema de interesse para as áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, bem como é um tema de grande interesse econômico para a indústria farmacêutica. O uso e a eficácia das plantas medicinais utilizadas pelas comunidades tradicionais estimulam a pesquisa sobre o assunto, sendo esse o assunto mais investigado pelas teses e dissertações analisadas.

#### 4.6 ANÁLISE DAS CITAÇÕES

A análise das citações realizada nas teses e dissertações é inspirada no artigo de Noronha (1998), que classifica as citações por: tipo de documento, temporalidade, procedência geográfica e idioma dos documentos. Além dessas quatro classificações acrescenta-se nesta análise: títulos dos periódicos que os artigos citados são publicados e autores que lideram a frente de pesquisa sobre o assunto.

##### 4.6.1 Tipos de documentos citados

Com o propósito de verificar qual o tipo de documento mais utilizado pelos alunos de mestrado e doutorado que pesquisam sobre o conhecimento tradicional, na Tabela 8 estão representados os 15 tipos de documentos citados nas teses e dissertações analisadas.

TABELA 8 - TIPOS DE DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

#	TIPO DE DOCUMENTO	CITAÇÕES	%
1º	LIVRO	570	53,47
2º	ARTIGO DE PERIÓDICO	310	29,08
3º	COMUNICAÇÃO EM EVENTOS	46	4,31
	DISSERTAÇÃO E TESE	46	4,31
4º	LEGISLAÇÃO	43	4,03
5º	PÁGINA DA INTERNET	18	1,68
6º	CONVENÇÃO	13	1,21
7º	CARTILHA	4	0,37
	RELATÓRIO TÉCNICO	4	0,37
8º	BOLETIM	3	0,28
9º	RELATÓRIO DE PESQUISA	2	0,187
	TCC	2	0,187
	PROJETO	2	0,187
10º	CARTA	1	0,093
	FASCÍCULOS DE PERIÓDICOS NO TODO	1	0,093
	NÃO IDENTIFICADO	1	0,093
	TOTAL	1066	100

FONTE: elaborada pela autora (2018)

No total contabiliza-se 1.066 citações, que estão classificadas em 15 tipos de documentos identificados: livro, artigo de periódico, legislação, comunicação em eventos, dissertação e tese, documento de convenção, páginas da internet, cartilha, relatório de pesquisa, TCC, projeto, relatório técnico, boletim, documento não identificado, fascículos de periódicos no todo e carta.

O mais representativo, com 53,47% das citações, é o livro, incluindo também os capítulos de livro. Esta porcentagem demonstra como o livro, seja ele no formato impresso ou digital, continua tendo importância para a comunidade científica.

Os livros mais citados são:

1. Com 27 citações: DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
2. Com 20 citações: LIMA, André; BENSUSAN, Nurit (Org.). **Quem cala consente**. Subsídios para a proteção dos conhecimentos tradicionais. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

- Com 20 citações: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Semear outras soluções:** os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
3. Com 18 citações: DIEGUES, A.C.; ARRUDA, R. S. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Ministério do meio Ambiente, São Paulo, 2001.
  4. Com 14 citações: LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
  5. Com 13 citações: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios.** São Paulo: Cosac Naify, 2009.
  6. Com 10 citações: SHIVA, V. **Biopirataria:** a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis: Vozes, 2001.
  7. Com 9 citações: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação:** novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. Hucitec, São Paulo, 2000.

O capítulo de livro que mais tem citações é da autora Juliana Santilli, intitulado: “Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção”, que faz parte do livro “Diversidade Biológica e Conhecimentos Tradicionais” (2004) organizado por Marcelo Dias Varella e Ana Flávia Barros-Plataiu. Este capítulo é citado 10 vezes. Dois livros da mesma autora do capítulo, Juliana Santilli, são citados 9 vezes. Um tem o título “**Socioambientalismo e novos direitos**” (2005) e o outro “**Agrobiodiversidade e direito dos agricultores**” (2009).

O artigo de periódico é o segundo tipo de documento mais citado. No estudo exploratório de Noronha (1998) 46,7% das citações em teses e dissertações analisadas na área de saúde pública é de artigos de periódicos. Noronha compara essa porcentagem com outros estudos e conclui que o uso de artigos depende da área analisada, por exemplo, na área de filosofia a porcentagem de uso de artigos é menor (28,7%). As análises de citações feitas em artigos de periódicos a porcentagem de citações de outros artigos científicos chega a ser de cerca de 70 e 80%.

Nas teses e dissertações sobre conhecimento tradicional a porcentagem de citações de artigos de periódicos relacionada com o tema é de 29,08%. No total são 244 artigos, sendo o mais citado:

1. Com 4 citações: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, n. 36, 1999.

O terceiro tipo de documento mais citado é a comunicação em eventos (4,31%), o qual abrange basicamente os artigos publicados nos anais de eventos. Juliana Santilli é a autora do artigo que mais é citado (6 vezes), intitulado “**Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção**”, publicado em 2004 nos Anais do II Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, de Indaiatuba, São Paulo.

Trabalho de dissertação ou tese também são citados por 4,31%. Segundo Noronha (1998) a utilização de dissertações ou de teses na elaboração de outras dissertações ou teses não é marcante, em estudos com análises de citações este tipo de documento aparece em porcentagem entre 0,01 a 4,5%. Este tipo de documento era considerado por Noronha (1998) como literatura cinzenta, cuja identificação e acesso eram difíceis. Atualmente com as bibliotecas digitais o acesso melhorou, continua sendo uma literatura não controlada por editores e não revisada pelos pares cegamente, como em um processo de publicação de artigos, porém durante os processos de qualificação e defesa as teses e dissertações são avaliadas por profissionais qualificados e só são defendidas se estiverem com qualidade.

O assunto conhecimento tradicional é muito discutido legalmente e a hipótese era que os documentos legislativos seriam os mais citados. Porém, ao analisar os trabalhos, é observado que alguns autores não citam corretamente esses documentos, por esta razão o número de citações ficou abaixo do esperado, sendo o documento legislativo o quarto tipo mais citado (4,03). Este tipo de documento inclui as leis, os decretos, as resoluções, as medidas provisórias e as declarações. O mais citado, com 16 citações, é a **Medida Provisória nº 2.186-16** (2001), o segundo com 13 citações é o **Decreto nº 6.040** (2007) e o terceiro com 2 citações é o documento da **Lei nº 13.123** (2015).

#### 4.6.2 Temporalidade dos documentos citados

As citações analisadas são classificadas por temporalidade, que é a medida de tempo em relação ao ano da defesa da dissertação ou da tese. Com esta classificação é possível analisar se os documentos relacionados com o assunto conhecimento tradicional, utilizados no mestrado e no doutorado, eram recentes ou antigos na época que o trabalho foi defendido. A

temporalidade das citações é agrupada por tipo de documento em 6 categorias de tempo: até 2 anos anteriores a data da defesa, de 3 a 5 anos; de 6 a 10 anos, de 11 a 20 anos; com mais de 20 anos e sem data. Segue resultado na Tabela 9.

TABELA 9 - TEMPORALIDADE DOS DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

TIPOS DE DOCUMENTOS	TEMPORALIDADE						TOTAL
	ATÉ 2 ANOS	3-5 ANOS	6-10 ANOS	11-20 ANOS	MAIS DE 20 ANOS	SEM DATA	
LIVROS	49	106	200	188	23	4	570
ARTIGOS DE PERIÓDICOS	33	77	111	77	12	0	310
COMUNICAÇÃO EM EVENTOS	6	7	19	12	2	0	46
DISSERTAÇÃO E TESE	9	16	17	4	0	0	46
LEGISLAÇÃO	3	2	20	18	0	0	43
PÁGINA DA INTERNET	7	1	6	3	0	1	18
CONVENÇÃO	0	1	0	8	4	0	13
CARTILHA	1	0	3	0	0	0	4
RELATÓRIO TÉCNICO	0	0	0	3	1	0	4
BOLETIM	1	1	1	0	0	0	3
RELATÓRIO DE PESQUISA	0	1	1	0	0	0	2
TCC	0	0	1	1	0	0	2
PROJETO	0	0	2	0	0	0	2
NÃO IDENTIFICADO	0	1	0	0	0	0	1
FASCÍCULOS DE PERIÓDICOS NO TODO	0	0	0	0	1	0	1
CARTA	0	1	0	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>	109	214	381	314	43	5	1066

FONTE: elaborada pela autora (2018)

Verifica-se que a temporalidade dos documentos citados nas teses e dissertações concentra 34,74% entre 6 e 10 anos da data da defesa e 29,45% entre 11 e 20 anos. Nos 10 anos mais recentes estão 66,04% dos documentos citados, o que demonstra que os trabalhos estão com informações citadas atualizadas e não deixam de considerar os documentos clássicos, principalmente os documentos legislativos publicados nos 11 e 20 anos anteriores.

Esses resultados se assemelham aos constatados por Noronha (1998), surgindo a suposição de que trabalhos de teses e dissertações em diferentes áreas citam principalmente livros e artigos de periódicos publicados entre 6 e 10 anos antes da defesa do trabalho.

Alguns tipos de documentos com mais de 20 anos são citados, mas em porcentagem reduzida, aproximadamente 4%. Documentos sem data apresentam somente 5 citações.

#### 4.6.3 Idiomas dos documentos citados

Os documentos citados são classificados pelo idioma e na Tabela 10 estão os quatro idiomas identificados em cada tipo de documento: português, inglês, espanhol e francês.

TABELA 10 - IDIOMAS DOS DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

TIPO DE DOCUMENTO CITADO	IDIOMA				TOTAL
	PORTUGUÊS	INGLÊS	ESPAÑHOL	FRANCÊS	
LIVRO	471	84	15	0	570
ARTIGO DE PERIÓDICO	190	114	5	1	310
COMUNICAÇÃO EM EVENTOS	42	1	2	1	46
DISSERTAÇÃO E TESE	46	0	0	0	46
LEGISLAÇÃO	42	0	1	0	43
PÁGINA DA INTERNET	12	2	4	0	18
CONVENÇÃO	13	0	0	0	13
CARTILHA	4	0	0	0	4
RELATÓRIO TÉCNICO	2	0	2	0	4
BOLETIM	3	0	0	0	3
RELATÓRIO DE PESQUISA	1	1	0	0	2
TCC	2	0	0	0	2
PROJETO	2	0	0	0	2
NÃO IDENTIFICADO	1	0	0	0	1
FASCÍCULOS DE PERIÓDICOS NO TODO	1	0	0	0	1
CARTA	1	0	0	0	1
<b>TOTAL</b>	833	202	29	2	1066

FONTE: elaborada pela autora (2018)

O idioma que prevalece em 78,14% das citações é o português. O inglês é o segundo idioma que mais aparece, com 18,94%, o espanhol o terceiro com 2,72% e apenas com 0,18% o francês é o quarto e último idioma a aparecer. O tipo de documento que mais predomina em idioma diferente do trabalho defendido é o artigo de periódico em inglês, provavelmente devido o aumento do uso das bases de dados de artigos internacionais.

A predominância em grande porcentagem de citações em idioma português pode ser justificada pela facilidade de leitura e pelo fato da maioria dos trabalhos sobre conhecimento tradicional se referir aos povos e comunidades tradicionais brasileiras, por isso, livros, leis e artigos que tratam dessas comunidades são publicados no Brasil em português.

#### 4.6.4 Procedência geográfica dos documentos citados

Nas referências bibliográficas dos documentos citados, além dos dados de título e autor, estão os dados editoriais e de procedência geográfica das publicações. Na elaboração de uma referência geralmente utiliza-se o nome da cidade como local. Nas citações analisadas identifica-se 96 diferentes locais de procedência dos documentos. Na Tabela 11 estão as dez cidades com mais documentos provenientes delas.

TABELA 11 - PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA DOS DOCUMENTOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

TIPO DE DOCUMENTO CITADO	CIDADES												
	São Paulo	Brasília	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Petrópolis	Campinas	Manaus	Curitiba	Porto Alegre	Belém	OUTRAS	SEM LOCAL	TOTAL
LIVRO	206	44	52	44	15	9	16	18	9	19	117	21	570
ARTIGO DE PERIÓDICO	26	10	1	1	0	12	1	8	2	3	24	222	310
COMUNICAÇÃO EM EVENTOS	2	4	2	0	0	0	1	2		3	21	11	46
DISSERTAÇÃO E TESE	3	6	0	0	0	3	4	3	2	3	12	10	46
LEGISLAÇÃO	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	1	7	43
PÁGINA DA INTERNET	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2	15	18
CONVENÇÃO	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0	0	7	13
CARTILHA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4
RELATÓRIO TÉCNICO	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	1	1	4
BOLETIM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
RELATÓRIO DE PESQUISA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
TCC	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
PROJETO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
NÃO IDENTIFICADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
FASCÍCULOS DE PERIÓDICOS NO TODO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
CARTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>237</b>	<b>106</b>	<b>60</b>	<b>45</b>	<b>15</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>31</b>	<b>13</b>	<b>29</b>	<b>181</b>	<b>303</b>	<b>1066</b>

FONTE: elaborada pela autora (2018)



As dez cidades são brasileiras, porém cidades de outros países aparecem em 9,56% das citações, entre elas estão: Londres, Farnham, Washington, Barcelona, Nova York, Coimbra, Lima e Bruxelas. Aproximadamente 28,42% dos documentos citados não tem a procedência geográfica descrita.

A cidade de São Paulo é a procedência de 36,14% dos livros. A cidade de Brasília se destaca com as citações de documentos legislativos, pois é de lá que saem as leis, decretos, resoluções e medidas provisórias. Os artigos de periódicos são 71,61% classificados sem local de procedência, pois atualmente a maioria dos periódicos é de acesso digital, por isso em suas referências não consta o local de publicação.

#### 4.6.5 Títulos dos periódicos que os documentos estão publicados

A análise das citações proporciona o levantamento dos periódicos que obtém artigos citados nas teses e dissertações. No total são 163 periódicos, os quais passam inicialmente por uma padronização de nomes, pois em algumas referências os nomes dos periódicos estão abreviados ou com erros de grafia. Na Tabela 12 estão os 14 periódicos mais citados.

TABELA 12 - TÍTULOS DOS PERIÓDICOS DOS ARTIGOS CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

<b>PERIÓDICOS DOS ARTIGOS CITADOS</b>	<b>TOTAL DE CITAÇÕES</b>
Ambiente & Sociedade	10
Revista Internacional de Direito e Cidadania	10
Ecological Applications	10
Acta Botânica Brasflica	9
Estudos Avançados	8
Desenvolvimento e Meio Ambiente	8
Estudos, Sociedade e Agricultura	7
T&C Amazônia	7
Biodiversity and Conservation	5
Biotemas	5
Ciência & Educação	5
Biota Neotropica	5
Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine	5
Human Ecology	5
Outros	211
Total	310

FONTE: elaborada pela autora (2018)

Os três periódicos mais citados, por seus artigos relacionados com o conhecimento tradicional, são: 1. “**Ambiente & Sociedade**”, que é publicado trimestralmente pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), existe desde 1997 e possui Qualis da CAPES A2 e B1 dependendo da área. 2. “**Revista Internacional de Direito e Cidadania**”, lançada pelo Instituto Estudos Direito e Cidadania (IEDC) em 2008 com o objetivo de publicar sobre direitos sociais, possui Qualis CAPES C e sua publicação é quadrimestral. 3. “**Ecological Applications**”, que é uma revista internacional, publicada pela Ecological Society of America (ESA), possui Qualis da Capes A1 e B1.

O segundo periódico é o “**Acta Botânica Brasílica**”, da Sociedade Botânica do Brasil (SBB), ele é quadrimestral, possui Qualis da CAPES de A1 a B5 e seu conteúdo principal é sobre biologia das plantas e fungos.

O terceiro periódico é “**Estudos Avançados**”. Este periódico é publicado quadrimestralmente pelo Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) e publica trabalhos de seus pesquisadores, convidados e outros especialistas desde 1987. A classificação Qualis da CAPES para a área Multidisciplinar e Ciências Sociais é A2.

O periódico “**Desenvolvimento e Meio Ambiente**” recebe o mesmo número de citações, ele é editado pelo Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), publica artigos com temas socioambientais e o Qualis CAPES nas áreas Ciências Ambientais, Interdisciplinar e Planejamento Urbano e Regional / Demografia é B1.

#### 4.6.6 Frente de pesquisa

Nas 87 teses e dissertações estudadas há 1.066 citações de 716 diferentes autores. Os documentos com mais de dois autores tem cada nome individualizado. Os autores possuem inicialmente seus nomes padronizados, pois ocorre de um mesmo autor ser citado de formas diferentes, por exemplo, a autora “CARNEIRO DA CUNHA, Manuela” é citada como: CARNEIRO DA CUNHA, M; CUNHA, M. C.; CUNHA, Manuela C. da.; e CUNHA, Manuela Carneiro da.

Após a padronização, os 716 nomes identificados são classificados pelo número de citações obtidas. Para calcular quantos autores fazem parte da frente de pesquisa, aplica-se a raiz quadrada no número total de autores, como proposta por Price (1971). Como o resultado

da  $\sqrt{716}$  é 26.7581763205, a frente de pesquisa é formada pelos 27 autores mais citados, os quais tiveram de 7 a 90 citações. Na Tabela 13 estão descritos os 27 autores e mais dois que também tiveram 7 citações.

TABELA 13 - AUTORES CITADOS NAS TESES E DISSERTAÇÕES

AUTORES CITADOS	NÚMERO DE CITAÇÕES
DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana	90
SANTILLI, Juliana Ferraz	57
CARNEIRO DA CUNHA, Manuela	37
ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira	33
BERKES, Fikret	24
BRASIL. Medida Provisória 2.186-16	17
MOREIRA, Eliane	17
SHIVA, Vandana	15
DUTFIELD, Graham	14
LÉVI-STRAUSS, Claude	14
BEGOSSI, A.	13
BENSUSAN, Nurit	13
BRASIL. Decreto Nº 6.040	13
FOLKE, Carl	13
AZEVEDO, Cristina	11
POSEY, Darrell Addison	11
ALMEIDA, Mauro W. Barbosa	10
CONVENÇÃO SOBRE A DIVERSIDADE BIOLÓGICA – CDB	10
HANAZAKI, Natalia	10
SANTOS, Boaventura de Sousa	10
ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de	9
CASTRO, Edna	9
KISHI, Sandra Akemi Shimada	9
TOLEDO, Víctor Manuel	9
WANDSCHEER, Clarissa Bueno	9
LITTLE, Paul E.	8
AMOROZO, Maria Christina de Mello	7
CASTELLI, German Pierina	7
WILKINSON, John	7

FONTE: elaborada pela autora (2018)

O autor com mais citações relacionadas com o conhecimento tradicional é Antonio Carlos Sant'ana Diegues. Ele é sociólogo da USP, tem experiência na área de planejamento ambiental e conservação da natureza, com ênfase em Ciências Humanas, atuando

principalmente nos seguintes temas: meio ambiente, conhecimento tradicional, comunidades caiçaras, comunidades tradicionais e cultura caiçara. Foi co-ganhador do Prêmio Nobel da Paz, concedido ao UNHCR, Genebra em 1981 (Informações coletadas do Lattes em 23/01/2018). O documento mais citado do autor é o livro “O mito moderno da natureza intocada” (1993) e em segundo lugar o livro “Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil” (2001).

A segunda autora com o maior número de citações é Juliana Ferraz Santilli. Formada em direito, Santilli atuou na área de direito ambiental e socioambiental, foi promotora de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. O livro Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores foi premiado como obra de referência para o Programa Nacional Biblioteca da Escola/PNBE (Informações coletadas do Lattes em 23/01/2018). Os documentos mais citados da autora são: o capítulo de livro “Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção” (2004), o livro “Sociambientalismo e novos direitos” (2005) e o livro “Agrobiodiversidade e direito dos agricultores” (2009).

A autora Manuela Carneiro da Cunha é a terceira mais citada. Ela é antropóloga, professora emérita da Universidade de Chicago nos Estados Unidos e atua nas áreas de etnologia, história e direitos dos índios, escravidão negra, etnicidade, conhecimentos tradicionais e teoria antropológica. Recebeu diversos prêmios, como a Ordem do Mérito Científico na Classe Grã Cruz, a *Legion d'honneur* da França e o mais recente de 2015 foi o Prêmio Jabuti na área Ciências Humanas com o livro “Políticas Culturais e Povos Indígenas” (Informações coletadas do Lattes em 23/01/2018). O documento de sua autoria mais citado nos trabalhos analisados é o livro “Cultura com aspas” (2009) e o segundo mais citado é o artigo “Populações tradicionais e a convenção da diversidade biológica” (1999).

O quarto autor mais citado é o antropólogo e professor Rinaldo Sérgio Vieira Arruda, o qual é atualmente professor na UNIFESP no curso de Especialização em Saúde Indígena e possui experiência na área de Antropologia, com ênfase em Etnologia Indígena, atuando principalmente nos seguintes temas: rikbaktsa, índios, território, direitos, cultura, etnicidade, identidade cultural, territórios indígenas e visão da natureza. Em 2006 ganhou o prêmio de Orientador de Melhor trabalho de iniciação científica na área de antropologia. O livro mais citado do autor é o livro organizado por Antonio Carlos Sant'ana Diegues “Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil” (2001).

Uma fonte institucional aparece como sendo a sexta mais citada: BRASIL, referente à Medida Provisória nº 2.186-16, assinada em 2001 pelo presidente Fernando Henrique

Cardoso. A referida Medida dispõe sobre “o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise bibliométrica e a análise de conteúdo desenvolvidas nesta tese mapeia uma parte da ciência brasileira relacionada com o assunto conhecimento tradicional. Assunto este de extrema importância para os estudos dos povos e comunidades tradicionais brasileiras, detentoras de conhecimentos, que são transmitidos de geração para geração, os quais são constantemente visados por pesquisadores, cientistas e até mesmo indústrias de medicamentos e cosméticos.

Os resultados desta pesquisa demonstram que 72% dos trabalhos analisados são dissertações de mestrado e 28% são teses de doutorado. Na série temporal a evolução é crescente, de 36 trabalhos em 2010 foi para 52 trabalhos em 2015. Durante este período foi promulgada a Lei nº 13.123 em 20 de maio de 2015, ocorreu em 2012 a Conferência Rio+20 e as indicações geográficas brasileiras ganharam reconhecimento.

Os programas de pós-graduação das regiões Sudeste e Sul juntos defendem mais de 50% dos trabalhos. São Paulo é a Unidade da Federação do país com mais defesas, o Rio Grande do Sul a segunda unidade e o Distrito Federal é a terceira Unidade da Federação com mais defesas. A UNB defende 28 trabalhos, a USP defende 21 e a UNICAMP 14 trabalhos, sendo essas as instituições que mais defendem.

Ao analisar a concentração de programas de pós-graduação dentro de cada região e Unidade da Federação do país, comparando o número de programas com trabalhos defendidos, com o número de programas existentes, fica evidente que o Norte e o Estado Amazonas são os que concentram maior participação. Confirmando a hipótese inicial do trabalho.

O Programa de Pós-graduação com mais defesas é o Programa em Desenvolvimento Sustentável da UNB, que defende dez trabalhos. O segundo programa é o de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS, que defende seis trabalhos, sendo os dois da área de Ciências Ambientais. Nesta área o número total de trabalhos defendidos é de 34, na área Interdisciplinar o número de trabalhos defendidos é de 30 e na área de Biodiversidade é de 26. Estes resultados confirmam a hipótese de que as produções científicas estão concentradas na área ambiental.

Os gêneros dos autores, orientadores e coorientadores são identificados e constata-se que o número de mulheres defendendo trabalhos de teses e dissertações sobre conhecimento tradicional aumenta neste período de 2010 a 2015, o que confirma a ampliação da participação feminina na ciência. As mulheres também se destacam na orientação de teses,

pois orientam dez teses a mais do que os homens. A relação entre autor e orientador é maior entre mulheres orientadoras e mulheres autoras.

Analisa-se a diferença de gênero nas áreas de avaliação dos programas e é identificada uma pequena segregação horizontal, onde os orientadores do gênero masculino estão mais presentes na área de Ciências Agrárias e do gênero feminino na área de Educação.

Cinco orientadores se destacam por orientar três trabalhos sobre conhecimento tradicional neste período analisado, sendo estes: Mauro William Barbosa de Almeida (2011; 2011; 2012), Ana Suelly Arruda Câmara Cabral (2010; 2011; 2014), Rosemeri Melo e Souza (2011; 2011; 2012) Therezinha de Jesus Pinto Fraxe (2012; 2015; 2015) e Pedro Boff (2010; 2014; 2014).

Dos 260 trabalhos analisados, 58% deles são custeados por algum órgão de financiamento de pesquisa. O que destaca é que ao relacionar o número de trabalhos com e sem financiamento com o ano da defesa do trabalho há um aumento significativo de trabalhos sem financiamento, ou seja, o número de bolsas não acompanha o aumento do número de vagas nos programas de pós-graduação. Cinquenta por cento dos trabalhos financiados recebem o auxílio da CAPES, do CNPq ou da FAPESP.

Ao avaliar os trabalhos por meio da análise de conteúdo, são identificadas as abordagens e técnicas de pesquisa utilizadas pelos autores. A abordagem mais utilizada é a qualitativa e as técnicas mais utilizadas são: pesquisa de campo, entrevista e observação.

Por serem trabalhos cujo assunto principal é o conhecimento tradicional muitos dos trabalhos investigam indivíduos e grupos que são considerados detentores de conhecimentos tradicionais. Por isso, analisam-se quais são os indivíduos investigados e em qual grupo eles estão classificados. Os grupos mais investigados são: dos indígenas, dos ribeirinhos e dos quilombolas. Principalmente os indígenas e ribeirinhos do estado do Amazonas e os quilombolas dos estados de São Paulo e Goiás.

Com a análise de conteúdo é possível identificar categorias temáticas que representam os assuntos investigados nos trabalhos. São sete as categorias encontradas: 1. Ambiental / Ecológica / Socioambiental, 2. Cultural / Sociocultura, 3. Educacional, 4. Econômica / Socioeconômica, 5. Legal / Institucional, 6. Geográfica / Territorial, e 7. Saúde.

Com a análise apresentada fica clara a importância da dimensão social da ciência, pois os trabalhos não investigam somente a economia, a cultura e o meio ambiente, eles investigam a relação da sociedade com a economia, a cultura e com o meio ambiente. Da mesma forma que investigam a saúde da sociedade, a educação da sociedade, os territórios ocupados pelos povos e leis criadas para proteger os conhecimentos tradicionais dos povos.

Ou seja, a ciência que é desenvolvida nestes trabalhos analisados apresenta total relação com o campo de estudos sociais da ciência.

A categoria temática que mais representa os trabalhos é a Ambiental / Ecológica e Socioambiental, demonstrando o interesse dos pesquisadores em investigar os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e aos patrimônios genéticos encontrados no meio ambiente em que vivem os indígenas, ribeirinhos e quilombolas.

A última parte deste presente trabalho se propõe a analisar as citações das teses e dissertações que possuem capítulo ou sessão sobre conhecimento tradicional. Por meio da análise de citações é possível identificar as principais fontes de informação sobre conhecimento tradicional, utilizadas nas citações dos trabalhos das teses e dissertações, defendidas entre os anos de 2010 e 2015 e registradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do IBICT.

Segundo Garfield (2006) faz-se necessários novos tipos de ferramentas bibliográficas que possam ajudar a abarcar a lacuna existente entre a abordagem do sujeito daqueles que criam documentos e a abordagem do sujeito do cientista que procura informações. Devido a falta de uma ferramenta capaz de analisar citações de teses e dissertações, cria-se neste trabalho uma metodologia que poderá ser replicada em outros estudos de análise de citações.

Para Garfield (2006) índices de citações podem ser extremamente úteis se forem devidamente concebidos e desenvolvidos. Podem ser úteis na pesquisa histórica, auxiliando na avaliação do impacto causado por um trabalho na literatura e no pensamento de uma época, úteis para aumentar a comunicação entre cientistas, ao mostrar ao autor os outros cientistas que citam seu trabalho e úteis para que cientistas individuais tomem consciência das implicações de seus estudos. Essa importância que Garfield dá para os índices de citações é dada para análise de citação realizada nesta pesquisa.

As referências e citações são itens obrigatórios em trabalhos científicos como de teses e dissertações. Utilizadas em estudos bibliométricos, as referências e as citações devem ser elaboradas com atenção, seguindo normas, como da ABNT. Uma normalização correta facilita na coleta de dados bibliográficos. Na realização desta análise de citações algumas dificuldades são elencadas:

- 1- Título dos periódicos: a abreviação dos títulos dificulta sua padronização;
- 2- Documentos com mais de três autores: somente o primeiro autor é analisado, pois com a utilização do et al. os nomes dos demais autores do documento estão omitidos;



3 - Nomes dos autores: identifica-se falta de padronização dos nomes e a utilização da forma abreviada, o que dificulta sua identificação;

4 - Falta de referência ou referência incompleta: algumas citações encontradas não estão referenciadas, não sendo possível identificar sua fonte.

A padronização dos nomes dos autores e dos títulos dos periódicos é feita com a consulta ao Currículo Lattes e ao texto completo dos artigos. Sugere-se aos alunos de pós-graduação e demais escritores e pesquisadores a elaboração correta e completa das referências e citações em seus trabalhos, utilizando os títulos e nomes sem abreviações e inserindo todos os autores e colaboradores da publicação citada.

São 1.066 citações analisadas e os resultados demonstram características da literatura sobre conhecimento tradicional utilizada nas teses e dissertações: o tipo de documento mais citado é o livro, discordando da hipótese de que seria o documento legislativo, a temporalidade dos documentos se concentra em até 10 anos antes da data de defesa dos trabalhos, principalmente entre 6 a 10 anos antes da defesa, o idioma predominante é o português, a procedência geográfica com maior número de documentos é da região Sudeste do Brasil, de São Paulo principalmente, sendo 22% aproximadamente de literatura estrangeira, o periódico que tem mais citações de seus artigos publicados é o Ambiente e Sociedade, o documento legislativo com mais citações é a Medida Provisória 2.186-16.

Conclui-se que os autores que mais se destacam são: Antonio Carlos Sant'ana Diegues, Juliana Ferraz Santilli e Manuela Carneiro da Cunha. Esses autores compõem a frente de pesquisa sobre o conhecimento tradicional, são eles que exercem maior influência sobre os alunos de mestrado e doutorado que estudam o assunto. Possuem currículos extensos, com muitas publicações, são autores premiados e com financiamentos de pesquisas. A análise confirma as teorias de Lotka (1926), Derek de Solla Price (1965) e Merton (1968), pois são poucos os autores citados com mais frequência e muitos os autores que pouco são citados, mais de 85% dos autores referenciados tem somente uma ou duas citações e aqueles que obtêm mais de sete citações são os que mais publicam e possuem mais prestígios.

Com o término da análise de citações cumprem-se os objetivos desta presente tese, que analisa por meio da Bibliometria e Análise de Conteúdo uma parte da ciência estudada pelo campo interdisciplinar denominado CTS (Ciência, Tecnologia e Sociedade).

## REFERÊNCIAS

- ALVARENGA, Lídia. Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 27, n. 3, maio 1999. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/778/807>>. Acesso em: 03 jan. 2018. DOI:<https://doi.org/10.18225/ci.inf..v27i3.778>.
- ANTONIO, Davi Gutierrez. **Comunidades sustentáveis: um estudo de percepção, interpretação e valoração da paisagem mediante o conhecimento tradicional**. 2012. 247 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2012.
- ANTUNES, Paulo de Bessa. **Diversidade biológica e conhecimento tradicional associado**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2002. 175 p.
- ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>>. Acesso em: 05 dez. 2017.
- ARIPO. **Swakopmund protocol on the protection of traditional knowledge and expressions of folklore**. Namibia, 2010. 22 p. Disponível em: <[http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/en/ap010/trt\\_ap010.pdf](http://www.wipo.int/edocs/lexdocs/treaties/en/ap010/trt_ap010.pdf)>. Acesso em: 24 de jun. de 2016.
- ARIPO. **Serviços Aripo**. Disponível em: <<http://www.aripo.org/services/traditional-knowledge>>. Acessado em: 23 de jun. de 2016.
- ARRUDA, Rinaldo. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, n. 5, p. 79–93, 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X1999000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 15 de nov. 2017.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PÓS-GRADUAÇÃO. **CNPq paga 45% menos bolsas de mestrado e doutorado em 2017 comparado com 2015**. 2017. Disponível em: <<http://www.anpg.org.br/cnpq-paga-45-menos-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-em-2017-comparado-com-2015/>>. Acesso em: 24 de jul. 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. São Paulo: Edições 70, 2010. 281 p.
- BDTD. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/>> Acesso em: 06 de ago. de 2016.
- BRAGA, Gilda Maria. Informação, ciência, política científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 3, n. 2, dez. 1974. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/50>>. Acesso em: 08 jan. 2018. DOI:<https://doi.org/10.18225/ci.inf..v3i2.50>.
- BRAGA, Tony Marcos Porto. **Conhecimento local ribeirinho e suas aplicações para o manejo participativo da pesca na reserva extrativista do Baixo Juruá, estado do**

**Amazonas.** 2011. 164 p. Tese (Doutorado em Ecologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

**BRASIL. Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, 08 fev. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº 01/PRESI**, de 29 de novembro de 1995. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO\\_INDIGENISTA/Pesquisa/001-INSTRUCAO-NORMATIVA-1995-FUNAI.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO_INDIGENISTA/Pesquisa/001-INSTRUCAO-NORMATIVA-1995-FUNAI.pdf)>. Acesso em: 10 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 13.123**, de 20 de maio de 2015. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto n.º 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 mai. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm). Acesso em 24 de jun. de 2016.

\_\_\_\_\_. **Medida Provisória n. 2186-16**, de 23 de agosto de 2001. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2186-16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm)>. Acesso em: 10 nov. 2017

\_\_\_\_\_. **Resolução ms/cns n. 304**, de 9 de agosto de 2000. Dispõe sobre pesquisa envolvendo seres humanos – área Povos indígenas. Disponível em: [http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-da-pessoa-indigena/legislacoes/resolucao\\_mscns\\_n\\_304\\_de\\_9\\_de\\_agosto\\_de\\_2000.pdf](http://www.saude.sp.gov.br/resources/ses/perfil/profissional-da-saude/grupo-tecnico-de-aco-es-estrategicas-gtae/saude-da-pessoa-indigena/legislacoes/resolucao_mscns_n_304_de_9_de_agosto_de_2000.pdf)>. Acesso em: 24 de jun. 2016.

\_\_\_\_\_. **Resolução n. 9**, de 18 de dezembro de 2003. Estabelece diretrizes para a obtenção de Anuência Prévia para o acesso a componente do patrimônio genético situado em terras indígenas, em áreas privadas, de posse ou propriedade de comunidades locais e em Unidades de Conservação de Uso Sustentável para fins de pesquisa científica sem potencial ou perspectiva de uso comercial. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO\\_INDIGENISTA/Pesquisa/RESOLUCAO-N-9-DE-18-12-2003.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/cogedi/pdf/LEGISLACAO_INDIGENISTA/Pesquisa/RESOLUCAO-N-9-DE-18-12-2003.pdf)>. Acesso em: 20 de jun. 2016.

BENTES, Sunny Petiza Cordeiro. **Etnoentomologia Baniwa**: estudo dos insetos na concepção dos povos Baniwa que vivem na cidade de São Gabriel da Cachoeira - Amazonas, Brasil. 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado em Entomologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

CADAMURO, Liz. **História da educação no Brasil: um estudo bibliométrico de teses e dissertações**. 2011. 119 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

CADAVAL, Roberta de Souza. **Transcendendo fronteiras entre saberes: etnografia e interculturalidade entre os estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG)**. 2014. 130 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CAMPOS, Michele Laffayett de. **Escolas no campo: desafios e possibilidades para o ensino da agroecologia e educação ambiental em Araras (SP)**. 2014. 230 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Agrárias) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2014.

CASSOL, Kelly Perlin. **Construindo a autonomia: o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS**. 2013. 111 p. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1992, Rio de Janeiro, Brasil. **Agenda 21**. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997. 383 p.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010. 296 p.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 36, p. 147–163, ago. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141999000200008&lng=pt&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141999000200008&lng=pt&tlng=pt)>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CAPES. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em: 05 de abr. de 2017.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Relações e dissensões entre saberes tradicionais e saber científico. **Revista USP**, v. 75, p. 76–84, 2007. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13623/15441>>. Acesso em: 05 de maio 2018.

CASTELLI, Pierina German; WILKINSON, John. Conhecimento tradicional, inovação e direitos de proteção. **Estudos, sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 89-112, out. 2002. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/pierina19.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CORREA, Carlos M. La conservación de recursos genéticos vegetales y los derechos de propiedad intelectual. **Perspectivas Rurales**, n. 5, p. 49-72, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/perspectivasrurales/article/view/3504/3361>>. Acesso em: 30 abr. 2018.

COSTA, Maria Conceição da. Ainda somos poucas: exclusão e invisibilidade na ciência. **Cadernos Pagu**, v.27, p. 455-459, 2006. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000200018](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000200018)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CURRÍCULO LATTES. Disponível em:

<<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do?metodo=apresentar>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

DANTAS, Fernando Antonio de Carvalho. Base jurídica para a proteção dos conhecimentos tradicionais. **Revista CPC**, v. 1, n. 2, p. 80, 1 out. 2006. Disponível em:

<<http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/15590>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

DAVENPORT, Thomas H.; PRUSAK, Laurence. **Conhecimento empresarial**: como as organizações gerenciam seu capital intelectual. 15. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003. 237 p.

DHEWA, Charles. Modern science needs traditional knowledge. **Science and development network**, 2011. Disponível em: <<http://www.scidev.net/en/opinions/modern-science-needs-traditional-knowledge-1.html>>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana et al. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004. 169 p.

DUTFIELD, Graham. **Intellectual property, biogenetic resources & traditional knowledge**. London: Earthscan, 2004.

FEITOSA, Michelle Albuquerque. **Pesca artesanal no semiárido paraibano**: um enfoque etnoictológico. 2011. 113 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FERNANDES, Patricia. **Plantas medicinais**: conhecimento e uso nos espaços rurais do Planalto Sul Catarinense. 2014. 160 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, 2014.

FERRAZ, Maria Cristina Comunian; BASSO, Heitor Cury. **Propriedade intelectual e conhecimento tradicional**. São Carlos: EdUFSCar, 2008. 84 p.

FORESTI, Nórís Almeida Bethonico. Contribuição das revistas brasileiras de biblioteconomia e ciência da informação enquanto fonte de referência para a pesquisa. **Ciência da**

**Informação**, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 1990. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/375>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

DOI:<https://doi.org/10.18225/ci.inf.v19i1.375>.

FUNAI. **Portaria nº 177/PRES, de 16 de fevereiro 2006**. Disponível em:

<<http://www.uel.br/comites/cepesh/pages/arquivos/Portaria%20177-2006%20FUNAI.pdf>>.

Acesso em 24 jun. 2016.

FUNAI. **Ingresso em terra indígena**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/servicos/ingresso-em-terra-indigena>>. Acesso em 10 jun. 2016.

GARFIELD, Eugene. Índices de citação para a ciência: uma nova dimensão na documentação através da associação de idéias. **International Journal of Epidemiology**, v. 35, ed. 5, out. 2006, p. 1123-1127. Disponível em: <<https://academic.oup.com/ije/article/35/5/1123/762383>>. Acesso em: 20 jan. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1093/ije/dyl189>.

GARFIELD, Eugene. The evolution of the Science Citation Index. **International microbiology**, 2007. n. 10, p. 65-69. Disponível em: <<http://garfield.library.upenn.edu/papers/barcelona2007a.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2018. DOI: 10.2436/20.1501.01.10.

GREGOLIN, José Angelo Rodrigues et al. Análise da produção científica a partir de indicadores bibliométricos. In: LANDI, F. R. (Coord.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação em São Paulo**, 2004. São Paulo: FAPESP, 2005. cap. 5. Disponível em: <[http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05\\_vol1.pdf](http://www.fapesp.br/indicadores2004/volume1/cap05_vol1.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2018.

GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO, 6, Salvador/BA, jun. 2005. **Anais...** Disponível em: <[www.cinform.ufba.br/vi\\_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf](http://www.cinform.ufba.br/vi_anais/docs/VaniaLSGuedes.pdf)>. Acesso em: 02 jan. 2018.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Afinidades eletivas entre a cientometria e os estudos sociais da ciência. **Filosofia e Educação**, vol. 5, no. 2, out. de 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635395/3188>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. Gênero nos estudos bibliométricos apresentados nos ENANCIBs (1994-2016). **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 54-68, dez./mar., 2018. Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1396>>. Acesso em: 28 maio 2014.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini et al. Indicadores de participação feminina em ciência e tecnologia. **Transinformação**, v. 19, n. 2, p. 169-187, maio/ago. 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pcb/article/view/7033>>. Acesso em: 10 jun. 2014.

HAYASHI, Maria Cristina Piumbato Innocentini. Sociologia da ciência, bibliometria e cientometria: contribuições para a análise da produção científica. In: SEMINÁRIO DE EPISTEMOLOGIA E TEORIAS DA EDUCAÇÃO, 4, Campinas, dez. 2012. **Anais...** Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/Home/Graduacao/PETBiblioteconomia/soc-da-ciencia-pet.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

INPA. **Sobre o INPA**. Disponível em: <[portal.inpa.gov.br](http://portal.inpa.gov.br)>. Acesso em: 05 jul. 2016.

INPI. **Guia básico de indicação geográfica**. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

INPI. **Instrução Normativa nº 25/2013**. Estabelece as condições para o Registro das Indicações Geográficas. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in\\_25\\_21\\_de\\_agosto\\_de\\_2013.pdf](http://www.inpi.gov.br/legislacao-1/in_25_21_de_agosto_de_2013.pdf)>. Acesso em: 24 jun. 2016.

KROEFF, Marcia Silveira; GIMENEZ, Fernanda Schmidt; VIEIRA, Rodrigo; PINTO, Adilson Luiz. Análise de citações dos artigos publicados em periódicos da área da Ciência da Informação que versam sobre gestão da informação. **RBBB: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 41-65, jul. 2015. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/301>>. Acesso em: 03 jan. 2018.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, dec. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142003000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jul. 2014.

LEVI-STRAUSS, Claude. **O pensamento selvagem**. [La pensée sauvage]. Tania Pellegrini (Trad.). 10 ed. Campinas: Papirus, 2009.

LOTKA, Alfred J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, v. 16, n. 12, p. 317-323, June 1926.

MAIORKI, Giovane José; DALLABRIDA, Valdir Roque. A indicação geográfica de produtos: um estudo sobre sua contribuição econômica no desenvolvimento territorial. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 16, n. 1, p. 13-25, June 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122015000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000100002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 07 jun. 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 277 p.

MARÉS, Carlos. Prefácio. In: WANDSCHEER, Clarissa Bueno. **Patentes & conhecimento tradicional: uma abordagem socioambiental da proteção jurídica do conhecimento tradicional**. Curitiba: Juruá, 2004. 181 p.

MARTENS, Patrick; SOOBRAMANIEN, Teddy Y. Fostering development of local communities through the protection of traditional knowledge and origin products. **International trade working paper**, London, 12, 2016. Disponível em: <[http://www.oecd-ilibrary.org/commonwealth/trade/fostering-development-of-local-communities-through-the-protection-of-traditional-knowledge-and-origin-products\\_5jm26c5slbjh-en](http://www.oecd-ilibrary.org/commonwealth/trade/fostering-development-of-local-communities-through-the-protection-of-traditional-knowledge-and-origin-products_5jm26c5slbjh-en)>. Acesso em: 24 jun 2016.

MEC. **No Brasil, mulheres são maioria nos cursos de pós-graduação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=45981>>. Acesso em: 09 de abr. de 2017.

MELO, Hildete Pereira; LASTRES, Helena Maria Martins; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Gênero no sistema de ciência, tecnologia e inovação no Brasil. **Revista Gênero**, v. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.cbpf.br/~mulher/hildete1.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

MELLO, Livia Coelho de. **Análise da produção científica brasileira sobre o conhecimento tradicional**. São Carlos, 2013. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - CECH, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MERTON, Robert K. The Mathew effect in science. **Science**, [S. l.], v. 159, n. 3810, p. 58, Jan. 1968. Disponível em: <<http://www.garfield.library.upenn.edu/merton/matthew1.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **A Convenção sobre Diversidade Biológica**. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília: CID Ambiental, 2000. 30p. (Série Biodiversidade no. 1). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/conven%C3%A7%C3%A3o-da-diversidade-biol%C3%B3gica>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MOREIRA, Lígia Moreira; VELHO, Lea. Pós-graduação do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais numa perspectiva de gênero. **Cadernos Pagu**, v. 35, jul/dez de 2010, p. 279-308. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332010000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000200010)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

Nações Unidas. **Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. [Rio de Janeiro]: Nações Unidas no Brasil, 2015. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030-completo-pt-br-2016.pdf> . Acesso em: 16/07/2018.

NONAKA, Ikujiro; TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORONHA, Daisy Pires. Análise das citações das dissertações de mestrado e teses de doutorado em saúde pública (1990-1994): estudo exploratório. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19651998000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651998000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 04 fev. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19651998000100009>.

NUNEZ, Zizil Arledi Glienke; MOURA, Ana Maria Mielniczuk de. Análise de citações na área de comunicação e informação: o caso de um Programa de Pós-graduação. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 11, n. 2, p. 40-60, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1637>>. Acesso em: 03 jan. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/rdbci.v11i2.1637>.

OKUBO, Y. **Bibliometric indicators and analysis of research systems: methods and examples**. Paris: OCDE/GD, 1997.



OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão social.**, Brasília, DF, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

PANTOJA-LIMA, Jackson. **Integração de conhecimento ecológico tradicional e da ecologia de populações para a conservação de quelônios (Testudines:Podocnemididae) No Rio Purus, Amazonas, Brasil.** Manaus: [s.n.], 2012. 123 p. Tese (Biologia (Ecologia)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2012.

PERRELLI, Maria Aparecida de Souza. "Conhecimento tradicional" e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. **Ciência & educação**, Bauru, v. 14, n. 3, p. 381-396, 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-73132008000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132008000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 23 jun. 2016.

PERUARE, Vitor Aurape. **Yakuigady: cultura e sustentabilidade nas máscaras rituais do povo Kurâ-Bakairi.** 2012. 57 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PINTO, Lorena Cristina Lana. **Etnozoologia e conservação da biodiversidade em comunidades rurais da Serra do Ouro Branco, Minas Gerais.** 2011. 95 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva. **Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/AM.** 2015. 157 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

PRICE, Derek J. De Solla. Networks of scientific papers. **Science**, [S.l.], v. 149, n. 3683, p. 56-64, jul. 1965. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/content/149/3683/510>>. Acesso em: 02 fev. 2018.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, v.11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51202&opt=4>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

RAHMAN, Aatur. Development of an integrated traditional and scientific knowledge base: a mechanism for accessing, benefit-sharing and documenting traditional knowledge for sustainable socio-economic development and poverty alleviation. In: UNCTAD EXPERT MEETING ON SYSTEMS AND NATIONAL EXPERIENCES FOR PROTECTING TRADITIONAL KNOWLEDGE, INNOVATIONS AND PRACTICES. Genebra, out./nov., 2000. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/d906/b5533415dc3b4035e0295e217c048894fb30.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2016.

REGO, Flávio Luís Hilário; BRAND, Antonio Jacó; DA COSTA, Reginaldo Brito. Recursos genéticos, biodiversidade, conhecimento tradicional Kaiowá e Guarani e o desenvolvimento

local. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], fev. 2016. ISSN 1984-042X. Disponível em: <<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/378/432>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

REZENDE, Enio Antunes; RIBEIRO, Maria Teresa Franco Ribeiro. Conhecimento tradicional, plantas medicinais e propriedade intelectual: biopirataria ou bioprospecção?. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, n. 73, p. 37–44, 2005. Disponível em: <[http://www.sbpmed.org.br/download/issn\\_05\\_3/artigo6\\_v7\\_n3.pdf](http://www.sbpmed.org.br/download/issn_05_3/artigo6_v7_n3.pdf)>. Acesso em: 3 maio. 2018.

ROCHA, Joyce Alves. **Quilombo São José da Serra: o etnoconhecimento na perspectiva socioambiental**. 2014. 353 p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, Warná Vieira. **A escola como espaço de valorização e afirmação da identidade étnica Pankararu**. 2012. 148 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

ROMANCINI, Richard. O que é uma citação?: a análise de citações na ciência. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 20-35, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/intexto/article/viewFile/15885/10508>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SACARDO, Michele Silva. **Estudo bibliométrico da produção científica em educação física na região centro-oeste do Brasil**. 2012. 254 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SANTILLI, Juliana. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade: elementos para a construção de um regime jurídico *sui generis* de proteção. In: ANAIS DO II ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Indaiatuba, São Paulo, 2004. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT08/juliana\\_santilli.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT08/juliana_santilli.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. 92 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007. 126 p.

SANTOS, Eline Almeida. **(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca: reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taçooca de Fora-Nossa Senhora do Socorro / SE**. 2012. 163 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Manuela Tavares. **A pedagogia da alternância na integração de saberes no proeja quilombola no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do pará (IFPA) - Campus Castanhal**. 2013, 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013.

SETZER, Valdemar W. Dado, informação, conhecimento e competência. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, n. zero, dez. 1999. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001. 152 p.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do Zé Açú**. 2015. 296 p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SILVA, Jesiel Souza. **Análise sócio-espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no sudoeste de Goiás**. São Carlos, 2010. 169 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SILVA, José Everton da; PILAU, Newton Cesar. O conhecimento tradicional e a propriedade intelectual: uma proposta para futura repartição de ganhos. **Revista da Unifebe**, 11 dez, p. 144-157, 2012. Disponível em <<http://www.unifebe.edu.br/revistadaunifebe/20122/artigo013.pdf>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

SILVESTRE, Luiz Felipe do Valle. **O saber tradicional sobre as plantas na Comunidade Quilombola Kalunga Engenho II, Cavalcante, Goiás, Brasil**. 2015. 86 p. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOARES, Thereza Amélia. Mulheres em ciência e tecnologia: ascensão ilimitada. **Química Nova**, v. 24, n. 2, p. 281-285, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/qn/v24n2/4292.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

SUCUPIRA. **Cursos recomendados e reconhecidos**. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoRegiao.jsf;jsessionid=IpC19tcuSCVdbQWNHksjYjWE.sucupira-213>> Acesso em: 09 de maio de 2018.

SUNDER, Madhavi. The invention of traditional knowledge. **Law and contemporary problems**, v. 70:97, 2007. Disponível em: <http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1421&context=lcp> Acesso em 24 jun. 2016.

UFAM. Disponível em: <<https://ufam.edu.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

UFS. Disponível em: <<http://www.ufs.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

UFSCAR. Disponível em: <<http://www.ufscar.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/ufrgs/inicial>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

UNB. Disponível em: <<http://www.unb.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

UNICAMP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

URBIZAGASTEGUI ALVARADO, Ruben. A frente de pesquisa na literatura sobre a produtividade dos autores. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 38-56, out. 2009. ISSN 1518-2924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n28p38>>. Acesso em: 24 jan. 2018. DOI:<http://dx.doi.org/10.5007/1518-2924.2009v14n28p38>.

USP. Disponível em: <<http://www.usp.br/>>. Acesso em: 09 de maio de 2018.

VEIGA, Josephina Barata da. **Etnobotânica e etnomedicina na reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé, baixo rio Negro**: plantas antimaláricas, conhecimentos e percepções associadas ao uso e à doença. 2011. 154 p. Tese (Doutorado em Botânica) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 10, p. 309-344, jan. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/4631474>>. Acesso em: 27 maio 2018.

VILLELA, Maria Rita Lustosa Junqueira. **RIO + 20**: um estudo sobre narrativas de desenvolvimento sustentável e fim de mundo. 2015. 115 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

WANDSCHEER, Clarissa Bueno. **Patentes & conhecimento tradicional**: uma abordagem socioambiental da proteção jurídica do conhecimento tradicional. Curitiba: Juruá, 2004. 181 p.

WEILER, Anelyse M. et al. Food sovereignty, food security and health equity: a meta-narrative mapping exercise. **Health Policy and Planning**, 2014, p.1–15. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/25288515>>. Acesso em: 20 jan. 2018.

WILKINSON, John; CERDAN, Claire; DORIGON, Clovis. Geographical Indications and “Origin” Products in Brazil – The Interplay of Institutions and Networks, **World Development**, v. 98, p. 82-92, 2017. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X15001126>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

WIPO. **Indicações geográficas**. Disponível em: <[http://www.wipo.int/geo\\_indications/en/](http://www.wipo.int/geo_indications/en/)>. Acesso em: 24 jun. 2016.

## APÊNDICE 1 – TRABALHOS ELIMINADOS

<b>TRABALHOS DEFENDIDOS ANTES DE 2010</b>
1. SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. <b>Tradição e sustentabilidade:</b> um estudo dos saberes tradicionais do cerrado na Chapada dos Veadeiros, Vila São Jorge - GO. 2006. 235 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
2. ALVES, Carley Rodrigues. <b>Aprendendo a pertencer:</b> uma leitura da trezena de Santo Antônio em Pradoso enquanto territorialidade humana. 2009. 18 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.
3. SCHMIDT, Larissa. <b>A repartição de benefícios decorrentes do acesso à diversidade biológica e ao conhecimento tradicional associado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB, da Organização Mundial de Propriedade Intelectual - OMPI e da Organização Mundial de Comércio - OMC.</b> 2009. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
4. GÓES, Paulo Roberto. <b>Homem de Infinito povoado.</b> 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
5. CUNHA, Lucia Helena de Oliveira. <b>Ordens e desordens socioambientais:</b> saberes tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense. 2007. 204 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.
<b>TRABALHOS COM ACESSO RESTRITO</b>
1. BEZERRA, Jaqueline de Araújo. <b>Estudo químico de Piper Peltatum l. (Piperaceae) e Commelina Erecta l. (Commelinaceae).</b> 2014. 272 f. Tese (Doutorado em Química) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.
2. BARBOSA, Carla Cristina. <b>Saberes tradicionais dos curandeiros:</b> as plantas medicinais nas feiras e mercados do norte de Minas Gerais. 2010. 255 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
<b>TRABALHO COM ACESSO EMBARGADO</b>
1. VILELA, Livia Santiago Teixeira. <b>Avaliação do potencial antimicrobiano in vitro das espécies vegetais Coccoloba mollis Casaretto, Tripalis americana Linnaeus, e Coutarea hexandra (Jacq.) K. Schum.</b> 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Biologia) - Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

<b>TRABALHOS ELIMINADOS PELOS ASSUNTOS</b>
1. YAMAMOTO, Cintia Missue Kitano. <b>Promoção da saúde do idoso:</b> revisão de literatura brasileira. 2010. Dissertação (Mestrado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
2. BÜLOW, Gustavo. <b>Sistematização de conhecimentos para o desenvolvimento de ambientes virtuais digitais interativos.</b> 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2011.
3. FERRARO, Máisa Rezende de Melo. <b>A concepção de professores sobre saúde na escola.</b> 2011. Dissertação (Mestrado em Saúde na Comunidade) - Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2011.
4. APPIO, Alexandre João. <b>Dinâmica social da automedicação.</b> 2012. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.
5. RUBIRA, Fabiana de Pontes. <b>Dançando com o Minotauro nas noites:</b> narração de histórias e formação humana. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
6. ESTEVÃO, Ady Canário de Sou. <b>Conexões de saberes na Ufersa:</b> uma análise das práticas discursivas inclusivas de estudantes. 2015. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.
7. SCHIO, Caroline. <b>Aprendendo para a conservação.</b> 2015. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2015.
<b>TRABALHOS QUE ESTAVAM REPETIDOS</b>
2. BENTES, Sunny Petiza Cordeiro. <b>Etnoentomologia Baniwa:</b> estudo dos insetos na concepção dos povos Baniwa que vivem na cidade de São Gabriel da Cachoeira - Amazonas, Brasil. 2011. 153 f. Dissertação (Mestrado em Entomologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.
3. DONAZZOLO, Joel. <b>Conservação pelo uso e domesticação da feijoa na Serra Gaúcha – RS.</b> 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.
4. FEITOSA, Michelle Albuquerque. <b>Pesca artesanal no semiárido paraibano:</b> um enfoque

etnoictiológico. 2011. 114 f. Dissertação (Mestrado em Gerenciamento Ambiental) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.
5. SOUZA, Sandro Alves Martiniano de. <b>O Fazer Teológico como Hermenêutica-Transdisciplinar</b> : A Teologia desafiada pelo Pensamento Complexo de Edgar Morin. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.
6. VIANA, Douglas Carvalho Francisco. <b>Territorialidades na cadeia produtiva de plantas medicinais</b> : estudo de caso do mercado de São José, Recife, pe. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil.

FONTE: elaborado pela autora (2018)

**APÊNDICE 2 - TRABALHOS DISTRIBUÍDOS POR ÁREA DE AVALIAÇÃO,  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E INSTITUIÇÃO.**

Áreas	Programas	Instituições	Número de T&D
CIÊNCIAS AMBIENTAIS	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	UNB	10
	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFS	6
	MEIO AMBIENTE	UERJ	3
	ECOLOGIA APLICADA	USP	3
	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFPE	2
	AMBIENTE E SOCIEDADE	UNICAMP	2
	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFPB	2
	ANÁLISE E MODELAGEM DE SISTEMAS AMBIENTAIS	UFMG	1
	CIÊNCIAS DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA	UFAM	1
	CIÊNCIAS MARINHAS TROPICAIS	UFC	1
	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFC	1
	AMBIENTE, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	UFERSA	1
	DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE	UFRN	1
	CIÊNCIAS DO AMBIENTE	UFT	1
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO	UNIVATES	1	
INTERDISCIPLINAR	AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL	UFSCAR	4
	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE	UFSCAR	4
	DESENVOLVIMENTO RURAL	UFRGS	4
	ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO	UFSC	2
	MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA	USP	2
	SOCIEDADE E CULTURA NA AMAZÔNIA	UFAM	2
	AGRONEGÓCIOS	UNB	1
	BIOÉTICA	UNB	1
	CIÊNCIAS AMBIENTAIS E SAÚDE	PUC_GOIAS	1
	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO	UFPA	1
	GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA	UFPA	1
	HISTÓRIA DA CIÊNCIA	PUC_SP	1
	INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM SAÚDE	FIOCRUZ	1
	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	UFTM	1
	INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS	UFSC	1
	SAÚDE E DESENVOLVIMENTO NA REGIÃO CENTRO-OESTE	UFMS	1
	SAÚDE, SOCIEDADE E AMBIENTE	UFVJM	1
TECNOLOGIA E SOCIEDADE	UTFPR	1	
BIODIVERSIDADE	BOTÂNICA	INPA	3
	ECOLOGIA	INPA	3
	BOTÂNICA	UNB	3
	BOTÂNICA	UFRPE	2
	BIOLOGIA DE ÁGUA DOCE PESCA INTERIOR	INPA	1



Áreas	Programas	Instituições	Número de T&D
	BIOLOGIA VEGETAL	UFPE	1
	ECOLOGIA AQUÁTICA E PESCA	UFPA	1
	ECOLOGIA DE BIOMAS TROPICAIS	UFOP	1
	ECOLOGIA E BIOMONITORAMENTO	UFBA	1
	ECOLOGIA E CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	UFU	1
	ECOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL	UFPB	1
	ECOLOGIA E RECURSOS NATURAIS	UFSCAR	1
	ECOLOGIA	UFSC	1
	ECOLOGIA	UNICAMP	1
	ECOLOGIA	USP	1
	ENTOMOLOGIA	INPA	1
	ZOOLOGIA	UEFS	1
CIÊNCIAS AGRÁRIAS I	PRODUÇÃO VEGETAL	UDESC	3
	EXTENSÃO RURAL	UFSM	3
	GESTÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS NA AMAZÔNIA	INPA	3
	AGRONOMIA TROPICAL	UFAM	3
	RECURSOS FLORESTAIS	USP	2
	RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	UFSC	2
	AGRONOMIA	UNESP	1
	CIÊNCIAS FLORESTAIS	UNB	1
	ENGENHARIA AGRÍCOLA	UNICAMP	1
	ENGENHARIA AGRÍCOLA	UFC	1
	ENTOMOLOGIA	USP	1
	EXTENSÃO RURAL	UFV	1
	RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	UEFS	1
	SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR	UFPEL	1
GEOGRAFIA	GEOGRAFIA	UFG	4
	GEOGRAFIA	UFPE	2
	GEOGRAFIA	UFRGS	2
	GEOGRAFIA	USP	2
	GEOGRAFIA	UFSM	2
	GEOGRAFIA	UFS	1
	GEOGRAFIA HUMANA	USP	1
	GEOGRAFIA	PUC_RIO	1
	GEOGRAFIA	UERJ	1
	GEOGRAFIA	UFMS	1
	GEOGRAFIA	UFPB	1
	GEOGRAFIA	UFPR	1
	GEOGRAFIA	UNESP	1
	GEOGRAFIA	UNICAMP	1
	GEOGRAFIA	UFES	1
EDUCAÇÃO	EDUCAÇÃO	UNB	4
	EDUCAÇÃO	UFC	2

Áreas	Programas	Instituições	Número de T&D
	EDUCAÇÃO	UFPA	2
	EDUCAÇÃO	UFAM	1
	EDUCAÇÃO	UFS	1
	EDUCAÇÃO (CURRÍCULO)	PUC_SP	1
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	FURG	1
	EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA	UFPE	1
	EDUCAÇÃO ESCOLAR	UNESP	1
	EDUCAÇÃO, CULTURA E COMUNICAÇÃO	UERJ	1
	EDUCAÇÃO	PUC_GOIAS	1
	EDUCAÇÃO	UFBA	1
	EDUCAÇÃO	UFMA	1
	EDUCAÇÃO	UFMG	1
	EDUCAÇÃO	UFRGS	1
	EDUCAÇÃO	UNICAMP	1
	EDUCAÇÃO	UFES	1
ANTROPOLOGIA / ARQUEOLOGIA	ANTROPOLOGIA SOCIAL	UNICAMP	4
	ANTROPOLOGIA	UFPEL	3
	ANTROPOLOGIA	UFPR	2
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	UFSC	2
	ANTROPOLOGIA	UNB	2
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	UFRGS	1
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	UFSCAR	1
	ANTROPOLOGIA SOCIAL	USP	1
	ANTROPOLOGIA	UFPE	1
	ARQUEOLOGIA	UFPE	1
	ARQUEOLOGIA	USP	1
DIREITO	DIREITO	UFMS	3
	DIREITO	UFPA	2
	DIREITO	PUC_PR	2
	DIREITO AGRÁRIO	UFG	1
	DIREITO AMBIENTAL	UCS	1
	DIREITO	PUC_SP	1
	DIREITO	UERJ	1
	DIREITO	UFJF	1
	DIREITO	UFSC	1
	DIREITO	UNAERP	1
	DIREITO	UNISANTOS	1
	DIREITO	UNISINOS	1
	DIREITO	USP	1
SOCIOLOGIA	CIÊNCIAS SOCIAIS	PUC_RIO	1
	CIÊNCIAS SOCIAIS	UERJ	1
	CIÊNCIAS SOCIAIS	UFRN	1
	CIÊNCIAS SOCIAIS	UNESP	1

Áreas	Programas	Instituições	Número de T&D
	CIÊNCIAS SOCIAIS	UNICAMP	1
	CIÊNCIAS SOCIAIS	UNISINOS	1
	SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA	UFPA	1
	SOCIOLOGIA POLÍTICA	UFSC	1
	SOCIOLOGIA	UFMG	1
LETRAS / LINGUÍSTICA	LINGUÍSTICA	UNB	3
	ESTUDOS LITERÁRIOS	UFMG	2
	LETRAS	UFRGS	2
	ESTUDOS DA LINGUAGEM	UFRN	1
HISTÓRIA	HISTÓRIA SOCIAL	USP	1
	HISTÓRIA	UFPEL	1
	HISTÓRIA	UNB	1
	HISTÓRIA	UNESP	1
BIOTECNOLOGIA	BIOTECNOLOGIA	UFAM	3
	ENGENHARIA DE BIOPROCESSOS E BIOTECNOLOGIA	UFPR	1
ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E TURISMO	ADMINISTRAÇÃO	UFLA	1
	ADMINISTRAÇÃO	UFPB	1
	TURISMO	UNB	1
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL / DEMOGRAFIA	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	UTFPR	1
	PLANEJAMENTO AMBIENTAL	UCSAL	1
	PLANEJAMENTO TERRITORIAL E DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL	UDESC	1
SERVIÇO SOCIAL	SERVIÇO SOCIAL	UFAM	1
	SERVIÇO SOCIAL	UFPA	1
	SERVIÇO SOCIAL	UFS	1
ENFERMAGEM	ENFERMAGEM	UFAM/UEP A	1
	ENFERMAGEM	UFMS	1
	ENFERMAGEM	USP	1
COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	IBICT/UFRJ	1
	CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	USP	1
	COMUNICAÇÃO SOCIAL	METODISTA	1
ECONOMIA	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	UNICAMP	1
	ECONOMIA	UFRGS	1
	ECONOMIA	UNB	1
ARQUITETURA, URBANISMO E DESIGN	DESIGN	PUC_RIO	1
	ARQUITETURA E URBANISMO	MACKENZIE	1
PSICOLOGIA	PSICOLOGIA SOCIAL	PUC_SP	1
	PSICOLOGIA	USP	1
ARTES / MÚSICA	ARTES DA CENA	UNICAMP	1
	ARTES	UFMG	1
ENSINO	ENSINO DE CIÊNCIAS E EDUCAÇÃO MATEMÁTICA	UEPB	1
	ENSINO	UNIVATES	1
SAÚDE COLETIVA	SAÚDE PÚBLICA	USP	1

Áreas	Programas	Instituições	Número de T&D
ODONTOLOGIA	ODONTOLOGIA	UEPB	1
TEOLOGIA	CIÊNCIAS DA RELIGIÃO	METODISTA	1
QUÍMICA	QUÍMICA	UNESP	1
ENGENHARIAS III	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	UFAM	1
ENGENHARIAS I	CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMBIENTAL	UEPB	1
MEDICINA I	CLÍNICA MÉDICA	UNICAMP	1
MEDICINA II	CIÊNCIAS DA SAÚDE	UFRN	1
FARMÁCIA	INOVAÇÃO TERAPÊUTICA	UFPE	1
GEOCIÊNCIAS	OCEANOGRAFIA	USP	1
*	AGROECOSSISTEMAS	UFS	1
*	DIREITO	PUC_GOIAS	1
*	DIVERSIDADE BIOLÓGICA E CONSERVAÇÃO	UFSCAR	1
*	PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL	UCB	1

FONTE: elaborada pela autora (2018)

\*Quatro programas não foram identificados na Plataforma Sucupira da CAPES: Programa de Pós-graduação em Agroecossistemas da UFS, Programa de Pós-graduação em Direito da PUC-Goiás, Programa de Pós-graduação em Planejamento e Gestão Ambiental da UCB e Programa de Pós-graduação em Diversidade Biológica e Conservação da UFSCar. Este último segundo informação dada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação da universidade o programa em questão recebeu nota 2 na última avaliação da CAPES e por isso entrou em processo de descredenciamento.

---

### APÊNDICE 3 - REFERÊNCIAS DAS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

---

ABREU, Edna Silva de. **Produção do queijo minas artesanal da Microrregião do Serro: tradição, legislação e controvérsias**. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2015.

ADDAD, Cecília de Lara. **A tutela da diferença no direito socioambiental pós-moderno: um estudo de caso sobre a prática da agricultura de corte e queima pela Comunidade Quilombola de Ivaporunduva**. 2012. 160 f. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

AGUIAR, Alessandra Maria Almeida de. **Batuques de candomblé: histórias, trajetórias e reflexões de cinco yalorixás do candomblé da baixada fluminense para repensar a educação**. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

AGUIAR, Janaína de. **Padrões de uso e sistemas de trabalho associados à diversidade vegetal no Amazonas: uma abordagem transdisciplinar**. 2015. 186 f. Tese (Doutorado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

AGUILAR, Juan Manuel Ruiz-Esparza. **Sustentabilidade das comunidades de aves em duas áreas protegidas do estado de Sergipe**. 2014. 169 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

ALENCAR, Rívia Ryker Bandeira de. **O samba de roda na gira do patrimônio**. 2010. 308 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

ALMADA, Emmanuel Duarte. **Entre as serras: etnoecologia de duas comunidades quilombolas no sudeste brasileiro**. 2012. 239 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

ALMEIDA, Inailde Corrêa de. **O papel da pesca na eficiência reprodutiva dos ribeirinhos do baixo Tocantins: o caso do município de Mocajuba - PA**. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2013.

ALMEIDA, Lorena Galletti de. **Caracterização das áreas de pesca artesanal de lagosta na Praia da Redonda, Icapuí - Ce**. 2010. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Marinhas Tropicais) - Instituto de Ciências do Mar, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2010.

---

ALMEIDA, Samira Santana de. **Aportes críticos para a cooperação internacional em saúde: uma perspectiva bioética.** 2015. ix, 69 f., il. Dissertação (Mestrado em Bioética)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ALMEIDA, Thiago Valente Vieira de. **Agrobiodiversity in indigenous Guarani Nhandewa lands in north Paraná: memory, rescue and prospects.** 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2012.

ALVES, Lenice Miranda. **As tecnologias de informação e comunicação em licenciatura intercultural indígena: caso da UFG.** 2015. 141 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, GOIÂNIA, 2015.

AMARAL, Daniella Magri. **Loiça de barro do Agreste: um estudo etnoarqueológico de cerâmica histórica pernambucana.** 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

AMORIM, Carolina Custódio. **Vegetal species used in peasant medicine in the Coxilha Rica region and study of erva-de-touro (Poiretia latifolia).** 2010. 73 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, 2010.

ANTONIO, Davi Gutierrez. **Comunidades sustentáveis: um estudo de percepção, interpretação e valoração da paisagem mediante o conhecimento tradicional.** 2012. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2012.

ARAGÃO, Míria Cássia Oliveira. **Rios de reciprocidade: saberes tradicionais no contexto da sustentabilidade socioambiental na comunidade Mem de Sá - Itaporanda D´Ajuda-SE.** 2011. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

Araújo, Aline. **Sementes transgênicas no Brasil: neutralidades, dependências e emancipações tecnológicas.** 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Bioenergias) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

ASSIS, Laís Cristina Álvares Rodrigues. **Instituições acadêmicas no Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Centro do Estado de São Paulo.** 2015. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ASSIS, M. L. G. de. **Mapa aberto para uma ecologia científico-poética.** 2015. 106f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciências e Educação Matemática)- Universidade

---

Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2015.

AVELLANEDA YAJAHUANCA, Rosario del Socorro. **A experiência de gravidez, parto e pós-parto das imigrantes bolivianas e seus desencontros na cidade de São Paulo - Brasil.** 2015. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

Azevedo, Letícia Fátima de. **Saberes e práticas tradicionais:** uma análise do modo de apropriação da natureza pelos pecuaristas familiares da Serra do Sudeste/RS. 2013. 168 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Rurais, Santa Maria, 2013.

BÁEZ, Oscar Adolfo Perdomo. **Palmeiras andinas na floresta de nuvens na Colômbia:** modelo para o desenvolvimento de uma ferramenta de base S.I.G. visando o estudo de clareiras. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

BAPTISTA, Silvia Regina Nunes. **Comunicação oral em redes sociotécnicas orientadas a plantas medicinais:** a relação entre informação científica e conhecimento tradicional. 2014. 224 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2014.

BARBOSA, Cláudio Wilson Soares. **Populações tradicionais e suas relações com a concepção de gestão de unidade de conservação de uso sustentável:** o caso da Resex verde para sempre. 2015. 131 f. Dissertação (Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (GAP)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2015.

BARROS, Alyne Vieira. **Avaliação in vitro do potencial antiviral de extratos da planta Guettarda angelica Mart. Ex Müll. Arg. frente a vírus animais.** 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em Clínica Médica) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Médicas, Campinas, 2011.

BASSI, Joana Braun. **Viver do mato só não dá: relações ecológicas entre pessoas, mato e paisagem em uma experiência etnográfica junto a habitantes do Confim das Águas.** 2011. 196 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2011.

BELFORT, Susana Andréa Inácio. **Conhecimento tradicional indígena:** revitalização de expressões culturais do Povo Kaingáng da Terra Indígena Serrinha/RS e da Aldeia Condá/SC. 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2011.

BELLÉ, Adilson Roberto. **Extrativismo do butiá e do pinhão na região dos campos de**

---

**cima da serra (RS):** a valorização da sociobiodiversidade por assentados e comunidades tradicionais. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

BENTES, Sunny Petiza Cordeiro. **Etnoentomologia Baniwa: estudo dos insetos na concepção dos povos Baniwa que vivem na cidade de São Gabriel da Cachoeira - Amazonas, Brasil.** 2011. 153 p. Dissertação (Mestrado em Entomologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

BERTANHA, Wânia de Fátima Faraoni. **Medicinal plants and oral health: a ethnobotanical approach Quilombo communities in the Paraíban agreste.** 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Epidemiologia e Promoção de Saúde) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

BÓ, Talita Lazarin Dal'. **Construindo pontes: o ingresso de estudantes indígenas na UFSCar:** uma discussão sobre cultura e conhecimento tradicional. 2010. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

BORGES, Caroline Maria Cadore. **A atividade pesqueira no Rio Taquari-RS:** Degradação Ambiental E Suas Relações Com a Pesca Artesanal. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BORGES, Viviane Custódia. **Pequi, jatobá, algodãozinho... :** the biodiversity of the Cerrado en popular medicine. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2011.

BOTELLI, Angelo Augusto Kohnert. **O uso de plantas medicinais nas comunidades do entorno do parque nacional da serra de Itabaiana/SE:** a (des/re) construção do saber tradicional. 2010. 114 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

BRAGA, Liliane Rodrigues de Oliveira. **Etnocartografia e modelagem do território sagrado das comunidades tradicionais de candomblé, Santa Luzia, MG.** 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em Análise e Modelagem de Sistemas Ambientais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

BRAGA, Tony Marcos Porto. **Conhecimento local ribeirinho e suas aplicações para o manejo participativo da pesca na reserva extrativista do Baixo Juruá, estado do Amazonas.** 2011. 164 p. Tese (Doutorado em Ecologia) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

BRASILEIRO, Robson Soares. **A constituição de territórios-rede através de processos de re-existência da agricultura familiar na Mata Sul de Pernambuco.** Recife, 2012. 198 f.



---

Tese (Doutorado em Geografia) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

BRITO, Andréia Nunes Sá. **Entre o corredor e a estância: dinâmicas sociais e produtivas na APA do rio Ibirapuitã.** Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

BRUGNERA, Ana Carolina. **Meio ambiente cultural da Amazônia Brasileira: dos modos de vida a moradia do Caboclo Ribeirinho.** 2015. 270 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

BUZA, Juliana Lando Canga. **No Fútila, no Mayombe: modernidade, desenvolvimento e riscos no tempo de paz em Cabinda - Angola.** 2011. 182 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011.

CABRAL, Márcia Munik Mendes. **Percepção dos ribeirinhos com relação às ariranhas (*Pteronura brasiliensis*) e à gestão de duas categorias distintas de unidades de conservação na Amazônia brasileira.** 2012. 51 f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Uso de Recursos Naturais) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2012.

CADAVAL, Roberta de Souza. **Transcendendo fronteiras entre saberes: etnografia e interculturalidade entre os estudantes indígenas na Universidade Federal do Rio Grande (FURG).** 2014. 130 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CAMPBELL, Thalita do Valle. **Indigo: rescue of the vegetal blue for new applications in design.** 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Design) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CAMPOS, Leticia Zenóbia de Oliveira. **Etnobotânica do gênero *Psidium* L. (Myrtaceae) no Cerrado brasileiro.** 2010. viii, 71 f., il. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

CAMPOS, Michele Laffayett de. **Escolas no campo: desafios e possibilidades para o ensino da agroecologia e educação ambiental em Araras (SP).** 2014. 230 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2014.

CARDOSO, Maria do Socorro da Conceição. **Pescadores da reserva extrativista marinha de Soure: práticas sociais no território.** 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Faculdade de Serviço Social, Belém, 2014.

CARVALHO, F. R. C. **As catadoras de mangaba, uma abordagem para a proteção da**

---

---

**biodiversidade, territorialidades e conhecimentos tradicionais associados.** 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.

CASSOL, Kelly Perlin. **Construindo a autonomia:** o caso da associação dos guardiões das sementes crioulas de Ibarama/RS. 2013. 111 p. Dissertação (Mestrado em Geociências) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

CAVALCANTE FILHO, Antonio Gadelha. **Um modelo de estratégia de Open innovation no Setor Fitofármaco e Fito-Cosmético do Estado do Amazonas:** um estudo de caso de uma empresa implantada no complexo do DIMPE. 2014. 236f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CAVALCANTI, Cintia Munch. **Impactos socioambientais locais decorrentes de acesso aos recursos genéticos para fins comerciais.** 2010. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Agroecossistemas) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

CHACPE, Juliana Fernandes. **Territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral:** desafios da conciliação na Administração Federal. 2014. 157 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

CHAGAS, Jolemia Cristina Nascimento das. **Caracterização do cultivo de plantas medicinais, aromáticas e condimentares em duas comunidades Amazônicas.** 2012. 96 f. Tese (Doutorado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

COSTA, Edlamar Menezes da. **As práticas lúdicas na Comunidade Indígena Tabalascada em Roraima.** 2013. 141 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

CREPALDE, Adilson. **A construção do significado de Tekoha pelos Kaiowá do Mato Grosso do Sul.** 2014. 266 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2014.

CRUZ, Fabiana Thomé da. **Produtores, consumidores e valorização de produtos tradicionais:** um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo Serrano dos Campos de Cima da Serra – RS. 2012. 292 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade De Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2012.

CUNHA FILHO, Marcelo de Castro. **Quanto custa o conhecimento tradicional?** análise das

---

regras de acesso e de repartição de benefícios no Brasil. 2015. 88 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2015.

DANTAS, Vanda Maria Campos Salmerson. **Nas marés da vida: histórias e Saberes das mulheres marisqueiras.** 2010. 120 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

DAVIES, Lorenice Freire. **O sistema de patentes e a tutela dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.** 2015. 100 f. Dissertação (Mestrado em Inovação Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

DE SOUZA, Jakeline. Yepá Bahuari Mahsô **Cria o mundo e a antropologia.** 2011. 311 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2011.

DIAS, Aparecida de Lara Lopes. **Formação específica dos professores indígenas Krikati e a prática pedagógica bilíngue.** 2015. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2015.

DOMINGUES, Renato Valladares. **Propriedade intelectual e preservação do meio ambiente no sistema multilateral de comércio.** 2011. 165 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

DONAZZOLO, Joel. **Conservação pelo uso e domesticação da feijoa na Serra Gaúcha – RS.** 2012. 312 f. Tese (Doutorado em Recursos Genéticos Vegetais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

DÓREA, Antônio Tadeu Neves. **Agricultura familiar e sustentabilidade em Mutuípe-BA: estudo propositivo sobre planejamento agroecológico de produção agrícola em comunidade rural.** 2012. 90 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Ambiental) - Universidade Católica de Salvador, Salvador, 2012.

DURAN, Maria Raquel da Cruz. **As redes do conhecimento tradicional: análise do caso Cupulate.** 2011. 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

FARAJ, Khaled Salim Dantas Aby. **Análise da entrecasca do cajueiro (Anacardium occidentale) e da ameixa do mato (Ximenia americana) no coto umbilical de caprinos e ovinos como antisséptico natural.** 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Semi-Árido, Mossoró, 2015.

FAVARETTO, Júlia Spiguel. **Descolonizando saberes: histórias de bolivianos em São Paulo.** 2012. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

FEITOSA, Michelle Albuquerque. **Pesca artesanal no semiárido paraibano: um enfoque etnoictológico.** 2011. 113 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

FERNANDES, Maria Neyrian de Fátima. **Representações sociais sobre a prática do cuidado para enfermeiros da saúde indígena: um estudo transcultural.** 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Da Saúde, 2010.

FERNANDES, Patricia. **Plantas medicinais: conhecimento e uso nos espaços rurais do Planalto Sul Catarinense.** 2014. 160 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, 2014.

FERNANDES, Rosani de Fatima. **Educação escolar Kyikatêjê: novos caminhos para aprender e ensinar, Pará.** 2010. 194 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2010.

FERRAZ, Lidia Rochedo. **O cotidiano de uma escola rural ribeirinha na Amazônia: práticas e saberes na relação escola-comunidade.** 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2010.

Ferreira, Antônio. **O currículo em escolas quilombolas do Paraná: a possibilidade de um modo de ser, ver e dialogar com o mundo.** 2014. 158 f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

FERREIRA, Juliana da Paz Sousa. **Bioimperialismo e direito de propriedade intelectual: disputas pelo acesso ao cupuaçu e ao conhecimento tradicional.** 2015. 151 f. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

FERREIRA, Maria Saleti Ferraz Dias. **Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso.** 2010. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

FERREIRA, Thaís Barbosa. **Desenvolvimento de competências laborais em um ambiente de aprendizagem social: um estudo de caso com uma família de rendeiras em Alcaçuz/RN.** 2014. 68 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FIDELIS, Lourival de Moraes. **Agricultura tradicional e agroecologia na comunidade**

**quilombola João Surá no município de Adrianópolis-PR.** 2011. 228 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola, Campinas, 2011.

FRACCARO, Laila Caroline Zamboni. **Percepção ambiental e uso de recursos naturais: a população rural de Ipeúna, SP.** 2011. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Ecologia de Agroecossistemas, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

FRAXE, Jaiza Maria Pinto. **Do geodireito ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético CGEN: caminhos e instrumentos de gestão do conhecimento biotecnológico na Amazônia.** 2011. 245 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

FREIRE, Ludmila de Almeida. **A universidade e a questão do conhecimento – O currículo acadêmico na perspectiva da inter/transdisciplinaridade e da ecologia de saberes.** 2015. 134f. – Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2015.

FREITAS, Camila da Silva. **Experiências de comercialização agroextrativista dos agricultores familiares do Rio dos Cochos, Januária/Cônego Marinho - MG.** 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2010.

FREITAS, Carolina Tavares de. **Ecologia, etnoecologia e uso local de matupás na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, Amazônia Central.** 2013. 110 f. Dissertação (Mestrado em Biologia (Ecologia)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2013.

FUNARI, Cristiano Soleo de. **Estudos químicos e biológicos de espécies do gênero Lippia (Verbenaceae) nativas no Cerrado paulista.** 2010. 197 f. Tese (Doutorado em Química) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Química de Araraquara, 2010.

FURTADO, Bahiyyeh Ahmadpour. **Resolutividade dos serviços de saúde na Aldeia Indígena Kwatá: percepção do indígena e da equipe de saúde.** 2015. 109f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

FURTADO, Fabrício Ribeiro dos Santos. **Intellectual property in agricultural law: the legal protection of economic exploitation of traditional knowledge associated with biodiversity.** 2010. 202 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas - Direito) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

GAVAZZI, Renato Antonio. **Agrofloresta e cartografia indígena: a gestão territorial e ambiental nas mãos dos agentes agroflorestais indígenas do Acre.** 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GOBIRA, Nádia Cristina Moraes Sampaio. **Desvendando o Rio Pardo: as marcas de uma paisagem ribeirinha. Percepções e práticas da comunidade tradicional em Itambé no Sudoeste da Bahia.** 2010. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

GODINHO, Rosemary de Sampaio. **Contribuição ao estabelecimento de marcos jurídicos sobre o acesso, repartição de benefícios e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e à bioprospecção.** 2014. 529 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

GOMES, Luciana Andrade. **Enciclopédias contemporâneas: o inclassificável nas obras de Jorge Luis Borges e Peter Greenaway.** 2011. 123 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

GOMES, Maryjane Diniz de Araujo. **Sustainability of organic and conventional family based irrigated cropping systems.** Universidade Federal do Ceará, 2015. 78 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

GOMES, Sebastião Marcelice. **Patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados: possibilidade de transformação e criação de novos produtos e tecnologias da Amazônia.** 2013. 192 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

GOMES, Thauana Paiva de Souza. **De saberes não oficiais a lugares da patrimonialidade imaterial: um estudo da transmissão de conhecimentos tradicionais em assentamento rural.** 2011. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2011.

GONÇALVES, Daniel Guedes. **Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: um estudo da realidade Kaingang e Guarani da reserva indígena da Guarita-Redentora-RS.** 2010. 173 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2010.

GONDIM de Araújo, Marli. **Comunidade remanescente de quilombo do Engenho Siqueira: conhecimento tradicional e potencialidade da agroecologia na zona da mata pernambucana.** 2011. 149 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

GOULART, Paloma Elaine Santos. **Patrimônio cultural imaterial: valores, sentidos, imaginários e ação social relacionados à proteção, promoção e valorização dos conhecimentos e expressões tradicionais na contemporaneidade.** 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

---

GUIMARÃES, Ingrid Mendes. **O acesso e a proteção do conhecimento tradicional associado, no âmbito da política nacional de plantas medicinais e fitoterápicas (PNPMF): um estudo de suas determinações e contradições no contexto do novo imperialismo.** 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Sergipe, 2015.

GUSMÃO, Juliana São Pedro. **Percepção e interação de comunidades caiçaras do complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia, SP, Brasil, com tartarugas marinhas.** 2013. 104 f. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2013.

HEISLER, Elisa Vanessa. **Knowledge and practices popular in the garden of growing medical.** 2015. 86 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

HORTA, Joana Crivelente. **Saber molhar o sertão, patrimônio cultural imaterial em Mirorós - Bahia.** 2014. Dissertação (Mestrado em Mudança Social e Participação Política) - Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

IADEROZZA, Fábio Eduardo. **Neoliberalismo, sistema de patentes e a liberalização do biomercado emergente no Brasil na década de 1990: a privatização do conhecimento tradicional e da biodiversidade nacional.** 2015. 260 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP.

IYAGUNÃ, Dalzira Maria Aparecida. **Templo religioso, natureza e os avanços tecnológicos: os saberes do candomblé na contemporaneidade.** 2013. 160 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

JÁBER, Júnio. **Saúde e cultura: reflexões teórico-metodológicas na pesquisa qualitativa com povos tradicionais.** 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Saúde, Sociedade e Ambiente) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2013.

JESUS, Camila Gonzaga. **Identificação de plantas utilizadas como medicinais e levantamento florístico e fitossociológico e em áreas de fundo de pasto no município de Curaçá - Bahia.** 2013. 92 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Recursos Genéticos Vegetais)-Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

JESUS, Sandra Sales de. **Marco regulatórios sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado no Brasil.** 2015. 66 f. Dissertação (Mestrado em Inovação Tecnológica) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2014.

JURUNA, Samantha Ro'otsitsina de Carvalho. **Sabedoria ancestral em movimento:**

---

perspectivas para a sustentabilidade. 2013. 85 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

KAMAIWRÁ, Aisanain Pálto. **Uma análise linguístico-antropológica de exemplares de dois gêneros discursivos Kamaiurá**. 2010. x, 108 f., il. Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

KAXINAWÁ, Joaquim Paulo de Lima. **Confrontando registros e memórias sobre a língua e a cultura Huni Kui: de Capistrano de Abreu aos dias atuais**. 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Linguística)—Universidade de Brasília, 2011.

KOCHEM, Ivan Jaques. **Móveis de sala no quarto dos fundos: trajetória do saber artesanal em uma escola Salesiana**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

KOCKEL, Marcelo Fidelis. **Naufrágios e outros infortúnios na História Trágico-Marítima da carreira da Índia (Séculos XVI e XVII)**. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

KRASUCKI, Lucas Berliner. **Cultivando a floresta: sistemas de conhecimento e agroflorestas em Barra do Turvo - SP**. 2014. 76 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

KRONE, Evander Eloí. **Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil**. 2014. 175 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Pelotas, 2014.

KUSTER, S. B., **Cultura e língua pomeranas: um estudo de caso em uma escola do ensino fundamental no município de Santa Maria de Jetibá Espírito Santo Brasil**. 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

LAPPE, Emelí. **Espacialidades sociais e territoriais Kaingang: terras indígenas Foxá e Por Fi Gâ em contextos urbanos dos Rios Taquari-Antas e Sinos**. 2015. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2015.

LIMA, Ednalva Alves. **Crenças ambientais de camponeses maranhenses relacionadas ao uso e conservação da água**. 2013. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.



Lima, Francisca Soares de. **O novo marco legal da biodiversidade e as diretrizes para a repartição de benefícios no acesso ao conhecimento tradicional associado.** 2015. 80 f. Dissertação ( Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2015.

LIMA, Jordana Rezende Souza. **Etnobotânica no cerrado:** um estudo no assentamento Santa Rita, Jataí (GO). 2013. 89 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

LIMA, José Ribamar de Farias. **Diagnóstico e monitoramento do uso de espécies vegetais e animais do semiárido da Paraíba (Nordeste, Brasil):** um estudo de caso no município de Cabaceiras. 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal da Paraíba. Rio Tinto, 2013.

LIMA, Juliano Silva. **Uso e conservação de recursos botânicos por comunidades rurais do entorno ao Parque Nacional Serra de Itabaiana:** uma abordagem etnobiológica. 2010. 225 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

LIMA, Liliane Mahalem de. **Patrimônio cultural imaterial, conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais coletivos sob a perspectiva socioambiental.** 2012. 131 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

LINO, Sônia Regina Lamego. **Diretrizes para a institucionalização da gestão do conhecimento na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, Brasil.** 2013. 254 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Florianópolis, 2013.

LIVEIRA, Amanda Borges de. **Indicações geográficas, produtos tradicionais e desenvolvimento territorial na Amazônia:** um olhar sobre o projeto de indicação geográfica da farinha de Bragança. 2015. 193 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Jurídicas, Belém, 2015.

LONDOÑO, Juan Manuel Rosso. **Insetos, meliponicultura e diversidade biocultural.** 2013. Tese (Doutorado em Entomologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

LOSEKANN, Marilse Beatriz. **Saber e identidade dos agricultores familiares camponeses da costa do bica e paredão, Piratini, RS.** 2011. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, 2011.

LOSS, Hugo. **A produção do Estado:** instituições e grupos sociais no conselho de gestão do

---

patrimônio genético (2001-2012). 2013. 154 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LÚCIO, Sílvia Laine Borges. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no Cerrado mineiro:** a pecuária de solta na RDS Veredas do Acari/MG. 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LUIZ, George Moraes De. **Everyday life moved by the waters of the Pantanal.** 2015. 163 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MAGALHAES, Alessandra Costa. **Ethnobotany, local knowledge, and agriculture in an urban forest:** maciço da Pedra Branca,RJ. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2010.

MARINHO, Maria Perpétuo Socorro Oliveira. **Índios Guajajara:** da aldeia para a cidade. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

MARION, Camila. Função da Baía de Todos os Santos no ciclo de vida da Arraia-branca,*Dasyatis guttata* (Elasmobranchii: Dasyatidae). 2015. Tese (Doutorado em Oceanografia Biológica) - Instituto Oceanográfico, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

MARQUES, Dorli João Carlos. **Bioética e sociobiodiversidade:** visões e práticas das lideranças indígenas do Amazonas. 2012. 173 f. Tese (Doutorado em Biotecnologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

MARQUES, Maria Carolina Silva. **Estudo de plantas medicinais do cerrado em busca de substâncias bioativas e o potencial anti-leishmania de *Momordica charantia* LINN.** 2011. 141 f. Tese (Doutorado em Saúde e Desenvolvimento na Região Centro-Oeste) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2011.

MARTIGNONI, Luciano. **Lazer no assentamento rural oito de junho:** análise a partir da multifuncionalidade da agricultura. 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2013.

MARTINELLI, Claudia de Miranda. **Etnobiologia das famílias *Centropomidae*, *Serranidae* e *Pomatomidae* em Ponta Negra, Natal, Rio Grande do Norte.** 2010. 72 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Biologia, Campinas, 2010.

---

---

MARTINS, Renata Corrêa. **A família Arecaceae (Palmae) no estado de Goiás:** florística e etnobotânica. 2012. 297 f., il. Tese (Doutorado em Botânica)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MATTOS, Gil, Passos de. **Junto com nossos amigos aonde tem churrasco e chimarrão eu sou gaúcho de coração:** etnoarqueologia e memória do território da Comunidade Quilombola Fazenda Cachoeira em Piratini, Rio Grande do Sul. 2015. 228 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

MEDAGLIA, Vicente Rahn. **Filosofia do meio ambiente e gestão compartilhada da biodiversidade da Mata Atlântica:** debates públicos sobre a coleta de frutos da palmeira-juçara no Rio Grande do Sul. 2010. 286 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, 2010.

MEDEIROS, Juliana Schneider. **Escola indígena e ensino de história:** um estudo em uma escola Kaingang da terra indígena Guarita/RS. 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MEDEIROS, Priscila Maria Oliveira Campos. **Desempenho zootécnico dos camarões:** Litopenaeus vannamei e Macrobrachium rosenbergii em tanques rede e aquicultura familiar na comunidade de Bebida-Velha, RN. 2015. 111f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Centro de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MELLO, Livia Coelho de. **Análise da produção científica brasileira sobre o conhecimento tradicional.** São Carlos, 2013. 134 p. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - CECH, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

MELO, Juliana Franco de. **Alternância como pedagogia na escola família agrícola de Ladeirinhas-SE:** possibilidades de construção de práticas sustentáveis. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MENDES, Mariuze Dunajski. **Trajetórias sociais e culturais de móveis artesanais trançados em fibras.** 2011. 349 f. Tese (Doutorado em Interdisciplinar em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2011.

MESQUITA, Erika. **Ver de perto pra contar de certo:** as mudanças climáticas sob os olhares dos moradores da floresta do Alto do Juruá. 2012. 489 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências

---

---

Humanas, Campinas, 2012.

MIGUEL DOS SANTOS FILHO, Severino. **Propriedade intelectual na relação sociedade-natureza**: apropriação de conhecimentos oriundos de comunidades que utilizam práticas tradicionais relativas a plantas medicinais. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

MIRANDA, Priscilla Cordeiro de. **Cisterns in Cariri**: evaluation of environmental education practices in toilet water use. 2011. 96 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

MONZILAR, Eliane Boroponepa. **Território Umutina**: vivências e sustentabilidade. 2012. 83 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MORAES, Marianna de Carvalho. **Estudo etnobotânico sobre a mata de restinga do sítio do outeiro de Maracaípe, Pernambuco**. 2012. 80 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

MORALES, Bruno Ferezim. **A influência do manejo de lagos e de características ambientais sobre as assembleias de peixes de lagos de várzea do baixo rio Purus, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Piagaçu-Purus, Amazonas**. 2011. 58 f. Dissertação (Mestrado em Ecofisiologia, Ictiologia, Mamíferos aquáticos, Recursos pesqueiros, Aquacultura, Sistemática e Biol) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

MORELO, Bruna. **Leitura e escrita na universidade para estudantes indígenas**: princípios e práticas pedagógicas para uma ação de permanência no campo das linguagens. 2014. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Porto Alegre, 2014.

MULLER, Silvana Graudenz. **Patrimônio cultural gastronômico**. 2012. 288 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

NASCIMENTO FILHO, Herundino Ribeiro do. **Etnoconservação e valorização do buriti (mauritia Flexuosa) Na Comunidade Guariba, Terra Indígena Araçá, Roraima**. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013.

NASCIMENTO, Carlos Alberto do. **Estudo da reengenharia de fornos cerâmicos com crivamento**: uma oportunidade real de melhoria da sustentabilidade. 2015. 68 f. Dissertação (Mestrado em Bioenergia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Palotina, Guarapuava,

---

2015.

NASCIMENTO, Carolina Cavalcanti do. **A formação em educação para o ecodesenvolvimento:** um estudo de caso junto ao núcleo transdisciplinar de meio ambiente e desenvolvimento, período 2010-2013. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2013.

NASCIMENTO, Ione Santos do. **Segurança alimentar e etnodesenvolvimento na terra indígena Panambizinho.** 2013. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NEDEL, Nathalie Kuczura. **Traditional knowledge associated with biodiversity:** an analysis of its effective protection from the perspectives of ecologically balanced environment and culture. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

NIEMEYER, Fernando. **Cultura e agricultura:** resiliência e transformação do sistema agrícola krahô. 2011. 176 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

NOBRE, João Nilo de Souza. **Memória social e espacialidade de grupos ceramistas em Trairi, CE.** 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, Ariene Gomes de. **A Educação Nos Terreiros De Caruaru/Pernambuco:** Um Encontro Com a Tradição Africana Através Dos Orixás. 2014. 283 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2014.

OLIVEIRA, Débora Moreira de. **Percepção ambiental, conhecimento e uso de recursos vegetais no assentamento agroextrativista São Sebastião, Pirambu, Sergipe.** 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal DE Sergipe, São Cristóvão, 2012.

OLIVEIRA, Jaqueline de Mendonça. **Caminhos que levam à romaria.** 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

OLIVEIRA, Joana Cabral de. **Entre plantas e palavras.** Modos de constituição de saberes entre os Wajãpi (AP). 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

OLIVEIRA, Joyce Juliete de. **Estudos etnobotânicos em Três Lagoas /MS e sua potencialidade como atrativo turístico.** 2014. 122 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) -

---

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2014.

OLIVEIRA, Mayra Cristina Lima. **De vivências ambientais ao etnoconhecimento: o resgate da memória de moradores das comunidades do entorno da unidade de conservação Mata Do Junco, Capela/SE.** 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

OLIVEIRA, Priscila Gonçalves de. **Caminhos e descaminhos do regime internacional de acesso aos recursos genéticos: uma análise comparativa entre o certificado de cumprimento internacionalmente reconhecido do protocolo de Nagoia e o certificado de origem.** 2014. [87] f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PAIVA, Ayane de Souza. **Conhecimentos tradicionais e ensino de biologia: desenvolvimento colaborativo de uma sequência didática sobre reprodução vegetal.** 2014. 226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, Salvador, 2014.

PALHETA, Marllen Karine da Silva. **Participação e conhecimentos femininos na inserção de novas espécies de pescado no mercado e na dieta alimentar dos pescadores da RESEX Mãe Grande em Curuçá/PA.** 2013. 117 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aquática e Pesca) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Biológicas, Belém, 2013.

PANCHERI, Ivanira. **Biopirataria: reflexões sobre um tipo penal.** 2013. Tese (Doutorado em Direito Penal) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PANTOJA-LIMA, Jackson. **Integração de conhecimento ecológico tradicional e da ecologia de populações para a conservação de quelônios (Testudines:Podocnemididae) no Rio Purus, Amazonas, Brasil.** Manaus: [s.n.], 2012. 123 p. Tese (Doutorado em Biologia (Ecologia)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2012.

PARAVATI, Luís Carlos. **Communicative and cultural aspects in caiçara culinary habits of the quilombola community of Fazenda pinguaba, Ubatuba- SP.** 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

PASTORE, Remi Luís. **Variety "creole" fig (Ficus carica L.): traditional knowledge and management of rust (Cerotelium fici Cast.).** 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages, 2014.

PAULA, Adriano Makux de. **Faces da expropriação e da desterritorialização camponesa em Pitanga - PR.** 2015. 310 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Curitiba, 2015.

---

PAULA, Cristiano Quaresma de. **Gestão Compartilhada Dos Territórios Da Pesca Artesanal**: Fórum Delta Do Jacuí (RS). 2013. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2013.

PAULA, Helga Maria Martins de. **Apontamentos para a criação de um regime jurídico sui generis de proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade (CTA)**. 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Coletivos) - Universidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2010.

PAULINO, Rogerio Lopes da Silva. **O ator e o folião no jogo das máscaras da Folia de Reis**. 2011. 213 p. Tese (Doutorado em Artes da Cena) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes, Campinas, 2011.

PAVARINO, Marco Aurélio. **Espaços institucionais da biodiversidade**: uma análise sobre a representação e a participação dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. 2013. 162 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PAZ, Ana América Magalhães Ávila. **Indianizar para descolonizar a universidade**: itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com os estudantes indígenas da Universidade de Brasília. 2013. 239 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PEDROLLO, Camilo Tomazini. **Baixo Jauaperi**: da farmacopeia ao sistema de saúde – um estudo etnobotânico em comunidades ribeirinhas. Manaus: [s.n.], 2013. x, 111p. Dissertação (Ciências Biológicas (Botânica)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

PENNAS, Fernanda. **Recursos genéticos da biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados**: acesso e repartição de benefícios no Brasil. 2012. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional e Direito Ambiental) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2012.

PEREIRA, Andréia Mara. **Bioprospeção e conhecimentos tradicionais**: uma proposta institucional para sua gestão no Brasil. 2013. 264 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2013.

PEREIRA, Eliete da Silva. **O local digital das culturas**: as interações entre culturas, mídias digitais e territórios. 2013. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PERUARE, Vitor Aurape. **Yakuigady**: cultura e sustentabilidade nas máscaras rituais do povo Kurâ-Bakairi. 2012. 57 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—

---

Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PIMENTEL, Noara Modesto. **Uso tradicional, manejo e processamento da piaçava da Bahia (*Attalea funifera* Mart.)**. 2015. vii, 210 f., il. Tese (Doutorado em Ciências Florestais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

PINTO, L. C. L. **Etnozoologia e conservação da biodiversidade em comunidades rurais da Serra do Ouro Branco, Minas Gerais**. 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

PINTO, Márcia Freire. **Caracterização socioambiental e uso de animais por comunidades tradicionais do litoral do Estado do Ceará**. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PONTES, Itaciara Prestes da Silva. **Sustentabilidade da agricultura familiar tradicional: um estudo nas comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga/Am**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

QUEIROZ, Roberto Luiz. **Alelopatia de manjeriço e uso do preparado homeopático *Nux vomica* em alface**. 2015. vii, 78 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu, Botucatu, 2015.

RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2010.

RAINHO, Ana Paula. **A gente vive no mar: saberes oceanográficos na comunidade tradicional Barra da Ararapira**. 2015. 171 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social.) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2015.

RANGEL, Kátia Souza. **De bairro rural a território quilombola: um estudo da comunidade do Mandira**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO FILHO, Alexandre Antunes. **Impactos do sistema agrícola itinerante sobre os solos de remanescente de Mata Atlântica com uso e ocupação por comunidades quilombolas no Vale do Ribeira (São Paulo, Brasil)**. 2015. 382 f. Tese (Doutorado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

---



---

RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. **Saberes tradicionais e educação ambiental: encontros e desencontros no Quilombo de Mesquita - Goiás.** 2014. 290 f., il. Tese (Doutorado em Educação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

RIBEIRO, Aridiane Alves. **O cuidado no espaço de intermedialidade em uma aldeia indígena.** 2015. 209 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Ludmila Costa. **A cosmovisão africana da morte um estudo a partir do saber sagrado em Mia Couto: um estudo a partir do saber sagrado em Mia Couto.** 2010. 105 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - UFMG, 2010.

RIBEIRO, Perla Oliveira. **Plantas-filha e a beleza das roças: o lugar das plantas na cosmologia Apinajé.** 2015. 91f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) - Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2015.

RIVERA, Danielle Santa Brigida. **Conhecimento tradicional como instrumento para conservação e manejo do caranguejo uçá *ucides cordatus* (Linnaeus, 1763) na reserva extrativista marinha de São João Da Ponta - Pará.** 2015. xiii, 112f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas da Amazônia (GAP)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2015.

RIZZI, Roberta. **Mandioca: processos biológicos e socioculturais associados no Alto Juruá, Acre.** 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2011.

ROCHA, Joyce Alves. **Quilombo São José Da Serra: o etnoconhecimento na perspectiva socioambiental.** 2014. 353 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ROCHA, Maria Regina Teixeira da. **A Rede Sociotécnica do Babaçu no Bico do Papagaio (TO): dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista.** 2011. 252 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RODRIGUES, Mariana Leal. **Folhas e curas em imagens: a circulação do conhecimento no Rio De Janeiro e na Paraíba.** 2013. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Warná Vieira. **A escola como espaço de valorização e afirmação da identidade étnica Pankararu.** 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

---

---

ROQUETTE, Maria Elisa Tosi. **Mapeamento participativo em um contexto de conflito territorial: a experiência com a população indígena da Chapada Do Á, Anchieta-ES-Brasil.** 2015. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

ROSA, Walquiria Miranda. **Relações entre práticas tradicionais e práticas escolares de saúde das populações rurais em Minas Gerais (Ibirité, 1940 a 1970).** 2015. 272 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SALGADO, Mayany Soares. **Modo de vida ribeirinho e conhecimento tradicional: uma análise das ações do PAE Nossa Senhora do Livramento na ilha Tabatinga para fins de desenvolvimento local Abaetetuba-PA.** 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, 2014.

SALORTE, Luciane Maria Legeman. **Carpinteiros dos rios: o saber da construção naval no município de Novo Airão/AM.** 2010. 151 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2010.

SANTOS, Eline Almeida. **(Re) produção social e dinâmica ambiental no espaço da pesca: reconstruindo a territorialidade das marisqueiras em Taiçoca de Fora-Nossa Senhora do Socorro / SE.** 2012. 163 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2012.

SANTOS, Hellen Cristina dos. **A comunidade Camponesa do Salgado no contexto da territorialização do capital em Quirinópolis – GO.** 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2012.

SANTOS, Jonildo Viana dos. **Identidade docente e formação de professores Macuxi: do imaginário negativo à afirmação identitária na contemporaneidade.** 2015. 219 f. (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus/AM, 2015.

SANTOS, Manuela Tavares. **A pedagogia da alternância na integração de saberes no proeja quilombola no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do pará (IFPA) - Campus Castanhal.** 2013, 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto Ciências da Educação, Belém, 2013.

SANTOS, Silvéria Maria dos. **Parteiras tradicionais da região do entorno de Brasília, Distrito Federal.** 2010. 235 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SEILERT, Villi Fritz. **O desflorestamento e suas correlações no Alto-Xingu: a essencialidade dos conhecimentos tradicionais para o equilíbrio ecológico do planeta terra.**

---

2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, Antonia Lima da. **Uso de plantas para o tratamento da malária em seis comunidades de Boca do Acre. Amazonas.** 2014. 135 f. Tese (Doutorado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

SILVA, Charlene Maria Muniz da. **Territorialidades rurais no município de Parintins: habitus, circularidade da cultura e ethos ambiental na localidade do Zé Açú.** 2015. 296 p. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SILVA, Edson Batista da. **Disputas territoriais camponesas: as experiências agroecológicas no Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO.** 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014.

SILVA, Emanuela Guirra. **Implicações da atividade extrativista sobre a estrutura populacional, densidade e viabilidade do banco de sementes de Syagrus Coronata (mart.) Beccari.** 2013. 82 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Biomonitoramento) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SILVA, Felipe Paganelly Maciel da. **Aspectos etnozoológicos sobre os crustáceos estomatópodes e decápodes das praias do litoral norte da Bahia, Brasil.** 2014. 89f. Dissertação (Mestrado em Zoologia)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

SILVA, Grace Kelly do Rosário da. **Transformações socioambientais na comunidade de Dom Manuel Barcarena/Pa.** 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2013.

SILVA, Ilma Maria De Oliveira. **Os cursos de magistério indígena do estado do Maranhão e as implicações na formação dos professores krikati numa perspectiva específica e diferenciada.** 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Maranhão, São Luis, 2012.

SILVA, Jesiel Souza. **Análise sócio-espacial e conhecimento etnobotânico em uma comunidade quilombola no sudoeste de Goiás.** São Carlos, 2010. 169 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

SILVA, Juliana Fernandes da. **Filhos do aventureiro: um olhar para gênero, transmissão de saberes, unidades de conservação e turismo.** 2013. 241 f., il. Dissertação (Mestrado

---

Profissional em Turismo)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, Jurandir Buchweitz e. **Soil quality**: relationship between the farmers perception and management systems in their agroecosystems. 2013. 95 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Produção Agrícola Familiar) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

SILVA, Leididaina Araújo e. **Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu**: mulheres, trabalho e informação. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Insitituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2014.

SILVA, Paulo de Tássio Borges da. **As relações de interculturalidade entre conhecimento científico e conhecimento tradicional pataxó na Escola Estadual Indígena Kijetxawê Zabelê**. 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, SÃO CRISTÓVÃO, 2014.

SILVA, Renato Cader da. **Políticas públicas, atores sociais e conhecimento**: gestão sustentável das florestas públicas no Brasil. 2010. 189 f. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SILVA, Rodolfo Souza da. **Bioprospeção, conhecimentos e sociedades tradicionais**: a (in)suficiência dos princípios do consentimento prévio informado e da repartição de benefícios enquanto pressupostos jurídicos para a conservação da sociobiodiversidade. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

SILVA, Valdir Moreira da. **No céu da boca das gentes, tem estrela e maravilhas**: atualização e permanência das narrativas populares nos contos de enganar a morte. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SILVEIRA, Aline da Fonseca Sá e. **Quilombo Santana**: seus conflitos e o processo de desterritorialização da comunidade quilombola, Município De Quatis - RJ. 2014. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, Rio de Janeiro, 2014.

SILVEIRA, Carlos Eduardo. **Folclore, cultura e patrimônio**: da produção social do(s) fandango(s). 2014. 251 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Curitiba, 2014.

SILVEIRA, Diego Soares da. **Redes sociotécnicas, práticas de conhecimento e ontologias na Amazônia**: tradução de saberes no campo da biodiversidade. 2011. 489 f. Tese

---

---

(Doutorado em Antropologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVESTRE, Luiz Felipe do Valle. **O saber tradicional sobre as plantas na Comunidade Quilombola Kalunga Engenho II, Cavalcante, Goiás, Brasil.** 2015. 86 p. Dissertação (Mestrado em Botânica) - Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SMITH, Maira. **Árvores de cultura: cultivo e uso do pequi (Caryocar sp., Caryocaraceae) entre os Kuikuro do Alto Xingu, MT.** 2013. 220 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SOBREIRA, Ramon Fiori Fernandes. **Práticas religiosas afro-brasileiras, marco regulatório e uso do meio ambiente e do espaço urbano da Cidade Do Rio De Janeiro.** Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2011. 340 f. Tese (Doutorado em Meio Ambiente) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

SOLDATI, Gustavo Taboada. **Produção, transmissão e estrutura do conhecimento tradicional sobre plantas medicinais em três grupos sociais distintos: uma abordagem evolutiva.** 2013.219 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Botânica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2013..

SOUSA JÚNIOR, José Ribamar de. **Conhecimento e manejo tradicional de Caryocar coriaceum Wittm. (Pequi) na Chapada do Araripe, Nordeste do Brasil.** 2012. 96 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Botânica) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

SOUSA, Maria Glória de. **Vida e cotidiano dos pescadores artesanais de nossa senhora do livramento, Santa Rita, PB: aspectos gerais e etnoconhecimento.** 2010. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de. **O mito e a mídia: a imagem da ciência na revista Ciência Hoje das Crianças (2009-2010).** 2012. 132 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SOUTO, Ana Carla Gonçalo. **Das folhas às vassouras: o extrativismo do Catolé (Syagrus Cearensis Noblick) pela população tradicional de Monte Alegre, Pernambuco, Brasil.** 2014. 115 f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

SOUZA, José Camilo Ramos de. **A geografia nas escolas das comunidades ribeirinhas de Parintins: entre o currículo, o cotidiano e os saberes tradicionais.** 2013. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

---

SOUZA, Maria de Lourdes Macena de. **Sendo como se fosse: as danças dramáticas na ação docente do ator-professor.** 2014. 296 f. Tese (Doutorado em Artes) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

SOUZA, Sandro Alves Martiniano de. **O fazer teológico como hermenêutica-transdisciplinar: a teologia desafiada pelo pensamento complexo de Edgar Morin.** 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2012.

STEFANELLO, Alaim Giovanni Fortes. **A proteção dos conhecimentos tradicionais no contexto dos direitos da sociobiodiversidade e dos direitos de propriedade intelectual.** 2013. 259 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2013.

SUCUPIRA, Tânia Gorayeb. **Quilombo Boqueirão da Arara, Ceará: memórias, histórias e práticas educativas.** 2015. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza (CE), 2015.

TAUKANE, Isabel Teresa Cristina. **Na Trilha das pekobaym guerreiras kura-bakairi: de mulheres árvores ao associativismo do instituto yukamaniru.** 2013. 90 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

TEODORO, Bruno Otávio. **(Re)conhecimentos gerais: a escola rural e os múltiplos saberes do povo geralista, possibilidades e limitações de diálogo.** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

Tomás, Domingas Felícia. **Caracterização dos sistemas informais de armazenamento de variedades locais de milho (Zea Mays L.) das regiões do Huambo e Huíla de Angola e influência na conservação in situ on-farm.** 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

TRINDADE, Laís dos Santos Pinto. **Práticas femininas: la Cymie Charitable de Marie Meurdrac.** 2010. 113 f. Tese (Doutorado em História da Ciência) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

URZEDO, Danilo Ignacio de. **Trilhando recomenços: A socioeconomia da produção de sementes florestais do Alto Xingu na Amazônia brasileira.** 2014. Dissertação (Mestrado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2014.

VALADARES, Kênia Maria de Oliveira. **Papéis ecológicos e papéis culturais de plantas conhecidas por comunidades quilombolas do litoral de Santa Catarina, Brasil.** 2015. Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de

---

Ciências Biológicas, Florianópolis, 2015.

VÁSQUEZ, Silvia Patricia Flores. **Conhecimento, uso e conservação da diversidade vegetal em quatro comunidades ribeirinhas no município Manacapuru, Amazonas.** 2014. 87 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas (Botânica)) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2014.

VEIGA, Josephina Barata da. **Etnobotânica e etnomedicina na reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé, baixo rio Negro: plantas antimaláricas, conhecimentos e percepções associadas ao uso e à doença.** 2011. 154 f. Tese (Doutorado em Botânica) - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2011.

VERGARA, Antonio Gabriel. **Invisibilité/visibilité: le guarani pré-coloniale en Gravataí.** 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012.

VIANA, Douglas Carvalho Francisco. **Territorialidades na cadeia produtiva de plantas medicinais: estudo de caso do mercado de São José, Recife, PE.** 2012. 148 f. Dissertação (Mestrado em Inovação Terapêutica). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, Pernambuco, 2012.

VIEGAS, Chandra Wood. **Línguas em rede: para o fortalecimento da língua e da cultura Kokama.** 2014. 467 f., il. Tese (Doutorado em Linguística)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VIEIRA, Felipe Stock. **Economia do conhecimento tradicional e a valoração econômica como instrumento de sua conservação: o caso das mandiocas açúcaradas.** 2014. [85] f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

VIEIRA, Irlaine Rodrigues. **Subsídios para o extrativismo sustentável de folhas de carnaúba na APA Delta Do Parnaíba, Piauí - Brasil.** 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, Fortaleza, 2013.

VILLELA, Maria Rita Lustosa Junqueira. **RIO + 20: um estudo sobre narrativas de desenvolvimento sustentável e fim de mundo.** 2015. 115 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2015.

VINHOLI, Ana Carolina. **Agricultura Urbana: Um Estudo De Caso Em Itajaí/SC.** Universidade do Estado de Santa Catarina. 2011. 107 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Florianópolis, 2011.

---

---

WALDHOFF, Philippe. **Resultados da avaliação do manejo florestal comunitário sobre os meios de vida de seus protagonistas**: destaque para conservação ambiental em detrimento a produção e autonomia. 2014. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2015.

WAMBAR, Francisco Gomes. **Potencialidades e obstáculos à promoção da governabilidade de sistemas de pesca costeira em Santa Catarina**. 2012. 177 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2012.

WEBER, Luiza Damião. **A (in)compatibilidade do desenvolvimento brasileiro e à proteção da biodiversidade**: pensando a sociobiodiversidade a partir do parque estadual do turvo RS. 2015. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

YANAI, Angela Emi. **Patentes de produtos naturais amazônicos**: análise do impacto da inovação tecnológica mundial. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

YOGI, Euriko dos Santos. **Impact of public policy in maroon community**: Senhor do Bonfim-PB, Brasil. 2014. 98 f. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal de São Carlos, Araras, 2014.

ZANETI, Tainá Bacellar. **Das panelas das nossas avós aos restaurantes de alta gastronomia**: os processos sociais de valorização de produtos agroalimentares tradicionais. 2012. xiii, 169 f., il. Dissertação (Mestrado em Agronegócios)—Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

---



**APÊNDICE 4 - OUTRAS TÉCNICAS DE PESQUISA UTILIZADAS NAS TESES E  
DISSERTAÇÕES ANALISADAS**

<b>OUTRAS TÉCNICAS DE PESQUISA</b>	<b>N. TRABALHOS</b>
EXPLORATÓRIA	14
PARTICIPATIVA	12
OBSERVAÇÃO DIRETA	11
PESQUISA-AÇÃO	11
ANÁLISE DE CONTEÚDO	10
TEÓRICA	9
CADERNO DE CAMPO	6
ANÁLISE DO DISCURSO	5
EXPERIMENTAL	5
HISTÓRIA DE VIDA	5
FENOMENOLÓGICA	4
ETNOECOLÓGICA	3
GRUPO FOCAL	3
ANÁLISE LINGUÍSTICA	2
BIBLIOMÉTRICA	2
COLETA DE AMOSTRAS DO SOLO	2
ETNOARQUEOLÓGICA	2
ETNOPESQUISA	2
ETNOZOOLOGICA	2
EXPLICATIVA	2
LISTA LIVRE	2
MAPEAMENTO PARTICIPATIVO	2
OBSERVAÇÃO ETNOGRÁFICA	2
OBSERVAÇÃO NÃO PARTICIPANTE	2
ABORDAGEM SISTÊMICO-COMPLEXA	1
AMOSTRAGEM INTENCIONAL	1
ANÁLISE COMPARATIVA	1
ANÁLISE DA PAISAGEM	1
ANÁLISE DE IMAGENS	1
ANÁLISES DE SOLO	1
ANÁLISES MULTIVARIADAS	1
ANALÍTICA	1
ANTROPOLOGIA INTERPRETATIVA	1
APLICADA	1
BIOPROSPECÇÃO	1
CAPTURE DAS AVES	1
CARTOGRAFIA ECOLÓGICA	1
COLABORATIVA	1
COLETA DE ESPÉCIMES	1
COLETA DE FRUTOS	1
COLETA DE MATERIAL ANIMAL	1
COLETA DO MATERIAL BIOLÓGICO	1

COMPARATIVA	1
EMPÍRICA	1
ESCAVAÇÃO	1
ESTRUTURALISTA	1
ETNOBIOGRAFIA	1
ETNOCARTOGRAFIA	1
ETNOENTOMOLÓGICA	1
ETNOHISTÓRIA	1
ETNOICTIOLOGIA	1
EXPLANATÓRIA	1
GEORREFERENCIAMENTO	1
GEOTECNOLOGIAS	1
HISTÓRICO-BIBLIOGRÁFICA	1
IN VITRO	1
INVENTÁRIO DE REFERÊNCIAS GASTRONÔMICAS CULTURAIS (IRGC)	1
INVESTIGATIVA	1
LABORATÓRIO	1
LEVANTAMENTO AMOSTRAL	1
LISTAS DE MACKINNON	1
MAPAS MENTAIS	1
MÉTODO DEDUTIVO	1
MÉTODO HIPOTÉTICO-DEDUTIVO	1
OBSERVAÇÃO DA PAISAGEM	1
OBSERVAÇÃO DE CAMPO	1
OBSERVAÇÃO DIRETA E INDIRETA	1
OBSERVAÇÃO FLUTUANTE	1
OBSERVAÇÃO NO CIBERESPAÇO	1
PEDAGOGIA DE PROJETOS	1
RECORDATÁRIO 24 HORAS	1
REGISTRO VISUAL	1
REUNIÕES PARTICIPATIVAS	1
SURVEY	1
TEORIA DO ATOR REDE - ANT	1
VISITAS GUIADAS	1

FONTE: elaborada pela autora (2018)